



Universidade de Évora

Relatório de Auto-Avaliação do Curso de Licenciatura em Economia

Ano Lectivo 2002/2003

Fernanda Peixe

João Pereira

Joaquim Ramalho

Manuel Branco

Palmira Lacerda

Janeiro 2004



ÍNDICE

I. ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO	9
II. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	11
1. A Universidade de Évora	11
2. Recursos Financeiros	13
3. Espaços e Equipamentos de Utilização Geral	15
III. DADOS RELATIVOS AO CURSO	28
1. Génese e Evolução do Curso	28
1.1. Objectivos do Curso	28
1.2. Breve Descrição do Contexto em que o Curso foi Criado	31
1.3. Evolução do Curso no Período em Análise	32
1.4. Articulação Institucional do Curso com o Departamento e/ou Escolas dentro da Universidade	35
1.5. Enquadramento do Curso na Área Científica Pertinente	36
1.6. Modificações Efectuadas em Resposta à Avaliação Institucional Anterior	39
2. Estrutura do Curso	42
2.1. Plano de Estudos	42
2.2. Disciplinas	44
3. Funcionamento do Curso	45
3.1. Estrutura da Coordenação do Curso	45
3.2. Horários	47
3.3. Disciplinas de Opção	48
3.4. Estruturas de Orientação Escolar dos Alunos e de Apoio Pedagógico e Psicológico	49
3.5. Grau de Internacionalização	51
3.6. Cursos de Especialização, de Actualização e Outras Actividades de Formação Contínua ligadas ao Curso	57
3.7. Conferências e Colóquios ligados ao Curso	57

3.8. Colaboração com Outras Instituições Públicas ou Privadas	58
4. Alunos	60
4.1. Distribuição dos Alunos por Ano do Curso, Sexo e Idade.....	60
4.2. Alunos do Primeiro Ano.....	61
4.3. Análise do Período 1998/2003	64
4.3.1. Número de Candidatos, <i>Numerus Clausus</i> e Número de Ingressos.....	64
4.3.2. Número de Licenciados	65
4.3.3. Situação Profissional dos Alunos Licenciados	66
5. Recursos Humanos.....	68
5.1. Pessoal Docente.....	68
5.2. Fichas de Docente	72
5.3. Pessoal Não Docente	73
6. Recursos Materiais	77
6.1. Equipamentos Dedicados Especificamente ao Curso	77
6.2. Meios Informáticos Específicos para o Curso.....	77
6.3. Recursos Multimédia Disponíveis para o Curso	78
7. Recursos Financeiros	79
8. Enquadramento do Curso na Actividade de Investigação da Instituição	80
8.1. Cursos de Pós-Graduação, de Mestrado e de Doutoramento	80
8.2. Outras Acções de Investigação Relacionadas com o Curso.....	83
8.3. Unidades de Investigação Activas em Áreas Relacionadas com o Curso..	92
IV. INQUÉRITOS DE OPINIÃO	94
1. Recém-Ingressados	94
2. Alunos	95
3. Docentes.....	96
4. Funcionários Não Docentes	97
5. Antigos Alunos	97
6. Entidades Empregadoras.....	98
V. ANÁLISE E COMENTÁRIO	99
1. Apreciação Global.....	99
2. Avaliação dos Processos e do Funcionamento.....	102
3. O Ponto de Vista dos Alunos	104

4. O Ponto de Vista dos Docentes	106
5. O Ponto de Vista dos Funcionários Não Docentes	107
6. A Inserção no Mercado de Trabalho	108
6.1. O Ponto de Vista dos Licenciados.....	108
6.2. O Ponto de Vista das Entidades Empregadoras	109
7. Auto-Avaliação dos Pontos Fortes e Fracos	110
ANEXOS	113
1. Legislação	114
2. Regulamento Escolar Interno.....	134
3. Regulamento das Comissões de Curso	146
4. Horários.....	150
5. Folheto de Divulgação do Curso.....	162
6. Programa de Mérito Académico	166
7. Programa de Estágios e Saídas Profissionais “Qualificar em Parceria”	168

VOLUMES ANEXOS

I. Fichas de Disciplina e de Docente

II. Relatórios sobre os Inquéritos de Opinião

- Estudo sobre os Ingressados
- Inquérito de Opinião aos Alunos
- Inquérito de Opinião aos Docentes
- Análise de Inquérito aos Funcionários Não Docentes da Universidade de Évora
- Análise do Inquérito de Opinião aos Licenciados em Economia
- Relatório sobre o Inquérito às Entidades Empregadoras de Licenciados em Economia

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação da Instituição	13
Tabela 2 – Recursos Financeiros	14
Tabela 3 – Espaços	17
Tabela 4 – Equipamentos de Utilização Geral	23
Tabela 5 – <i>Curriculum</i> do Curso	42
Tabela 6 – Ficha de Disciplina	Vol. Anexo I
Tabela 7 – Distribuição dos Alunos por Ano do Curso, Sexo e Idade	60
Tabela 8 – Acesso ao Curso através do Concurso Geral	62
Tabela 9 – Distribuição Geográfica dos Alunos que Ingressaram no 1º Ano	63
Tabela 10 – Evolução do Acesso ao Curso através do Concurso Geral	65
Tabela 11 – Licenciados	66
Tabela 12 – Situação dos Licenciados perante o Emprego	67
Tabela 13 – Pessoal Docente Envolvido no Curso	69
Tabela 14 – Ficha do Docente	Vol. Anexo I
Tabela 15 – Pessoal Não Docente	74

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Colégios da Universidade de Évora.....	15
Quadro 2 – Número de Docentes por Categoria na ADCEE	36
Quadro 3 – Áreas Científicas do Plano de Estudos (Ref. 1992).....	37
Quadro 4 – Comparação do Peso das Áreas Científicas (Ref. 1992 e Ref. 2003)	37
Quadro 5 – Medidas Tomadas em Resposta à Avaliação Institucional Anterior	40
Quadro 6 – Novo Plano de Estudos da Licenciatura em Economia (Ref. 2003)	44
Quadro 7 – Cooperação Internacional: Universidades Parceiras em 2002/2003	52
Quadro 8 – Alunos Enviados e Acolhidos de 2000/2001 a 2003/2004.....	54
Quadro 9 – Participação de Docentes do Departamento de Economia na Leccionação em Instituições Estrangeiras (2002/2003)	56
Quadro 10 – Participação de Docentes Estrangeiros em Actividades ligadas ao Curso de Economia em 2002-2003.....	56
Quadro 11 – Conferências e Colóquios (2002/2003).....	58
Quadro 12 – Cooperação Nacional Bilateral.....	59
Quadro 13 – Acções de Formação do Pessoal Não Docente dos Departamentos de Economia e Gestão de Empresas	75
Quadro 14 – Execução Orçamental do Departamento de Economia (2002).....	80
Quadro 15 – Dissertações de Mestrado dos Cursos Ministrados pelos Departamentos de Economia e Gestão de Empresas (1998-2003).....	82
Quadro 16 – Dissertações de Doutoramento (1998-2003).....	83
Quadro 17 – Dissertações de Mestrado Defendidas por Docentes dos Departamentos de Economia e Gestão de Empresas (1998-2003).....	84
Quadro 18 – Dissertações de Doutoramento Defendidas por Docentes dos Departamentos de Economia e Gestão de Empresas (1998-2003)	84
Quadro 19 – Teses Defendidas por Departamento (1998-2003).....	84
Quadro 20 – Projectos de Investigação em Curso Financiados por Entidades Externas	86
Quadro 21 – Artigos Publicados em Revistas Científicas Internacionais	88
Quadro 22 – Artigos Publicados em Revistas Científicas Nacionais.....	89
Quadro 23 – Publicações de Livros Científicos e Manuais Escolares	91
Quadro 24 – Série de Documentos de Trabalho do Departamento de Economia.....	93

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Saídas de Alunos da Universidade de Évora por Curso em 2002/2003.....	54
Figura 2 – Distribuição dos Alunos Estrangeiros por Área Científica no Âmbito do Programa Sócrates/Erasmus (1994-2001)	55
Figura 3 – Saídas de Docentes da Universidade de Évora por Área Científica em 2002/2003	56
Figura 4 – Caracterização do Pessoal Docente da Licenciatura em Economia.....	68

I. ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO

O presente Relatório foi elaborado no âmbito do processo de auto-avaliação dos cursos da área de Economia de acordo com a metodologia e calendário definidos pelo Conselho de Avaliação da Fundação das Universidades Portuguesas. O ano objecto deste Relatório é o ano lectivo 2002/2003 e o período em análise compreende os anos lectivos de 1998/1999 a 2002/2003. Esta é a segunda vez que o Curso de Licenciatura em Economia da Universidade de Évora é avaliado, tendo a primeira avaliação ocorrido no ano lectivo 1993/1994.

A organização e apresentação deste Relatório teve como suporte o Guião de Auto-Avaliação, aprovado pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES). O Relatório elaborado é da responsabilidade da Comissão de Curso da Licenciatura em Economia (nomeada pelo Despacho nº 54, de 2003), a qual é composta pelos seguintes docentes:

- Prof. Doutora Fernanda Peixe (Directora de Curso, Departamento de Economia)
- Prof. Doutor Joaquim Ramalho (Adjunto, Departamento de Economia)
- Prof. Doutor João Pereira (Departamento de Economia)
- Prof. Doutor Manuel Branco (Departamento de Economia)
- Prof. Doutora Palmira Lacerda (Departamento de Gestão de Empresas)

No entanto, deve-se também salientar o apoio fundamental prestado pela Pró-Reitoria para a Avaliação Institucional e Política de Qualidade (em particular do Pró-Reitor Professor Doutor Carlos Vieira e da sua equipa técnica), nomeadamente na organização e acompanhamento processuais, na recolha, tratamento e análise de informação diversa, e na produção de relatórios sobre os vários inquéritos de opinião realizados no sentido de permitir caracterizar, classificar e diagnosticar situações múltiplas directamente relacionadas com o Curso de Economia da Universidade de Évora. Este Relatório foi no final submetido a apreciação junto dos seguintes órgãos e entidades: Conselho Científico, Conselho Pedagógico, Vice-Reitor do pelouro para o ensino, Departamento de Economia e Departamento de Gestão de Empresas.

A informação utilizada na elaboração deste Relatório provém de várias fontes internas e externas, às quais agradecemos a disponibilidade demonstrada. Na Universidade de

Évora, foram recolhidos dados junto da Reitoria, Senado, Conselho Científico, Conselho Pedagógico, Vice-Reitoria para a Investigação, Pró-Reitoria para os Espaços, Departamentos envolvidos na Licenciatura em Economia, Comissões de Curso dos Mestrados e Pós-Graduações mais ligados à área do Curso, Serviços Académicos, Serviços Administrativos, Serviços de Computação, Serviços Técnicos, Serviços de Acção Social, Directoria do Colégio do Espírito Santo, Directoria do Colégio Luís António Verney, Directoria do Colégio da Mitra, Núcleo de Apoio às Actividades de Cooperação Internacional, Núcleo de Apoio ao Estudante, Centro de Intervenção Psicológica, Gabinete de Informação e Apoio a Actividades em Desenvolvimento, Gabinete de Relações Públicas, Biblioteca e alunos da Licenciatura em Economia. Externamente, foi recolhida informação junto do Ministério da Educação, da Fundação das Universidades Portuguesas, das diversas entidades empregadoras e dos licenciados em Economia pela Universidade de Évora.

Contudo, foram também várias as dificuldades e limitações sentidas, quer pela Pró-Reitoria para a Avaliação Institucional e Política da Qualidade, quer pela Comissão de Curso da Licenciatura em Economia. Com efeito, a importância deste processo de avaliação parece não ter sido completamente interiorizada pela comunidade universitária, o que, por um lado, não permitiu a obtenção de taxas de resposta mais elevadas nos inquéritos de opinião aos docentes, alunos e funcionários não docentes, e, por outro lado, complicou o acesso em tempo útil a muita da informação que os serviços de apoio (nomeadamente de secretariado) deveriam fornecer.

A realização desta volumosa e estratégica actividade de auto-avaliação, concretizada na elaboração deste Relatório, constituiu uma oportunidade única para efectuar um balanço crítico e honesto das políticas e actividades desenvolvidas nos últimos anos no âmbito desta Licenciatura e, assim, diagnosticar carências e pontos fracos que no futuro poderão ser corrigidos. Neste sentido, quer este Relatório quer aquele que a Comissão de Avaliação Externa elaborará deverão ser determinantes na definição do futuro da Licenciatura em Economia da Universidade de Évora.

II. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Todas as informações fornecidas neste capítulo dizem respeito à Universidade de Évora como um todo e não especificamente ao Curso de Economia.

1. A Universidade de Évora

A Universidade de Évora foi a segunda Instituição de Ensino Superior a ser fundada em Portugal. Após a criação da Universidade de Coimbra, em 1537, sentiu-se a necessidade de outra Universidade na zona sul do país. Évora, metrópole eclesiástica e residência temporária da Corte, surgiu como a cidade mais indicada para instalação da nova Universidade.

A ideia de criação da segunda Universidade do Reino pertenceu a D. João III, mas a sua concretização ocorreu com o Cardeal D. Henrique. Interessado nas questões de ensino e ciência, D. Henrique começou por fundar o Colégio do Espírito Santo. Este é ainda hoje o principal edifício da Universidade de Évora e foi o primeiro a ser construído com fins de ensino em Portugal. Ainda as obras do edifício decorriam quando o Cardeal solicitou a Roma autorização para o seu funcionamento como Universidade. Com a anuência do Papa Paulo IV, expressa na Bula Papal *Cum a nobis* de Abril de 1559, a nova Universidade, podia leccionar todas as matérias científicas, excepto a medicina, o direito civil e a parte contenciosa do direito canónico (situação que se mantém até à data). A inauguração solene da Universidade decorreu no dia 1 de Novembro de 1559. Neste dia comemora-se anualmente o aniversário da Universidade com a cerimónia de abertura solene do ano académico.

O Cardeal D. Henrique confiou à Companhia de Jesus a regência da Universidade, onde eram leccionadas as disciplinas de Filosofia, Moral, Escritura, Teologia Especulativa, Retórica, Gramática e Humanidades. Este quadro inseria a Universidade no plano tradicional contra-reformista das instituições católicas europeias do ensino superior, controladas na maioria pelos Jesuítas. No reinado de D. Pedro II foi introduzido o ensino das Matemáticas, o qual abrangia matérias diversificadas como a Geografia, a Física e a Arquitectura Militar.

A conjuntura política e cultural de meados do século XVIII revelou-se hostil aos Jesuítas e a Universidade de Évora tornou-se um alvo da política reformadora e centralista do Marquês de Pombal. Após duzentos anos de existência, e no âmbito das reformas políticas e culturais realizadas pelo Marquês de Pombal (que conduziram ao Decreto de Expulsão do Reino dos Padres Jesuítas), a Universidade Jesuíta Eborense seria encerrada em 1759.

Apenas em 1973, exactamente 214 anos após a sua suspensão, por decreto do então Ministro da Educação Nacional Professor Doutor José Veiga Simão, foram reiniciadas as actividades lectivas no mesmo local, como Instituto Universitário de Évora, o qual deu lugar, em 1979, à actual Universidade de Évora. As aulas na Universidade recomeçaram a 10 de Novembro de 1975, com os cursos de Produção Vegetal, Produção Animal, Ciências Sociais e Planeamento Biofísico.

Com o decorrer do tempo e o natural crescimento da instituição, quer em número de docentes quer de alunos, criaram-se novos ramos do conhecimento científico. Assim, a Universidade ofereceu no ano lectivo 2002/2003 37 cursos de licenciatura (ver Tabela 1) e vários de formação avançada (Mestrados e Pós-graduações), contemplando ainda 40 áreas de doutoramento. Nesse ano lectivo foram oferecidas cerca de 1120 vagas nos cursos de formação inicial. Globalmente, a Universidade conta actualmente com 7913 alunos inscritos, 618 docentes e 398 funcionários não docentes. Nos últimos cinco anos, licenciaram-se cerca de 2400 alunos.

Actualmente, na cidade de Évora, a Universidade distribui-se por vinte edifícios, nove dos quais são residências estudantis. Fora da cidade, a Universidade estende-se pelos Pólos da Mitra (Valverde), de Estremoz, de Sines, de Marvão e de Alter-do-Chão, onde se ministram ensinos de especialidades e se desenvolvem projectos de investigação, e ainda por duas Herdades Experimentais no Baixo Alentejo (Outeiro e Rasca).

Tabela 1 – Identificação da Instituição

Instituição: Universidade de Évora		Tipo: Universidade pública	
Ano de Fundação*: 1973			
Grau de Autonomia:			
Em sede do Despacho Normativo n.º 84/89 de 31 de Agosto, Capítulo I, Artigo 1º é estatuído: "A Universidade de Évora é uma pessoa colectiva de direito público, goza de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da lei e dos presentes Estatutos".			
Lista de cursos em funcionamento no ano lectivo de 2002/2003:			
Arquitectura		Ensino de Biologia e Geologia	
Arquitectura Paisagista		Ensino de Física e Química	
Artes Plásticas		Ensino de História	
Biologia		Ensino de Matemática	
Bioquímica		Ensino de Português e Francês	
Ciências da Actividade Física Humana		Ensino de Português e Inglês	
Ciências do Ambiente (Ramo de Qualidade do Ambiente)		Estudos Teatrais	
Economia		Filosofia	
Educação de Infância		Gestão de Empresas	
Engenharia Agrícola		História (Ramo Património Cultural)	
Engenharia Agro-Alimentar		História (Ramo Arqueologia)	
Engenharia Biofísica		Matemática Aplicada	
Engenharia Informática		Medicina Veterinária	
Engenharia de Processos Químicos Industriais		Música	
Engenharia de Produção Industrial e Energia		Psicologia	
Engenharia de Recursos Geológicos (Ramo de Minerais e Rochas Industriais)		Química	
Engenharia de Recursos Hídricos		Sociologia	
Engenharia Zootécnica		Tradução (Variante de Inglês e Francês)	
Ensino Básico (1º Ciclo)			

* Como referido atrás, a Universidade de Évora foi criada em 1559 e encerrada em 1759 na sequência da expulsão dos jesuítas. Em 1973, de acordo com o estatuído no Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto, é restaurado o ensino universitário com a criação do Instituto Universitário de Évora. Em 4 de Janeiro de 1974 tomou posse a primeira Comissão Instaladora e o jovem Instituto iniciou o seu funcionamento em 10 de Novembro de 1975. Em 1979, o Decreto-Lei n.º 482, de 14 de Dezembro, cria a Universidade de Évora, extinguindo simultaneamente o Instituto Universitário.

2. Recursos Financeiros

Os recursos financeiros geridos pela Universidade de Évora no ano civil correspondente ao início do ano lectivo-objecto (ano 2002) estão sumariados na Tabela 2. Através da análise desta Tabela é possível analisar as fontes de financiamento e respectiva afectação de verbas no ano económico 2002 para o conjunto da Universidade de Évora.

Tabela 2 – Recursos Financeiros

unidade: euros

Instituição: Universidade de Évora		
Ano económico: 2002		
1. Fontes de Financiamento		
	Saldo do ano anterior	1.895.543,91
Fundos Públicos		
OE	31.996.721,00	
PIDDAC	1.305.090,39	
PRODEP	781.724,16	
FEDER	2.070.049,36	
Diversos	-	
<i>Sub-Total</i>		36.153.584,91
Outros fundos		
Propinas	3.218.937,00	
Serviços	6.891.360,82	
Diversos	1.455.399,53	
<i>Sub-Total</i>		11.565.697,35
	<i>Total</i>	49.614.826,17
2. Afectação de verbas		
Ensino		
Pessoal	31.271.154,19	
Equipamento	3.680.876,28	
Bibliografia	277.326,30	
Manutenção	1.565.705,35	
Diversos	7.244.639,81	
<i>Sub-Total</i>		44.039.701,93
Investigação		
Bolsas	4.149,80	
Projectos	3.809.213,09	
Diversos	7.761.761,35	
<i>Sub-Total</i>		5.575.124,24
	<i>Total</i>	49.614.826,17

Fonte: Serviços Administrativos da Universidade de Évora.

Quanto às fontes de financiamento, os recursos públicos transferidos do Orçamento do Estado representaram cerca de 64,5% do total de financiamento obtido pela Universidade. Outras fontes públicas de financiamento contribuíram com cerca de 8,4%, o que significa que cerca de 72,9% do financiamento total da Universidade teve

origem em fundos públicos. As propinas e outros fundos garantiram apenas cerca de, respectivamente, 6,5% e 16,8% do financiamento global da Universidade de Évora.

No domínio da afectação de verbas, a componente “Ensino” recebeu cerca de 88,8% do financiamento total, tendo os encargos com pessoal representado cerca de 71% daquele montante. Apenas 11,2% do total das verbas disponíveis em 2002 foram aplicadas em actividades de investigação.

3. Espaços e Equipamentos de Utilização Geral

A Universidade de Évora dispõe de múltiplos espaços e equipamentos de utilização geral, distribuídos por vários locais e serviços. Em termos de cidade de Évora e arredores, a Universidade distribui-se por onze edifícios, os quais, para fins de organização interna, se encontram afectos a três Colégios (ver Quadro 1). Aos directores de cada Colégio cabe a gestão dos respectivos edifícios.

Quadro 1 – Colégios da Universidade de Évora

Colégios	Edifícios a Cargo
Colégio do Espírito Santo	Colégio do Espírito Santo Edifício do Santo Agostinho Palácio da Inquisição Palácio do Vimioso Casa Cordovil Convento do Carmo Edifício da Antiga Cadeia Edifício dos Leões Pavilhão Gimnodesportivo
Colégio Luís António Verney	Edifício Luís António Verney
Colégio da Mitra	Herdade da Mitra

Fonte: Pró-Reitoria dos Espaços.

Na Tabela 3 é apresentada uma breve caracterização das salas de aula, bibliotecas e locais de estudo e convívio existentes na Universidade de Évora. Embora, dada a organização interna da Universidade de Évora, não existam espaços exclusivamente alocados a cada curso, no caso das salas de aula optámos por descrever apenas as que foram utilizadas pela Licenciatura em Economia no ano lectivo 2002/2003. De notar ainda que a maioria das actividades lectivas do Curso de Economia decorrem no Colégio do Espírito Santo, local onde estão instalados os departamentos que desempenham um papel de maior relevo no Curso, nomeadamente os Departamentos de

Economia e Gestão de Empresas.

Todas as salas de aula de uso geral encontram-se equipadas com retroprojectores, ecrãs e quadros, podendo os docentes e alunos requisitar projectores de slides, projectores de vídeo, tv, vídeos e sinescópios junto dos funcionários das Directorias dos Colégios de cada edifício. As salas para utilizações específicas encontram-se equipadas com material adequado às actividades que nelas ocorrem. Para além do equipamento existente em cada sala, os docentes e alunos podem requisitar outros equipamentos junto dos serviços de meios audiovisuais, serviços técnicos e serviços de computação. A maioria das aulas decorre entre as oito e as vinte horas.

As três Bibliotecas da Universidade de Évora, que se localizam nos edifícios principais de cada Colégio, reúnem cerca de 142 mil obras catalogadas. Com uma área total de 1853 m², este conjunto de Bibliotecas apresenta períodos diários de funcionamento compreendidos entre as nove e as vinte e três horas. Todas elas estão informatizadas, com ligação a bases de dados bibliográficas externas e a vários motores de busca (nacionais e internacionais).

Para além das salas de estudo afectas à biblioteca, os principais espaços lectivos da Universidade dispõem de locais privilegiados de estudo e convívio, com capacidade global para cerca de 208 alunos e com horários de funcionamento compreendidos entre as 9 e as 18/20horas.

Em termos de equipamentos, serviços, estruturas e outras instalações de apoio, sistematiza-se na Tabela 4 a informação com maior relevância para a caracterização da Universidade de Évora no ano lectivo de 2002/2003.

Tabela 3 – Espaços

Instituição: Universidade de Évora
Ano lectivo: 2002/2003

3.1. Salas de Aula

Edifício	N.º da sala	Capacidade	Ocupação semanal (n.º de horas)				Equipamento	Acessibilidade para deficientes	Disciplinas
			total		curso				
			1º S	2º S	1º S	2º S			
Colégio do Espírito Santo	103	57	31,5	31,5	3,5	6	57 mesas e cadeiras, retroprojector, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Matemática II, Teoria Macroeconómica II (P), Direito Económico (P), Econometria, Elaboração e Análise de Projectos I (P)
Colégio do Espírito Santo	104	29	45	45	4	0	29 mesas, 29 cadeiras, retroprojector, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Instituições e Direito da União Europeia, Elaboração e Análise de Projectos I (P)
Colégio do Espírito Santo	105	30	45	49	5	6	30 mesas, 30 cadeiras, retroprojector, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Teoria Macroeconómica I (P), Direito Económico (P), Teoria Macroeconómica II (P), Instituições e Direito da União Europeia, Gestão e Planeamento Autárquico, Investigação Operacional I
Colégio do Espírito Santo	106	69	46	48	7	4	69 cadeiras de palmatória, retroprojector, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Economia Internacional I, Planeamento Económico I, Estrutura da Economia Portuguesa, Econometria, Planeamento Económico II, Economia Internacional II
Colégio do Espírito Santo	107	30	51	41	0	4	30 mesas, 30 cadeiras, retroprojector, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Economia Monetária e Financeira II (P), Economia e Política da União Europeia

Edifício	N.º da sala	Capacidade	Ocupação semanal (n.º de horas)				Equipamento	Acessibilidade para deficientes	Disciplinas
			total		curso				
			1º S	2º S	1º S	2º S			
Colégio do Espírito Santo	110	50	48	43	15,5	5	50 mesas, 50 cadeiras, retroprojector, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Matemática I (P), Introdução à Economia I (P), Matemática II (P), Estatística I (P), Teoria Microeconómica I (P), Estatística II (P), Planeamento Económico I, História do Pensamento Económico (P), Integração Económica (P)
Colégio do Espírito Santo	115	77	47,5	30,5	9,5	9,5	77 cadeiras de palmatória, retroprojector, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Introdução ao Direito, Investigação Operacional I, Investigação Operacional II, Economia Monetária e Financeira II, Modelos Económicos, Economia Regional, Integração Económica, Economia e Política Agrícolas, Elaboração e Análise de Projectos I, Política Económica, Economia e Política Industrial
Colégio do Espírito Santo	118	34	45,5	51,5	2	18,5	34 mesas, 34 cadeiras, retroprojector, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Matemática II (P), Introdução às Técnicas de Gestão (P), Teoria Macroeconómica I (P), Teoria Macroeconómica II, Economia Regional (P), Investigação Operacional II (P), Economia Monetária e Financeira II, Política Económica (P), Economia e Política Industrial (P), Elaboração e Análise de Projectos II (P)
Colégio do Espírito Santo	119	44	37,5	46,5	5,5	4	44 mesas, 44 cadeiras, retroprojector, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Matemática I, Estatística I (P), Finanças Públicas (P), Desenvolvimento Regional, Política Económica (P)
Colégio do Espírito Santo	120	44	51	52,5	10	5,5	44 mesas, 44 cadeiras, retroprojector, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Teoria Macroeconómica I (P), Teoria Microeconómica II (P), Estrutura da Economia Portuguesa, Economia Internacional I (P), Planeamento Económico I, Elaboração e Análise de Projectos II (P), Economia e Política Industrial (P)
Colégio do Espírito Santo	121	64	36	42	5	0	64 cadeiras de palmatória, retroprojector, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Matemática I, Introdução à Economia, Econometria, Economia Monetária e Financeira I

Edifício	N.º da sala	Capacidade	Ocupação semanal (n.º de horas)				Equipamento	Acessibilidade para deficientes	Disciplinas
			total		curso				
			1º S	2º S	1º S	2º S			
Colégio do Espírito Santo	122	60	34	46,5	9,5	26	60 mesas, 60 cadeiras, retroprojector, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira, 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Contabilidade Nacional, Matemática II (P), Introdução à Economia II (P), Estatística I (P), Teoria Microeconómica II (P), Finanças Públicas (P), Estatística II (P), Investigação Operacional II (P), Economia Regional II (P), História do Pensamento Económico (P), Elaboração e Análise de Projectos I (P), Instituições e Direito da União Europeia, Desenvolvimento Regional, Organização e Direcção de Empresas, Elaboração e Análise de Projectos II (P), Organização e Direcção de Empresas (P)
Colégio do Espírito Santo	136	30	35	21	12	6	15 mesas, 30 cadeiras, 13 computadores, 1 impressora, retroprojector, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira, 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Introdução à Programação (P), Econometria (P), Modelos Económicos (P)
Colégio do Espírito Santo	205	30	20	31	2	6	30 cadeiras, 30 mesas, 17 computadores, retroprojector, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira, 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	S	Informática Aplicada (P), Informática de Gestão
Colégio do Espírito Santo	208	30	47	44,5	6	1,5	30 cadeiras, 30 mesas, retroprojector, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira, 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	S	Introdução às Técnicas de Gestão (P), Economia e Política Agrícola (P), Integração Económica (P)
Colégio do Espírito Santo	272	100	33,5	36	20	11	100 cadeiras com palmatória, 3 quadros, 1 secretária, 1 cadeira, 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	S	História dos Factos Económicos, Introdução à Economia, Introdução às Técnicas de Gestão, Estatística I, Teoria Microeconómica I, Teoria Macroeconómica I, Introdução à Programação, Teoria Microeconómica II, Teoria Macroeconómica II, Finanças Públicas, Investigação Operacional I, Informática de Gestão, Política Económica

Edifício	N.º da sala	Capacidade	Ocupação semanal (n.º de horas)				Equipamento	Acessibilidade para deficientes	Disciplinas
			total		curso				
			1º S	2º S	1º S	2º S			
Casa Cordovil	Anfiteatro	100	22,5	30	5,5	11,5	100 cadeiras de palmatória, 1 quadro , 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Matemática I, Introdução à Economia I, Introdução à Economia II, Matemática II, Estatística II, Economia Monetária e Financeira I, Investigação Operacional II
Casa Cordovil	024	17	31	9	2	0	17 cadeiras, 10 mesas duplas, 13 computadores, 2 armários de portas de correr , 1 quadro , 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Italiano I (P)
Casa Cordovil	032	49	46	46	4	2	49 cadeiras de palmatória, 1 quadro , 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Espanhol I (P), Matemática I (P), Italiano II (P)
Casa Cordovil	036	60	45	49	0	7	60 cadeiras de palmatória, 1 quadro , 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Economia Internacional II (P), Planeamento Económico II (P), Elaboração e Análise de Projectos II (P)
Casa Cordovil	123	104	31,5	35,5	2	9	104 cadeiras de palmatória, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Introdução ao Direito, Contabilidade Nacional, Informática Aplicada, Teoria Microeconómica II, Elaboração e Análise de Projectos II, Economia e Política Industrial, Teorias e Políticas de Desenvolvimento
Casa Cordovil	127	35	42,5	40,5	4	9,5	35 mesas, 35 cadeiras, 1 quadro , 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Economia Internacional I, Elaboração e Análise de Projectos II (P), Gestão e Planeamento Autárquico, Teorias e Políticas de Desenvolvimento (P), Economia e Política da União Europeia, Teorias e Políticas de Desenvolvimento (P)
Casa Cordovil	128	45	40	36,5	4	11	45 mesas, 45 cadeiras, 1 quadro , 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Introdução às Técnicas de Gestão, Inglês II, Introdução à Economia II (P), Investigação Operacional I, Planeamento Económico II (P), Economia Internacional II (P), Economia Monetária e Financeira I

Edifício	N.º da sala	Capacidade	Ocupação semanal (n.º de horas)				Equipamento	Acessibilidade para deficientes	Disciplinas
			total		curso				
			1º S	2º S	1º S	2º S			
Casa Cordovil	133	34	45	46	2	0	34 mesas, 34 cadeiras, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Francês I (P)
Casa Cordovil	134	31	42	46,5	0	8,5	31 mesas, 31 cadeiras, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Francês II (P), Introdução às Técnicas de Gestão (P), Espanhol II
Palácio do Vimioso	014	56	35	23	10	0	56 cadeiras de palmatória, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Inglês I (P), Matemática I, Introdução à Economia I
Palácio do Vimioso	011	56	35	30	3	0	56 cadeiras de palmatória, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	Elaboração e Análise de Projectos I (P)
Palácio do Vimioso	111	63	40	32	2	0	63 cadeiras de palmatória, 1 quadro, 1 secretária, 1 cadeira 1 caixote do lixo, 1 bengaleiro	N	História do Pensamento Económico

Fonte: Reitoria / 2003.

Nota: P = aula prática.

3.2. Bibliotecas

Edifício	Área do conhecimento	Área (m ²)	Capacidade	N.º de livros	Horário de funcionamento	Acessibilidade para deficientes
Colégio do Espírito Santo	Ciências Humanas, Sociais, Económicas e Empresariais	1327	170	102516	9:00 – 23:00	N
Colégio Luís António Verney	Ciências Exactas	386	105	24027*	9:00 – 20:00	N
Colégio da Mitra	Ciências Agrárias e Veterinárias	140	50	15835	9:15 – 17:30	N

Fonte: Biblioteca da Universidade de Évora / 2003.

* Não estão contabilizados livros referentes à Física, Química e Matemática que se encontram nos respectivos departamentos.

3.3. Locais de Estudo e de Convívio

Edifício	Tipo	Área (m ²)	Capacidade	Horário de funcionamento	Acessibilidade para deficientes
Hospital Veterinário (Colégio da Mitra)	Sala	43	20	9.00 – 18.00	S
Colégio Luís António Verney	Átrios e corredores	315	44	9.00 – 20.00	S
Palácio do Vimioso	Átrios e corredores	74	36	9.00 – 20.00	N
Palácio da Inquisição	Átrios e corredores	120	24	9.00 – 20.00	S
Edifício do Anel (Colégio da Mitra)	Sala	41	20	9.00 – 18.00	N
Edifício do Espírito Santo	Sala	165	64	9.00 – 20.00	S

Fonte: Reitoria / 2003.

Tabela 4 – Equipamentos de Utilização Geral

Instituição: Universidade de Évora

4.1. Equipamento Informático

Edifício	Sala	N.º de máquinas	Sistema	N.º de computadores com acesso à internet	N.º de impressoras	Horário de funcionamento
Colégio do Espírito Santo	206	9	Windows 98 SE PT	9	2	Dias úteis, domingos e feriados: 0:00 - 9:00; 10:00 - 24:00 Sábados: 0:00 - 9:00; 12:45 -24:00
	Laboratório 2	6	Windows 98 SE PT	6	0	Dias úteis: 9:00h-23:30h Sábados: 9:00h-12:45h
	Laboratório 3	25	Windows 98 PT	25	0	Dias úteis: 9:00h-23:30h Sábados: 9:00h-12:45h
Colégio Luís António Verney	144	10	Solaris	10	0	Horário do Edifício
	172/175 (Universia)	22	Windows XP	22	0	10:00 - 18:00
	Quiosque Internet (Hall)	3	Solaris	3	0	Horário do Edifício
Palácio da Inquisição	Quiosque Internet	3	Windows	3	0	Horário do Edifício
Palácio do Vimioso	Quiosque Internet	3	Windows	3	0	Horário do Edifício
Casa Cordovil	023	6	Windows 98 PT	6	0	Horário do Edifício
Colégio da Mitra	Biblioteca	8	Windows 98 PT	8	0	Dias úteis: 9:00h-17:30h

Fonte: Serviços de Computação da Universidade de Évora / 2003.

4.2. Recursos multimédia (N.º)

Computador portátil	DVD	Projector multimédia portátil	Projector multimédia fixo	Televisões	Retroprojector	Vídeo
0	0	3	1	17	120	17

Observações:

- 1- Projectores de slides em salas de aula: 60;
- 2- Serviços Audiovisuais:
 - Gravação de vídeo e som; edição digital e analógica de vídeo e som; duplicação de cassetes áudio e vídeo; programação de CDROM; tratamento de imagem digital; duplicação de slides e fotografias; montagem de diaporamas;
 - Sistemas de vídeo disponíveis: Betacam SP; DVCAM; SVHS; VHS; Hi8 – tudo em PAL; Duplicação de NISC e SECAM para PAL;
 - Equipamento audiovisual para empréstimo/aluguer – retroprojector, projectores de slides, projector de vídeo, máquinas fotográficas, câmaras de vídeo, gravadores áudio, amplificador de som, telas, etc.;
 - Horário de funcionamento: 9:00 - 12:30 / 14:00 - 17:30;
 - Aberto aos seguintes utentes: docentes e investigadores; alunos; unidades orgânicas da Universidade de Évora; e terceiros.

Fonte: Serviços de Meios Audiovisuais da Universidade de Évora / 2003.

4.3. Outras instalações de apoio
4.3.1. Residências Universitárias

Residência	N.º de camas		
	Masculino	Feminino	Totais
António Gedeão	143	147	290
Manuel Álvares	33	38	71
Soror Mariana	0	50	50
Florbela Espanca	0	59	59
Bento de Jesus Caraça	31	0	31
Eborim	0	25	25
Vista Alegre	13	13	26
Jaime Cortesão	0	12	12
Portas de Moura	0	23	23
<i>Total</i>	220	367	587

Fonte: Serviços de Acção Social da Universidade de Évora / 2003.

4.3.2. Refeitórios

Refeitório	Alcaçarias	Verney	Mitra	Total
N.º lugares sentados	404	316	136	856

Observações:

- O Refeitório Alcaçarias serve almoços e jantares em todos os dias da semana incluindo Sábados, Domingos e Feriados, com excepção do mês de Agosto;
- O Refeitório Verney serve almoços e jantares em todos os dias úteis da semana, com excepção da sexta-feira, dia em que só serve almoços;
- O Refeitório Mitra só serve almoços, em todos os dias úteis da semana;
- No Refeitório Alcaçarias, para além das refeições tradicionais, é ainda servida comida Macrobiótica e Vegetariana (apenas disponível aos almoços e jantares de dias úteis).

Fonte: Serviços de Acção Social da Universidade de Évora / 2003.

4.3.3. Estruturas de Orientação Escolar

Os alunos dispõem de apoio pedagógico e psicológico, cuja orientação está a cargo da Prof. Doutora Constança Machado, do Departamento de Psicologia da Universidade de Évora. Estas consultas decorrem no CIP (Centro de Intervenção Psicológica), sito na rua de Machede.

Fonte: Serviços de Acção Social da Universidade de Évora / 2003.

4.3.4. Estruturas de Apoio Médico

Os Serviços de Acção Social da Universidade de Évora (SASUE) mantêm um protocolo com a Clínica SOS, através do qual são assegurados os seguintes serviços:

- Consultas gratuitas de Clínica Geral, 3 vezes por semana, no gabinete médico dos SASUE;
- Apoio domiciliário a taxas reduzidas para os alunos colocados nas Residências Universitárias;
- Consultas de Oftalmologia e Obstetrícia, a preços reduzidos, nas instalações da Clínica SOS;
- Emissão gratuita do cartão do Grupo Sanguíneo;
- Exames médicos gratuitos para os alunos que praticam desporto em representação da Universidade;
- Apoio médico gratuito nos eventos da Queima das Fitas e da Recepção ao Caloiro.

Fonte: Serviços de Acção Social da Universidade de Évora / 2003.

4.3.5. Serviços de Reprografia

Reprografias

Edifício	Equipamento	Capacidade
Colégio do Espírito Santo	Sistema Integrado de Cópia Digital	200.000/mês
	2 máquinas fotocopiadoras 1 duplicador 3 máquinas de offset	—
	Sistema Integrado de Cópia Digital	40.000/mês
Colégio Luís António Verney	1 máquina fotocopiadora 1 duplicador	—
	Sistema Integrado de Cópia Digital	30.000/mês
Colégio da Mitra	1 máquina fotocopiadora 1 duplicador	—

Máquinas Fotocopiadoras em regime de self-service

Edifício	Equipamento
Colégio do Espírito Santo	Em espaço aberto (Serviço de Reprografia) Em espaço aberto (Auditório) Biblioteca
Colégio Luís António Verney	Em espaço aberto: 3 Biblioteca
Colégio da Mitra	Em espaço aberto: 3 Biblioteca
Casa Cordovil	Em espaço aberto (sala de estudo)
Palácio do Vimioso	Em espaço aberto (junto à telefonista)
Palácio da Inquisição	Em espaço aberto (junto ao secretariado do Departamento de Pedagogia e Educação)
Edifício dos Leões	Em espaço aberto (junto ao gabinete do contínuo)

Centro de Cópias de exploração privada

Disponíveis nos Colégios do Espírito Santo e Luís Verney

Fonte: Serviços de Reprografia e Publicações da Universidade de Évora / 2001.

4.3.6. Livrarias, Papelarias, Bares, Restaurantes, ...		
Edifício	Tipo de serviço	Horário de funcionamento
Colégio do Espírito Santo	Bar	8:45 – 19:00
	Livraria	9:00 – 19:00
	Papelaria	9:30 – 13:00 / 14:00 – 19:00
	Restaurante “Cozinha do Cardeal”	Almoços: 12:00 – 15:00 Jantares: 19:00 – 21:00
	Loja Luís de Molina	10:00 – 14:00 / 15:00 – 18:00
Colégio Luís António Verney	Bar	8:45 – 20:00
	Livraria	10:00 - 17:00
Colégio da Mitra	Bar	8:30 – 18:00
Pavilhão Gimnodesportivo		9:30 – 13:30 / 15:30 – 23:30
Lavandaria “self-service”		

Fonte: Guia do Estudante 2002/2003.

Distribuídos por salas, laboratórios e bibliotecas, os alunos puderam usufruir de 95 computadores (com respectivos periféricos e ligação à Internet), a maioria correndo em ambiente Windows. De notar que no Colégio do Espírito Santo, mesmo aos fins-de-semana e feriados, há computadores disponíveis para os alunos 24 horas por dia.

Os Serviços de Meios Audiovisuais disponibilizam recursos materiais e competências técnicas nos domínios da produção e edição audio, foto, vídeo e multimédia, garantindo ainda o empréstimo / aluguer de equipamentos vários (fotografia, vídeo, projecção, gravação, etc.) e assumindo a responsabilidade pela instalação / manutenção / reparação da generalidade do equipamento audiovisual de apoio às actividades lectivas.

As nove Residências Universitárias dispersas pela cidade de Évora garantiram alojamento a 587 alunos (220 do sexo masculino e 367 do sexo feminino). Em cada uma delas os estudantes residentes podem utilizar espaços comuns de cozinha, lavandaria, salas de estudo e salas de convívio.

A Universidade dispõe de três refeitórios (Alcaçarias, Verney e Mitra), com uma capacidade total de 856 lugares sentados. Nos vários espaços da Universidade, existem ainda três bares (com serviço de cafetaria e pequenas refeições), um restaurante e duas livrarias (exploradas pela Livraria Barata).

Os Serviços de Reprografia e Publicações, fisicamente distribuídos pelos Colégios do

Espírito Santo, Luís Verney e da Mitra, estão equipados com 3 sistemas integrados de cópia digital (ligados à Intranet) e várias máquinas fotocopiadoras, duplicadoras e de *offset*. Além desta capacidade, directamente operada pelos Serviços de Reprografia, existem várias outras fotocopiadoras em regime de *self-service*, distribuídas pelos vários edifícios da Universidade.

Para a prática desportiva, a Universidade dispõe de várias infra-estruturas próprias (um centro equestre, um pavilhão gimnodesportivo, uma pista de manutenção e vários espaços desportivos descobertos), utilizando ainda outras estruturas desportivas municipais (por exemplo piscinas públicas) e privadas.

Finalmente, a Universidade possui ainda várias estruturas de apoio aos alunos, com intervenção, nomeadamente, nos domínios da assistência médica (protocolada com uma clínica local), da orientação escolar e/ou aconselhamento psicológico, do apoio ao estudante deficiente ou ao trabalhador-estudante, do auxílio no domínio de programas comunitários de cooperação internacional (Leonardo da Vinci, Sócrates/Erasmus), e de ajuda na identificação de estágios e saídas profissionais.

III. DADOS RELATIVOS AO CURSO

A avaliação de uma licenciatura realizada num momento particular da sua trajectória não pode ignorar o seu percurso histórico sob pena de se perderem referências importantes para a compreensão das escolhas efectuadas no presente, nomeadamente quando se trata de uma licenciatura relativamente jovem como a que se pretende aqui avaliar. O poder explicativo destes factores contextuais no perfil do Curso de Licenciatura em Economia da Universidade de Évora é de difícil apreciação, no entanto estamos convictos de que a sua não consideração seria sempre mais prejudicial para a avaliação do curso do que uma sua eventual sobrevalorização.

1. Génese e Evolução do Curso

1.1. Objectivos do Curso

Ao longo do tempo as sociedades evoluíram e progrediram graças aos impulsos proporcionados pelos avanços no conhecimento, pelo que a sociedade humana é, desde há muito, a sociedade do conhecimento. A muito apregoada decadência da sociedade industrial e sua substituição pela sociedade do conhecimento constitui por este motivo uma simplificação exagerada das transformações sociais que estamos a testemunhar. A razão pela qual tanto se fala da sociedade do conhecimento reside no facto de assistirmos à crescente mercantilização do conhecimento, ou, dito de outro modo, de este se estar a transformar num produto como qualquer outro e portanto a submeter-se à lógica do mercado, às suas leis. Face a este fenómeno, a Universidade, centro tradicional de produção do conhecimento, e em particular o ensino da Economia, encontra-se perante um enorme desafio, o de intervir activamente nas transformações em curso preservando os valores humanistas e universalistas que presidiram à sua fundação.

A formação superior universitária não pode ignorar que, ávido de recursos humanos, o chamado mercado de trabalho irá exercer uma pressão cada vez maior sobre as universidades para lhe fornecer profissionais competentes com o desígnio de melhorar o comportamento das empresas, e por extensão da nação, no território moedeiro ao

extremo da competitividade global. Um curso superior de Economia na Universidade de Évora tem, por isso, de estar atento a não defraudar esta expectativa por maioria de razão quando se trata de um sistema público, e portanto financiado através das contribuições que o sistema de tributação impõe e que o interesse comum legitima. Em consequência, a componente profissionalizante, aplicada, da Licenciatura em Economia recebe, como não podia deixar de ser, uma atenção esmerada. Não será de mais sublinhar, no entanto, que os profissionais dos novos tempos não podem limitar-se a ser meros executantes, devem também ser capazes de questionar os paradigmas que sustentaram a sua formação e de participar no processo de destruição criadora sem o qual o progresso não é possível; numa palavra, devem ser cultos, no sentido forte da palavra cultura.

O licenciado em Economia da Universidade de Évora deverá então possuir uma sólida formação científica nos territórios tradicionais da ciência económica, um domínio fácil das ferramentas necessárias à sua interpretação do mundo, uma reconhecida capacidade de aplicação dos seus conhecimentos às necessidades mais imediatas do mercado de trabalho e ainda possuir qualidades menos ligadas à especificidade do curso como a autonomia, a adaptabilidade, a responsabilidade ou a capacidade de produzir raciocínio independente, de trabalhar em equipa e de comunicar.

Em função da especificidade do ensino da Economia em Portugal, e na Universidade de Évora em particular, e beneficiando do profundo trabalho realizado nesta matéria pela Quality Assurance Agency for Higher Education do Reino Unido, o perfil do licenciado e, portanto, do Curso de Licenciatura em Economia é a seguir apresentado com maior detalhe.

Um curso de Economia, sem prejuízo da idiossincrasia de cada um, deve abordar um conjunto mínimo de matérias. Assim, reconhece-se que deverá estudar os fundamentos dos diferentes paradigmas sobre os quais assenta a ciência económica e o funcionamento da actividade económica nas suas vertentes macroeconómica e microeconómica, real e monetária, em domínios tão diversos como os da produção, consumo, repartição, acumulação e desenvolvimento. Deverá ainda analisar o conteúdo das políticas de intervenção e os seus efeitos nos domínios anteriormente citados, fornecendo um conhecimento teórico e aplicado das ferramentas necessárias à análise

quantitativa e qualitativa da actividade económica. Por fim, esta mesma actividade económica deverá ser analisada nas suas diversas dimensões espaciais, local, regional, nacional e internacional e inserida nos diversos contextos, social, histórico e jurídico nos quais ela decorre.

Ao licenciado em Economia poder-se-á, em consequência, exigir que faça prova:

- de compreensão dos conceitos e dos princípios económicos;
- de compreensão das abordagens teórica e aplicada da economia assim como do adequado uso de ambas;
- de competência no uso de métodos quantitativos e técnicas computacionais na análise dos mais variados problemas;
- de compreensão das fontes e dos conteúdos dos dados económicos assim como dos métodos mais relevantes para a sua análise;
- de competência na aplicação crítica do raciocínio económico a desígnios de política;
- de conhecimentos em adequado número de domínios de especialização em Economia, assim como capacidade de avaliação da literatura produzida pela investigação nos referidos domínios;
- de entendimento do facto de que os problemas económicos podem admitir mais do que uma abordagem e mais do que uma solução.

No que diz respeito às competências com relevância profissional adaptada às necessidades mais prementes do tecido produtivo nacional, o licenciado em Economia deverá dominar os instrumentos de registo e análise da actividade das empresas e possuir a capacidade para fundamentar a tomada de decisão em diversos capítulos, dos quais convém destacar o investimento e o financiamento. O licenciado em Economia deverá ter a capacidade de inserção profissional em instituições financeiras, instituições de ensino e investigação, consultoria e projectos, sector administrativo e comercial, permitindo-lhe a sua formação económica uma competência específica para a análise custo-benefício, não só em termos micro-empresariais como agregados e sociais. A licenciatura deverá fornecer-lhe a terminologia e os conceitos básicos para uma inserção fácil nas áreas identificadas, sem se substituir à necessária formação profissional específica para cada actividade.

A Universidade, contudo, sob risco de perder a sua essência, não pode estar unicamente ao serviço da formação dos recursos humanos que as empresas e a conjuntura reclamam, ela deve ainda, e quiçá sobretudo, olhar para outros desempenhos do indivíduo, dos quais convém realçar a cidadania, nos diversos níveis em que, por força da crescente integração dos destinos do planeta, ela é chamada a ser exercida.

1.2. Breve Descrição do Contexto em que o Curso foi Criado

Em 31 Dezembro de 1979, através do Decreto Regulamentar nº 75/79 o Curso de Licenciatura em Economia da Universidade de Évora é criado através da cisão da Licenciatura em Ciências Sociais, no seio da qual a formação em Economia surgia como uma linha de opção em conjunto com as formações em Sociologia e em Gestão de Empresas. Esta Licenciatura, por sua vez, constituía um legado sucessivamente do Instituto Superior Económico de Évora e da Escola Bento de Jesus Caraça. O *curriculum* continha disciplinas na área da Economia, Gestão, Matemática, Sociologia, História, Psicologia, Direito e Agricultura, construindo o curso em torno das competências científicas presentes na Universidade de Évora nos momentos iniciais da sua fundação.

Em 1987 foi possível concretizar a primeira grande reforma curricular da Licenciatura em Economia (Portaria n.º 643/87 de 22 de Julho, em DR 2ª série, n.º 166), que incorporou não somente os ensinamentos da experiência anterior, nomeadamente no domínio das Ciências Sociais, como introduziu ensinamentos mais clássicos de uma licenciatura convencional em Economia ou em Ciências Económicas. Esta Licenciatura era ministrada em 10 semestres lectivos, o último dos quais dedicado à realização de um trabalho de fim de curso.

O período que decorre entre 1987 e 1992, para além de pequenos ajustamentos de percurso, é marcado sobretudo pela introdução do sistema de unidades de crédito. Este novo sistema, em paralelo com o abandono do regime obrigatório de precedências, permitia uma gestão curricular mais flexível mas introduzia algumas dificuldades de planeamento das turmas e elaboração de horários. O trabalho de fim de curso que era suposto ser realizado durante um semestre na realidade ocupava um período de tempo

quase nunca inferior a um ano a tal ponto que passados quatro anos o número de alunos a realizar o trabalho de fim de curso era largamente superior ao número de licenciados.

Em 1992 tem lugar a segunda grande reforma curricular da licenciatura (Despacho do Senado Universitário de 17/6/1992, publicado em DR 2ª série, n.º 233, de 9/10/1992), a qual permitiu reduzir o número de anos lectivos da licenciatura de cinco para quatro. Esta reformulação pretendeu também racionalizar a estrutura curricular, economizando algumas disciplinas de importância desigual através de uma nova concentração em torno dos ensinamentos básicos da Economia e de uma integração de outros em novas disciplinas com maior capacidade de articulação e de absorção de conteúdos técnico-científicos. Em paralelo extinguiu-se a obrigatoriedade do trabalho de fim de curso, permitiu-se o agrupamento anual de disciplinas semestrais para efeitos de avaliação, e constituíram-se pequenos grupos de especialização para as disciplinas optativas. Se esta reforma permitiu aproveitar de modo mais intenso as formações de um corpo docente cujo número de doutorados crescia a ritmo elevado, tornou também a nova licenciatura órfã de domínios do conhecimento que lhe haviam dado até aí um carácter simultaneamente prático e aberto, reduzindo o peso dos ensinamentos em Gestão e em Ciências Sociais e Humanas.

1.3. Evolução do Curso no Período em Análise

A experiência acumulada gerou um consenso entre os docentes e os alunos no sentido de que a avaliação anual, permitida pela reforma de 1992, não trazia benefícios, acarretando sim desvantagens do ponto de vista pedagógico e contribuindo para o insucesso escolar. Por outro lado, a internacionalização dos cursos e nomeadamente o intercâmbio de estudantes fica também facilitada com a adopção do regime semestral. Assim, ano lectivo de 2001/2002 promoveu-se a desagregação das disciplinas, passando estas a ser na sua totalidade em regime semestral quer em termos de leccionação quer de avaliação.

Ainda no ano lectivo de 2000/2001 a Comissão de Curso da Licenciatura em Economia deu início a um processo de reflexão sobre o ensino em Economia, promovendo discussões alargadas com docentes, actuais e antigos alunos, e um processo de avaliação

interna com base em inquéritos a docentes, alunos, licenciados e empregadores. Este processo viria a culminar numa proposta de reforma do curso que, por seu turno, viria a ser aprovada em Senado Universitário em 28 de Janeiro de 2003, e publicada através da Deliberação n.º 1539/2003 em Diário da República, 2ª série, n.º 229 de 3 de Outubro de 2003. Esta reforma procurava ir mais longe do que a simples reestruturação curricular tanto mais que se pressentia a adopção pela tutela dos princípios decorrentes das diversas reuniões realizadas em torno da harmonização dos sistemas de ensino superior europeus, desde a primeira realizada na Sorbonne, em Paris, às subsequentes em Bolonha e em Praga.

A nova Licenciatura pretende agir em primeiro lugar ao nível da estrutura curricular do curso, introduzindo novas disciplinas em áreas vitais para o desenvolvimento da ciência económica e para a afirmação do seu papel na busca de um bem estar sustentável nas sociedades modernas, reformulando a sequência das matérias, redistribuindo os pesos das grandes áreas do conhecimento e introduzindo uma grande liberdade de escolha de disciplinas optativas, procurando deste modo dar resposta não só à exigência de um melhor aproveitamento escolar como também à necessidade de diversificar os percursos formativos e de reforçar a formação cultural do economista, de modo a poder fazer face à complexidade crescente dos problemas económicos

Em segundo lugar pretende reduzir a carga horária lectiva do Curso no sentido de redistribuir o esforço do aluno em prol do trabalho pessoal, individual e em grupo. Esta proposta visa assim colocar no mesmo pé a transmissão dos conhecimentos propriamente ditos e a capacidade de aquisição dos mesmos; dito de outro modo, tão importante é aprender como aprender a aprender.

Em terceiro lugar afirma de modo peremptório a importância do desenvolvimento da capacidade em organização e comunicação, ou seja, dos diferentes aspectos da organização do trabalho no processo de ensino/aprendizagem, do manuseamento dos sistemas de informação e das línguas estrangeiras e cujos ensinamentos serão ministrados sob a forma inovadora de cursos breves intensivos com turmas de dimensão reduzida. Na proposta de nova Licenciatura é dada uma relevância particular ao domínio da língua inglesa, que deverá constar obrigatoriamente do plano curricular de qualquer licenciado em Economia, podendo este possuir ainda mais alguns conhecimentos numa outra

língua com o objectivo não só de reforçar a capacidade de comunicação e a adaptabilidade mas também de constituir uma primeira ponte para a mobilidade internacional dos estudantes, iniciando ou aprofundando o conhecimento das línguas nas quais são ministrados os ensinamentos nas Universidades com as quais o curso de Economia estabeleceu, e estabelecerá, contratos bilaterais.

Em último lugar, a nova licenciatura comunga da filosofia subjacente ao chamado espírito de Bolonha ao centrar o curso no sujeito, isto é no estudante, adoptando desde já, de modo efectivo, o sistema de creditação ECTS (o qual contabiliza o esforço total do aluno e não só as horas lectivas) e ao organizar o plano curricular de modo a poder adaptar os ensinamentos às diversas durações dos diferentes graus que venham a ser definidas. Assim, os três primeiros anos da Licenciatura assumem uma clara relevância profissional, suficiente para poder, caso seja esse o figurino adoptado a nível comunitário, constituir o núcleo do primeiro grau de formação superior. O quarto ano, por seu turno, pretende fornecer uma especialização a diferentes níveis, sem pôr em causa o carácter generalista, em banda larga, do curso. Uma especialização que tem por objectivo o alargamento e o aprofundamento dos conhecimentos até aí adquiridos. Este quarto ano pode ainda constituir, se necessário, a parte lectiva de futuros ensinamentos pós-graduados.

Esta nova Licenciatura em Economia entrou em vigor no ano lectivo de 2003/2004 pelo que o processo de avaliação, e em particular a avaliação externa, dever-se-á debruçar, de facto, sobre dois cursos de Economia, o novo e o resultante da reforma realizada em 1992. Aos alunos inscritos no anterior plano curricular foi permitido optar por transitar para o plano curricular proposto na nova Licenciatura ou terminar o seu curso de acordo com o plano curricular anterior durante um período de quatro anos. Toda a informação quantificada, ou quase, contida neste relatório diz respeito à anterior Licenciatura, em vigor no ano lectivo 2002/2003, mas os seus autores introduzirão elementos respeitantes à nova Licenciatura sempre que tal se considere pertinente e, acima de tudo, útil para a apreciação do ensino de Economia na Universidade de Évora.

A Licenciatura em Economia na Universidade de Évora encontra-se acreditada pela Ordem dos Economistas. Até Março de 2003, permitia ainda aos licenciados que obtivessem aprovação (extra-curricular) a algumas disciplinas específicas a inscrição na

Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC). Nessa altura, a Licenciatura deixou de ser reconhecida pela CTOC, por força da definição de novas regras de inscrição nesta Câmara em Setembro de 2002. Durante o ano de 2003 solicitou-se à CTOC que reapreciasse a sua decisão à luz do novo plano de estudos para a Licenciatura que se previa entrar em vigor (tal como veio a verificar-se) no ano lectivo de 2003/2004. A 4 de Novembro de 2003, a CTOC deu resposta positiva a esta solicitação, reconhecendo esta Licenciatura em Economia como adequada para obtenção dos requisitos curriculares para o exercício da profissão de Técnico Oficial de Contas. Trata-se de um elemento importante para os futuros licenciados pois permite mais uma oportunidade em termos profissionais.

1.4. Articulação Institucional do Curso com o Departamento e/ou Escolas dentro da Universidade

As disciplinas que constituem o Curso de Licenciatura em Economia são na sua maioria oferecidas pelo Departamento de Economia, o qual inclui a Secção de Ciências Jurídicas.

Em particular, no plano de estudos em vigor em 2002/2003, 70,6% das disciplinas obrigatórias são leccionadas por docentes do Departamento de Economia. Os departamentos que se seguem, em termos de leccionação de disciplinas obrigatórias ao Curso de Economia, são o Departamento de Gestão de Empresas (12,1%) e o Departamento de Matemática (12,1%). Com uma contribuição mais pequena estão ainda os Departamentos de Informática e História.

Quanto às disciplinas optativas, estas são da responsabilidade dos Departamentos de Economia, Gestão de Empresas e Linguística e Literaturas.

Ao nível da articulação institucional, o Departamento de Economia e o Departamento de Gestão de Empresas constituem a Área Departamental de Ciências Económicas e Empresariais (ADCEE), partilhando recursos e responsabilidades, quer em termos científicos, quer em termos administrativos. Para levar a cabo estas tarefas existem dois órgãos, o Conselho Científico da ADCEE e o Conselho Directivo da ADCEE. Cada

departamento possui ainda um Conselho de Departamento próprio.

Os restantes departamentos envolvidos na Licenciatura em Economia pertencem à Área Departamental de Ciências Exactas (Matemática e Informática) e à Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais (História). As áreas departamentais possuem autonomia administrativa e científica, conforme estipulado nos estatutos da Universidade de Évora.

A ADCEE conta actualmente com 67 docentes, distribuídos pelas categorias indicadas no Quadro 2. Sempre que as necessidades lectivas o permitam, os departamentos da ADCEE procuram afectar os docentes às disciplinas que estão mais direccionadas com as suas áreas de formação.

Quadro 2 - Número de Docentes por Categoria na ADCEE

Categoria	Dep. Economia	Dep. Gestão Empresas	ADCEE
Prof. Catedrático	2	2	4
Prof. Assoc. c/ Agregação	-	1	1
Prof. Associado	8	4	12
Prof. Auxiliar	10	6	16
Assistente	14	20	34
<i>Total</i>	34	33	67

Fonte: Departamentos.

A aprovação do novo plano de estudos permitiu abrir o leque dos departamentos que contribuem, ainda que marginalmente, para o curso de Economia, tais como os Departamentos de Sociologia, Linguística e Literatura, Pedagogia e Educação e Psicologia. Essa contribuição traduz-se na leccionação de disciplinas obrigatórias, de disciplinas optativas ou de cursos breves que têm como objectivo complementar a formação básica do licenciado em Economia.

1.5. Enquadramento do Curso na Área Científica Pertinente

O Curso de Licenciatura em Economia da Universidade de Évora insere-se na área científica da Economia, tal como as licenciaturas afins oferecidas por outras universidades portuguesas e estrangeiras. No Quadro 3 apresentam-se as áreas científicas obrigatórias definidas para o plano de estudos em vigor no ano lectivo de 2002/2003, bem como os créditos atribuídos às disciplinas de opção.

Quadro 3 - Áreas Científicas do Plano de Estudos (Ref. 1992)

Áreas Científicas	Créditos
Ciências Económicas	27,0
Políticas Económicas e Financeiras	17,5
Planeamento e Desenvolvimento	11,5
Finanças	2,5
Gestão e Políticas da Empresa	9,0
Matemática	22,5
Ciências Jurídicas	6,0
Ciências Históricas, Sociais e Humanas	5,5
Informática	5,5
<i>Total das Disciplinas Obrigatórias</i>	107,0
Disciplinas Opcionais de Especialização	5,0
<i>Total da Licenciatura</i>	112,0

Fonte: Despacho do Senado de 17/6/92, DR n.º 233 de 9/10/92.

As áreas científicas foram redefinidas pelo Conselho Científico em 2003, donde resultou uma reafectação de disciplinas. A título de exemplo, refira-se que as disciplinas de métodos quantitativos aplicados, quer à Economia (Econometria), quer à Gestão (Investigação Operacional), passaram a incluir-se nas áreas referidas em vez de na área de Matemática. No Quadro 4 apresentam-se as novas áreas, usando-se o mesmo critério de afectação para as disciplinas do plano de estudos da reforma de 1992 e do plano de estudos da reforma de 2003, para que seja possível comparar o peso relativo das áreas nas duas situações.

Quadro 4 - Comparação do Peso das Áreas Científicas (Ref. 1992 e Ref. 2003)

Novas Áreas Científicas	Ref. 1992		Ref. 2003	
	Créditos	Peso	Créditos ECTS	Peso
Economia	69,5	65,0	117	65,0
Gestão	13,0	12,1	23	12,8
Matemática	13,0	12,1	18	10,0
Ciências Jurídicas	6,0	5,6	8	4,5
Sociologia	---	---	4	2,2
História	3,0	2,8	---	---
Informática	2,5	2,4	4	2,2
Linguística	---	---	4	2,2
Ciências da Educação	---	---	2	1,1
<i>Total das Disciplinas Obrigatórias</i>	107,0	100,0	180	100,0
Disciplinas Opcionais	5,0	4,5	60	25,0
<i>Total da Licenciatura</i>	112,0	100,0	240	100,0

Fonte: Deliberação n.º 1539/2003 Senado, DR n.º 229 de 3 de Outubro, e Quadro 3.

A principal modificação em termos de peso relativo diz respeito às disciplinas optativas, como pode ver-se na penúltima linha do Quadro 4. As disciplinas pelas quais o aluno

pode optar passam de menos de 5% do total de créditos do curso para 25% do mesmo. O objectivo desta considerável expansão na flexibilidade e liberdade de escolha, no último ano do curso, é o de permitir ao aluno encontrar uma resposta curricular mais direccionada às suas aptidões e preferências.

Em relação às áreas científicas obrigatórias, o Quadro 4 mostra-nos que as disciplinas que em conjunto integram o grande grupo disciplinar de Economia representam 65% do total de créditos obrigatórios da Licenciatura. Tendo havido disciplinas que passaram a optativas (nomeadamente nos ramos que tinham na reforma de 1992 maior peso obrigatório, as Políticas Económicas e Financeiras e o Planeamento e Desenvolvimento), o peso da área no total das obrigatórias manteve-se constante.

Em termos de peso relativo seguem-se as áreas da Gestão e da Matemática, com 12,1% no plano de estudos em análise, e 12,8% e 10%, respectivamente, no plano resultante da reestruturação de 2003. As modificações resultantes desta reestruturação levaram não só a um pequeno aumento do peso relativo da Gestão, como a uma substituição dentro dessa área de todas as disciplinas oferecidas neste âmbito por outras mais de acordo com o interesse dos alunos, seguindo aliás as indicações quer da última avaliação externa do Curso (ver ponto 1.6), quer da avaliação interna do Curso levada a cabo em 2001. Aumentou-se ainda as possibilidades de escolha nesta área ao nível das optativas.

Dentro do grupo da Matemática uma das duas disciplinas de Estatística foi suprimida à custa da condensação da parte de Estatística Descritiva (cujos instrumentos básicos foram aliás introduzidos numa disciplina de 1.º ano da área da Economia, Tratamento de Dados e Contas Nacionais), e alargamento de âmbito da outra disciplina de Estatística. Além disso as disciplinas de Matemática deixaram de ser puras e passaram a ter desde logo um âmbito aplicado.

Tendo havido uma área que deixou de ser obrigatória (a História), outras foram introduzidas com uma pequena contribuição para o curso (Sociologia, Linguística e Ciências da Educação). Tal deveu-se à necessidade de reforço de competências nas áreas social, de línguas (Inglês) e de desenvolvimento pessoal e académico (Metodologia de Estudo e Investigação), inserindo-se numa lógica de formação global do aluno e futuro licenciado. O interesse deste tipo de competências foi aliás apontado

pelos empregadores dos nossos licenciados no inquérito realizado em 2001 no processo de avaliação interna.

1.6. Modificações Efectuadas em Resposta à Avaliação Institucional Anterior

O Curso de Licenciatura em Economia da Universidade de Évora foi avaliado na 1ª fase do 1º ciclo de avaliação (referente ao ano lectivo de 1993/94), tendo o Relatório Final da Comissão de Avaliação Externa (CAE) sido entregue à Universidade de Évora em Junho de 1998. Segundo o calendário estipulado para o 2º ciclo de avaliação, o Curso está novamente a ser avaliado com base no ano lectivo de 2002/2003.

Na sequência de uma solicitação da Fundação das Universidades Portuguesas (Ofício nº CAV/91/0, de 22/03/2000), relativamente à elaboração de relatórios de progresso para algumas das áreas avaliadas até à 4ª fase do 1º ciclo, entre as quais a área de Economia, a Universidade de Évora procedeu então à monitorização da Licenciatura a partir de Junho de 2000.

Tendo em atenção os critérios subjacentes ao acompanhamento das medidas tomadas face às recomendações das CAE, foi efectuada, em Junho de 2002, uma actualização dos elementos. No Quadro 5 fornecem-se os elementos actualizados à data de elaboração deste Relatório.

Quadro 5 - Medidas Tomadas em Resposta à Avaliação Institucional Anterior

Elementos da situação	Recomendações / Observações da CAE	Medidas tomadas pela Universidade de Évora
Estrutura do Curso	<u>Relatório da CAE:</u> - Ponto de vista dos alunos (p. 227) <ul style="list-style-type: none"> • Os estudantes consideram que as disciplinas da área de Gestão são insuficientes 	- Reforma curricular em vigor a partir de 2003/2004, que contempla novas disciplinas obrigatórias e optativas da área da Gestão, consideradas importantes pelos alunos, docentes e empregadores.
Organização e funcionamento	<u>Relatório da CAE:</u> - Ponto de vista dos alunos (p. 228) <ul style="list-style-type: none"> • Falta de coordenação entre os departamentos 	- Na reforma curricular de 2003 foram acordados com os departamentos respectivos os conteúdos das disciplinas a leccionar à Licenciatura em Economia, tendo em alguns casos (como em relação ao Departamento de Matemática) sido substituídas as disciplinas gerais (leccionadas a vários cursos) por disciplinas aplicadas às ciências económicas.
Elementos de input	<u>Relatório da CAE:</u> - Ponto de vista dos alunos (p. 227) <ul style="list-style-type: none"> • O corpo docente apresenta dificuldades pedagógicas 	- 2002/2003 – % de Professores no corpo docente: 55%; relação Professores / Assistentes: 1,2 para 1. - Participação de alguns docentes em cursos de formação pedagógica promovidos pelo Núcleo de Formação Contínua da Universidade. - Implementação do Inquérito de Avaliação dos Docentes e das Disciplinas pelos Alunos (IADDA), como forma de avaliação permanente de todas as disciplinas leccionadas pelo Departamento de Economia e do nível de transmissão de conhecimentos em termos científicos e pedagógicos dos respectivos docentes. - Aprovação pelo Conselho Pedagógico em Julho de 2003 de um pacote de Recomendações Pedagógicas.
	<u>Relatório da CAE:</u> - Ponto de vista dos alunos (p. 228) - Infra-estruturas (p. 232) <ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de meios informáticos • Ligação à Internet com limitações 	- Os Serviços de Computação têm efectuado um esforço no sentido de instalar, substituir e manter o material informático. - Os gabinetes de docentes e os secretariados dos Departamentos possuem equipamento informático e ligação à rede (em funcionamento efectivo). - Os diferentes Serviços da Universidade, nomeadamente os Serviços Administrativos e os Serviços Académicos, têm igualmente procedido à modernização de equipamento (tanto em termos de <i>hardware</i> como de <i>software</i>). - Para além disso, tem sido crescente a utilização de laboratórios informáticos, entretanto criados, para a leccionação de algumas disciplinas da licenciatura.

Elementos da situação	Recomendações / Observações da CAE	Medidas tomadas pela Universidade de Évora
	<p><u>Relatório da CAE:</u> - Infra-estruturas (p. 233)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca: <ul style="list-style-type: none"> - espaço insuficiente - condições ambientais pouco propícias - organização pouco actualizada - documentação com algumas deficiências - ligação à Internet com limitações <p><u>Relatório da CAE:</u> - Ponto de vista dos alunos (p. 228)</p> <ul style="list-style-type: none"> • As obras da biblioteca são requisitadas pelos docentes impossibilitando o acesso do aluno 	<ul style="list-style-type: none"> - Enriquecimento das colecções de revistas e monografias - Aquisição de novo mobiliário e equipamento, destinados a melhorar as condições de acesso e utilização - Aquisição da base bibliográfica PROQUEST pela biblioteca - Procura bibliográfica informatizada - Aquisição das base de dados da OCDE e CHELEM pelo Departamento de Economia <ul style="list-style-type: none"> - Enriquecimento das colecções de revistas e monografias - Aquisição de um elevado número de manuais, com o objectivo de apetrechar a Biblioteca com, pelo menos, dois exemplares de cerca de sessenta manuais de leitura obrigatória para as várias disciplinas do curso.
Contexto		<ul style="list-style-type: none"> - São oferecidos pelo Departamento de Economia três Mestrados e duas Pós- Graduações. - Existem ainda uma série de Mestrados em outras áreas que aceitam a inscrição de licenciados em Economia - Entre 1996 e 1999 foram realizados pelo Departamento de Economia dois Congressos Internacionais, cinco Colóquios e quinze Conferências e Seminários. - Entre 2000 e 2003 foram realizados pelo Departamento de Economia um Congresso Internacional, dois Congressos Nacionais e 37 Conferências e Seminários.
Gestão da qualidade		<p><u>Monitorização - Junho 2000:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência de uma unidade orgânica especialmente dedicada à Avaliação Institucional: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação de inquéritos, nomeadamente aos alunos ingressados, aos estudantes inscritos nos diversos cursos, aos diplomados e aos docentes; ▪ Constituição de bases de dados que permitam um acompanhamento tão fiel quanto possível do desempenho da Universidade, e o seu contínuo melhoramento. - Existe um “Módulo de Gestão da Qualidade” no Sistema de Informação da Universidade de Évora, que recolhe e disponibiliza em linha, os Relatórios de Disciplina (Informação sobre a Disciplina, Objectivos, Programas, Bibliografia, enunciados de Testes, etc.), Fichas de Docente e outras informações.

2. Estrutura do Curso

2.1. Plano de Estudos

O plano de estudos da Licenciatura em Economia que funcionou no ano lectivo de 2002/2003 (reforma de 1992) é apresentado na Tabela 5, estando a cópia da legislação relevante (DR 2ª série n.º 233 de 9/10/92) no Anexo 1.

Tabela 5 – Curriculum do Curso

Licenciatura: Economia								
Nº de unidades de crédito:								
Disciplinas obrigatórias:		107	Disciplinas opcionais:		5	Total:		112
Ano	Anual / Semestral	Disciplina	Obrigatória / Opcional	Unidades de crédito	Teórica	Teórico -Prática	Prática	
1	Sem.	Introdução à Economia I	Obrig.	3,5	3	-	2	
1	Sem.	Matemática I	Obrig.	3,5	2	-	4	
1	Sem.	Introdução ao Direito	Obrig.	4	4	-	-	
1	Sem.	História dos Factos Económicos I	Obrig.	3	3	-	-	
1	Sem.	Língua Estrangeira Iª	Obrig.	-	-	2	-	
1	Sem.	Introdução à Economia II	Obrig.	3,5	3	-	2	
1	Sem.	Matemática II	Obrig.	3,5	2	-	4	
1	Sem.	Contabilidade Nacional	Obrig.	1,5	1	-	2	
1	Sem.	Introdução às Técnicas de Gestão	Obrig.	3	2	-	3	
1	Sem.	Língua Estrangeira IIª	Obrig.	-	-	2	-	
2	Sem.	Teoria Macroeconómica I	Obrig.	3,5	3	-	2	
2	Sem.	Teoria Microeconómica I	Obrig.	3	2	2	-	
2	Sem.	Introdução à Programação	Obrig.	2,5	2	-	2	
2	Sem.	Estatística I	Obrig.	3	2	-	3	
2	Sem.	Teoria Macroeconómica II	Obrig.	3,5	3	-	2	
2	Sem.	Teoria Microeconómica II	Obrig.	2,5	2	-	2	
2	Sem.	Estatística II	Obrig.	3	2	-	3	
2	Sem.	Finanças Públicas	Obrig.	2,5	2	-	2	
2	Sem.	Informática Aplicada	Obrig.	3	2	-	3	
2	Sem.	Direito Económico	Obrig.	2	2	-	-	
3	Sem.	Economia Monetária e Financeira I	Obrig.	2,5	2	-	2	
3	Sem.	Economia Internacional I	Obrig.	2,5	2	-	2	
3	Sem.	Planeamento Económico I	Obrig.	2,5	2	-	2	

Ano	Anual / Semestral	Disciplina	Obrigatória / Opcional	Unidades de crédito	Teórica	Teórico-Prática	Prática
3	Sem.	Econometria	Obrig.	2,5	2	-	2
3	Sem.	Estrutura da Economia Portuguesa	Obrig.	2,5	2	-	2
3	Sem.	Investigação Operacional I	Obrig.	3,5	3	-	2
3	Sem.	Economia Monetária e Financeira II	Obrig.	2,5	2	-	2
3	Sem.	Economia Internacional II	Obrig.	2,5	2	-	2
3	Sem.	Planeamento Económico II	Obrig.	2,5	2	-	2
3	Sem.	Investigação Operacional II	Obrig.	3,5	3	-	2
3	Sem.	Economia Regional	Obrig.	2,5	2	-	2
3	Sem.	Modelos Económicos	Obrig.	2,5	2	-	2
4	Sem.	Elaboração e Análise de Projectos I	Obrig.	3	2	-	3
4	Sem.	Economia e Política Agrícolas	Obrig.	2,5	2	-	2
4	Sem.	História do Pensamento Económico	Obrig.	2,5	2	-	2
4	Sem.	Integração Económica	Obrig.	2,5	2	-	2
4	Sem.	<i>Primeira disciplina de especialização</i>	Obrig.				
4	Sem.	Elaboração e Análise de Projectos II	Obrig.	3	2	-	3
4	Sem.	Economia e Política Industrial	Obrig.	2,5	2	-	2
4	Sem.	Teorias e Políticas de Desenvolvimento	Obrig.	2,5	2	-	2
4	Sem.	Política Económica	Obrig.	2,5	2	-	2
4	Sem.	<i>Segunda disciplina de especialização</i>	Obrig.				
<i>Especialização em Economia Agrícola:</i>							
4	Sem.	Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários	Opc.	2,5	2	-	2
4	Sem.	Planeamento da Empresa Agrícola I	Opc.	2,5	2	-	2
<i>Especialização em Economia da Empresa:</i>							
4	Sem.	Organização e Direcção de Empresas	Opc.	3	3	-	-
4	Sem.	Informática de Gestão	Opc.	2,5	2	-	2
<i>Especialização em Economia Regional:</i>							
4	Sem.	Desenvolvimento Regional	Opc.	2,5	2	-	2
4	Sem.	Gestão e Planeamento Autárquico	Opc.	2,5	2	-	2
<i>Especialização em Economia Europeia:</i>							
4	Sem.	Economia e Política da União Europeia	Opc.	2,5	2	-	2
4	Sem.	Instituições e Direito da União Europeia	Opc.	3	3	-	-

Fonte: Serviços Académicos da Universidade de Évora.

^a Francês I ou Inglês I ou Espanhol I ou Alemão I ou Italiano I.

^b Francês II ou Inglês II ou Espanhol II ou Alemão II ou Italiano II.

Como já foi referido, completou-se neste ano lectivo uma reestruturação curricular, cujo plano de estudos entrou em vigor no ano lectivo de 2003/2004 para todos os anos do curso, tendo carácter obrigatório apenas para o 1º ano. Assim, os alunos que em 2002/2003 estavam a frequentar o Curso de Economia tiveram a possibilidade de escolher permanecer no plano indicado na Tabela 5 (durante um período máximo de

quatro anos) ou transitar para o novo plano, mediante uma tabela de equivalências definida pela Comissão de Curso. Como sinal indicativo da evolução do curso, apresenta-se também este novo plano de estudos no Quadro 6.

Quadro 6 - Novo Plano de Estudos da Licenciatura em Economia (Ref. 2003)

Disciplina / Curso Breve	ECTS	Disciplina / Curso Breve	ECTS
1º Ano			
1º Semestre		2º Semestre	
Disciplinas		Disciplinas	
Princípios de Microeconomia	6	Microeconomia I	6
Tratamento de Dados e Contas Nacionais	6	Princípios de Macroeconomia	6
Matemática Aplicada à Economia e à Gestão I	6	Matemática Aplicada à Economia e à Gestão II	6
Contabilidade Financeira	6	Cálculo Financeiro e Actuarial	6
Introdução ao Direito	4	Direito Económico	4
Cursos breves		Cursos breves	
Metodologia de Estudo e Investigação	2	Inglês I	2
Inglês Iniciação	-	Introdução à Cidadania Informática	-
<i>Total</i>	30	<i>Total</i>	30
2º ANO			
3º Semestre		4º Semestre	
Disciplinas		Disciplinas	
Microeconomia II	6	Economia Pública	5
Macroeconomia I	6	Macroeconomia II	6
Probabilidades e Estatística	6	Econometria I	6
Análise Financeira	6	Avaliação de Projectos	5
Elementos de Sociologia	4	Economia Portuguesa	6
Cursos breves		Cursos breves	
Inglês II	2	Introdução às Ferramentas Numéricas	2
<i>Total</i>	30	<i>Total</i>	30
3º ANO			
5º Semestre		6º Semestre	
Disciplinas		Disciplinas	
Economia Internacional	6	Economia Industrial	5
Economia Monetária	6	Economia Financeira	5
Econometria II	6	Economia Regional	5
Economia do Desenvolvimento	5	Política Económica	5
Política Agrícola e Desenvolvimento	5	Economia do Ambiente	5
Cursos breves		História do Pensamento Económico	5
Introdução à Manipulação de Dados	2		
<i>Total</i>	30	<i>Total</i>	30
4º ANO			
7º Semestre		8º Semestre	
Disciplinas		Disciplinas	
Optativas*		Optativas*	
Cursos breves		Cursos breves	
Optativos*		Optativos*	
<i>Total</i>	30	<i>Total</i>	30

* Ver Anexo 5.

2.2. Disciplinas

A informação relativa aos objectivos, programa, bibliografia, avaliação e docentes de

cada disciplina, bem como os respectivos relatórios críticos de avaliação, encontram-se na Tabela 6 (ver Volume Anexo I).

O sucesso escolar no ano lectivo em análise, representado pela razão entre alunos aprovados e alunos inscritos a cada disciplina, teve como valor máximo 100% a Italiano nível I e Italiano nível II, e como valor mínimo 12,5% a Francês nível II. Estas disciplinas optativas e sem créditos não são, no entanto, representativas em termos da Licenciatura, dado que houve apenas um aluno que se submeteu a avaliação (no universo de um nos primeiros casos e de oito no último). Nas posições seguintes em termos de taxa de sucesso e de insucesso, respectivamente, encontram-se as disciplinas:

- Economia e Política da União Europeia (92,8%); Instituições e Direito da União Europeia (81,2%); Economia Monetária e Financeira II (80%); Desenvolvimento Regional (80%).
- Matemática I (14,1%); Introdução à Economia I (15%); Introdução à Economia II (22,4%); Introdução às Técnicas de Gestão (26,6%);

É de notar a predominância claríssima do último ano da Licenciatura nas disciplinas de maior sucesso escolar, e do primeiro ano nas disciplinas de menor sucesso. Se analisarmos a razão entre os aprovados e os avaliados (em vez dos inscritos), esta tendência continua a manifestar-se.

3. Funcionamento do Curso

3.1. Estrutura da Coordenação do Curso

A Universidade de Évora tem uma organização departamental consagrada no n.º 1 do art.º 39º dos seus Estatutos (Despacho Normativo n.º 84/89 do Ministro da Educação, de 11 de Agosto, publicado em DR, I Série, n.º 200, de 31/8/89), que reza: “As unidades estruturantes da Universidade são os departamentos”. No n.º 2 desse artigo esclarece-se que: “Os departamentos são unidades científico-pedagógicas dirigidas à realização continuada das tarefas de investigação e ensino, de extensão universitária e de prestação de serviços especializados à comunidade num domínio consolidado do saber”. Assim, cada departamento é responsável pela leccionação de todas as disciplinas da sua área

científica a todos os cursos de licenciatura ministrados na Universidade. Por exemplo, o Departamento de Física lecciona todas as disciplinas da área da Física a todos os cursos.

Desta forma, geralmente, um curso tem disciplinas leccionadas por vários departamentos, pelo que a estrutura de coordenação de um curso não é um departamento, mas uma Comissão de Curso, onde estão representados os departamentos com maior intervenção no Curso. Nos cursos em que há um departamento que lecciona a quase totalidade das disciplinas é habitual a Comissão de Curso só ter representantes desse departamento, mas a situação mais frequente é ela ser composta por representantes de mais do que um departamento. Cabe ao Conselho Científico da Universidade, ouvido o Conselho Pedagógico, definir os departamentos que devem estar representados nas Comissões de Curso e o número dos seus representantes, os quais são designados pelos departamentos pertinentes.

Cada Comissão de Curso tem, como norma geral, três a cinco professores, docentes efectivos do respectivo curso (podendo, em casos devidamente justificados, a composição ser diferente). Cada Comissão elege um Presidente, designado Director de Curso, que designa um Adjunto de entre os membros da Comissão. O apoio de secretariado às Comissões de Curso é normalmente garantido pela Área Departamental com mais afinidades. Os membros das Comissões têm mandatos de dois anos.

As Comissões de Curso são formalmente órgãos de consulta do Conselho Científico da Universidade, competindo-lhes, nos termos estatutários:

- elaborar estudos e pareceres sobre questões de organização, estrutura, conteúdo curricular e funcionamento dos respectivos cursos;
- exercer as competências que o Conselho Científico entenda delegar-lhes.

A experiência de funcionamento dos cursos levou a que fossem sendo atribuídas às Comissões de Curso competências cada vez mais relevantes, sendo hoje as estruturas fundamentais para a coordenação dos cursos. Tal é bem patente no Regulamento das Comissões de Curso, aprovado pelo Conselho Científico e posto em funcionamento pela Ordem de Serviço n.º 11/2000 (ver Anexo 3).

Entre as muitas atribuições das Comissões de Curso, damos destaque, além do contacto

regular com representantes dos alunos, ao acompanhamento do funcionamento do Curso, à colaboração com os departamentos na articulação de programas e ao estudo permanente das estruturas e conteúdos curriculares, cabendo-lhes propor (suportadas em pareceres dos departamentos) as alterações que considerem necessárias ao Conselho Científico, que, após ouvir o(s) Conselho(s) Científico(s) da(s) Área(s) Departamental (ais) pertinente(s), elabora a proposta final a submeter ao Senado. Uma vez chegadas ao Conselho Científico, as propostas são tratadas com toda a atenção, em diálogo com as Comissões de Curso e os Departamentos, e, salvo se houver discordâncias fundamentais que obriguem ao retorno à Comissão de Curso para reformulação, as propostas de alteração demoram apenas alguns meses até serem aprovadas pelo Senado. Tendo a Universidade largas dezenas de cursos de licenciatura e mestrado, o Conselho Científico depende da capacidade de acompanhamento e iniciativa das Comissões de Curso para que a sua tarefa de coordenação científica dos cursos, incluindo reestruturações curriculares que se revelem necessárias, seja eficaz. Essa eficácia depende, pois, inteiramente, da dedicação e iniciativa dos Directores de Curso e do trabalho das Comissões de Curso a que presidem.

Os Directores de Curso integram o Conselho Pedagógico da Universidade, juntamente com representantes dos departamentos e dos estudantes. Esse Conselho funciona, em certas matérias, por secções especializadas. Matérias referentes exclusivamente a um curso são tratadas pela secção especializada própria desse curso, que funciona, na prática, como conselho pedagógico do respectivo curso.

3.2. Horários

Os horários dos oito semestres do Curso no ano lectivo 2003/2003 encontram-se no Anexo 4. Estes revelam que a carga horária semestral média é de 22 horas lectivas, variando entre um mínimo de 18 horas (3º semestre) e um máximo 25 horas (4º, 5º e 6º semestres do Curso).

As aulas são leccionadas em três edifícios diferentes situados no centro da cidade: o Colégio do Espírito Santo, a Casa Cordovil (CC) e o Palácio do Vimioso (PV), existindo no entanto o cuidado de concentrar as aulas da mesma manhã ou da mesma

tarde num só edifício.

Na reestruturação de 2003 procurou reduzir-se a carga horária presencial para uma média de 20 horas, bem como atribuir menos carga horária aos últimos anos do curso, onde se supõe que o aluno já esteja mais apto a trabalhar por si e a ser avaliado sob a forma de projectos ou trabalhos de investigação, necessitando assim de mais tempo fora da aula para os desenvolver. Em termos de organização procurou-se ainda concentrar as aulas só de manhã ou só de tarde, em anos alternados, com a finalidade de permitir ao aluno uma melhor gestão do tempo e a possibilidade de não sobreposição de aulas, caso existam disciplinas em atraso.

3.3. Disciplinas de Opção

No plano de estudos em vigor em 2002/2003, os alunos tinham de obter aprovação, no 1º ano, num par de disciplinas optativas relativas a uma língua estrangeira (entre cinco à escolha em cada semestre), apesar de estas não lhes serem creditadas. Por outro lado, os alunos tinham de escolher uma área de especialização no 4.º ano, de entre quatro áreas possíveis, cada uma delas com duas disciplinas. Essas áreas eram: Economia Agrícola, Economia da Empresa, Economia Regional e Economia Europeia.

No ano lectivo 2002/2003 funcionaram todas as disciplinas optativas disponíveis, apesar das três primeiras e a última das abaixo indicadas não terem tido alunos do Curso inscritos:

- Alemão I
- Alemão II
- Comercialização dos Produtos Agro-Pecuários
- Desenvolvimento Regional
- Economia e Política da União Europeia
- Espanhol I
- Espanhol II
- Francês I
- Francês II
- Gestão e Planeamento Autárquico

- Informática de Gestão
- Inglês I
- Inglês II
- Instituições e Direito da União Europeia
- Italiano I
- Italiano II
- Organização e Direcção de Empresas
- Planeamento da Empresa Agrícola I

Na reforma de 2003, o elenco de disciplinas optativas alargou-se consideravelmente. O aluno pode agora escolher um quarto dos créditos ECTS do Curso em disciplinas optativas, ou seja, cerca de dez disciplinas. Estas estão organizadas em dois grupos, tendo o aluno que escolher pelo menos sete disciplinas do primeiro. O Grupo I inclui cinco áreas de pré-especialização dentro da Economia, cada qual com quatro disciplinas: Economia Industrial e da Empresa, Economia Internacional e Europeia, Economia Monetária e Financeira, Economia Pública e Social e Economia Regional e Urbana. O Grupo II compreende disciplinas de diversas áreas como a Gestão, Sociologia, Matemática, Informática, História, Ciências Jurídicas, Linguística e Psicologia (ver Anexo 5).

3.4. Estruturas de Orientação Escolar dos Alunos e de Apoio Pedagógico e Psicológico

Além das aulas leccionadas em cumprimento do plano escolar, os docentes disponibilizam aos alunos das disciplinas que leccionam, de acordo com o disposto no Regulamento Escolar Interno (ver Anexo 2), um horário de atendimento fora do período das aulas (conforme consta nas fichas de disciplina no volume anexo II), o qual se destina sobretudo ao esclarecimento de dúvidas, apoio à resolução de questões, ou exploração de outros assuntos introduzidos, na altura, pelos alunos.

No âmbito dos Serviços de Acção Social da Universidade de Évora, está em actividade o Centro de Intervenção Psicológica (CIP), ao qual os alunos podem recorrer através da

marcação prévia de consultas. Existe ainda um protocolo com o Centro de Acompanhamento de Toxicodependentes.

Os alunos podem aceder através da página da Universidade de Évora (<http://www.uevora.pt>) a um Serviço de Apoio aos Estudantes, o qual fornece ligação aos Serviços Académicos, aos Serviços de Acção Social, aos Serviços de Computação, ao Núcleo de Apoio ao Estudante, ao Serviço de Reprografia e Publicações e à Biblioteca Geral da Universidade e informações sobre a Livraria e Salas de Estudo.

No Núcleo de Apoio ao Estudante (<http://nae.uevora.pt>), que funciona no âmbito do Gabinete da Reitoria, os alunos encontram apoio em termos de estágios, bolsas e saídas profissionais, sendo ainda relevante o auxílio prestado por este Núcleo a trabalhadores-estudantes e a estudantes deficientes.

O Guia do Estudante, publicado anualmente pelo Núcleo de Apoio ao Estudante (com apoio do PRODEP), inclui múltipla informação sobre a Universidade de Évora, nomeadamente sobre o seu passado, presente e futuro; organização e funcionamento da vida escolar; serviços e actividades de apoio ao estudante; estrutura interna; movimento associativo e tradições académicas; actividades desportivas e culturais; e ainda um conjunto de anexos cobrindo legislação e regulamentos, propinas, calendário escolar e horários de transportes assegurados pela Universidade.

O Guia das Licenciaturas, editado anualmente pelo Gabinete de Relações Públicas da Universidade de Évora (com o apoio do PRODEP), compila informação sobre todas as Licenciaturas oferecidas pela Universidade, designadamente sobre a sua duração normal, sobre disciplinas específicas requeridas para admissão e sobre os grandes objectivos do curso, suas principais saídas profissionais e plano de estudos recomendado.

São também órgãos de apoio pedagógico o Conselho Pedagógico, no qual cada curso pode ter um representante eleito, e a Comissão de Curso da Licenciatura.

Para além deste apoio institucional, existe apoio prestado pelo próprio Departamento de Economia aos alunos desta licenciatura. No ano lectivo de 2002/2003 foi criado um

Programa de Mérito Académico (ver Anexo 6), bem como um Programa de Estágios e Saídas Profissionais (ver Anexo 7), os quais visam promover a excelência e facilitar a inserção no mercado de trabalho dos estudantes da licenciatura.

Como plataforma de contacto entre os alunos, os docentes de cada uma das disciplinas e a direcção do Departamento existe agora um Portal do Departamento de Economia inteiramente dinâmico (<http://www.decon.uevora.pt>).

A partir de Outubro de 2002 foi instituída a prática de uma “Sessão de Acolhimento e Boas-Vindas” aos alunos do primeiro ano da Licenciatura em Economia como forma de facilitar a sua integração no meio académico e de dar a conhecer os objectivos do Curso, as actividades complementares, os docentes e o Departamento de Economia.

A partir de 2003/2004 será criado, a começar pelo 1º ano do Curso reestruturado, um regime de tutoria, com o objectivo de complementar e alargar o âmbito do atendimento já realizado para cada disciplina. O tutor terá como função orientar o aluno, ajudando-o a planificar o seu curso (por exemplo, aconselhando-o sobre as disciplinas ou cursos breves em que se deve inscrever), obter o seu *feedback* sobre o Curso ou aspectos do mesmo, e atender a qualquer problema académico ou pedagógico que possa ter, encaminhando-o para as pessoas/orgãos competentes.

Os próprios estudantes estão organizados em associações ou núcleos, apoiados pela Universidade, sendo de salientar a Associação de Estudantes e o Núcleo de Estudantes de Economia e Gestão da Universidade de Évora (NEEGUE), este último dinamizando um conjunto de iniciativas de interesse para estes estudantes, por vezes em colaboração com os Departamentos. As funções do NEEGUE incluem promover a imagem da Universidade e dos cursos de Economia e de Gestão, realizar palestras e jogos de economia e de empresa, prestar assistência aos alunos a diversos níveis como a informação, o contacto com os docentes e a ligação ao mercado de trabalho.

3.5. Grau de Internacionalização

A Licenciatura de Economia no ano de 2003 tem estabelecidos sete acordos bilaterais

com Universidades de seis países. Seis destes acordos enquadram-se no Programa Sócrates/Erasmus, sendo o último da iniciativa directa das duas Universidades parceiras. Para além destes acordos, o Departamento de Economia ainda participa em diversas acções no âmbito dos ensinos com mais quatro instituições, como se discrimina no Quadro 7.

Quadro 7 – Cooperação Internacional: Universidades Parceiras em 2002/2003

Área Científica	Universidade Parceira	País	Actividades Contempladas	
			OMS	TS
Economia	Satakunta Polytechnic	Finlândia	X	X
Economia	Universidad de León	Espanha	X	X
Economia	Université de Nantes	França	X	X
Economia	Université de Picardie Jules Verne	França	X	X
Economia	University of Ljubljana	Eslovénia	X	X
Economia	University of Newcastle	Inglaterra	X	X
Economia/Gestão	UNIFAL	Brasil		X
Economia	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Brasil	X	X
Economia/Gestão	Universidade Eduardo Mondlane	Moçambique		X
Economia	Instituto Superior Politécnico e Universitário de Maputo	Moçambique		X
Economia	Universidade de Timor Lorosae	Timor		X

Fonte: Gabinete de Relações Internacionais (GRI), Departamento de Economia.

Notas: OMS - Organisation of Mobility of Students; TS - Teaching Staff Mobility (nomenclatura do Programa Sócrates/Erasmus, que neste quadro também é aplicada por extensão aos contratos fora da União Europeia).

A participação do Curso de Economia no Programa Sócrates/Erasmus tem sido extremamente irregular tanto no que diz respeito à participação de alunos como de docentes. No que diz respeito aos alunos pensamos poderem destacar-se três grandes razões para explicar esta irregularidade e a relativa incipiência da aplicação deste programa no Curso.

Em primeiro lugar, o fraco número de bolsas atribuídas e os seus baixos montantes não estimulam a saída de muitos dos alunos para quem estudar em Évora já representa um esforço significativo para o orçamento familiar. Em segundo lugar, a incerteza que se verificou na atribuição de equivalências aos alunos quando estes regressavam de uma estadia numa Universidade parceira representava um custo de oportunidade muito elevado quando o objectivo principal de qualquer estudante é terminar o seu curso no mais curto espaço de tempo possível. Finalmente, os acordos bilaterais assinados pela Universidade de Évora com outras Universidades Europeias no domínio do ensino da Economia frequentemente não se revelaram adequados às expectativas dos alunos e em alguns casos não foram renovados por iniciativa das Universidades parceiras pelos mais

diversos motivos. O conjunto destes factores contribuiu para que no ano lectivo 2000/2001 apenas um aluno dele tenha beneficiado, resultado de uma única candidatura.

Em face da reduzida mobilidade dos estudantes de Economia da Universidade de Évora iniciou-se um processo de reformulação dos acordos bilaterais e em paralelo desenvolveram-se esforços no sentido de estimular a mobilidade dos estudantes. No que diz respeito aos montantes das bolsas a Universidade de Évora atribui complementos em função tanto do diferencial de poder de compra entre Portugal e o país de destino dos alunos como da capacidade do próprio rendimento familiar dos alunos.

Em relação às equivalências, estas deixaram de ser atribuídas pelos docentes das disciplinas semelhantes às que os alunos frequentavam fora da Universidade de Évora e passaram a ser centralizadas por um coordenador do Programa Sócrates/Erasmus no seio da Comissão de Curso da Licenciatura em Economia que também estabelece com os alunos um plano estudos a frequentar na Universidade parceira.

Finalmente, no que diz respeito à estabilidade dos acordos, o aumento das deslocações de docentes no âmbito das bolsas de acompanhamento de estudantes permitiu não só verificar a adequação do programa de ensino proposto como também estreitar os laços de cooperação no sentido de reforçar a durabilidade dos acordos bilaterais. Neste âmbito foram anulados alguns acordos e propostos novos com o intuito de estimular os alunos e abrir o processo à participação de Universidades de países que integram a nova vaga de adesão à União Europeia. Este processo resultou em novos acordos bilaterais com a Universidade de Ljubljana, Eslovénia e Newcastle-upon-Tyne, Reino Unido.

Por outro lado, foram levadas a cabo operações de divulgação do Programa Sócrates/Erasmus e assim, no dia 12 de Novembro de 2002, organizou-se um encontro entre as estruturas que na Universidade de Évora coordenam a cooperação internacional e os alunos da Licenciatura de Economia com o objectivo de prosseguir o incremento da mobilidade internacional dos estudantes. Neste encontro estiveram também presentes antigos alunos que beneficiaram do programa em anos anteriores.

Em resultado dos esforços desenvolvidos tem-se assistido a um aumento regular do número de alunos envolvidos na cooperação (ver Quadro 8). Assim, em 2001/2002 dois

alunos beneficiaram do programa (em dois candidatos elegíveis) e em 2002/2003 três alunos (em sete candidatos elegíveis), o que torna o Curso de Economia como um dos mais activos da Universidade de Évora neste aspecto, como se pode ver na Figura 1. No ano lectivo 2003/2004 (em curso) foram aprovados quatro planos de estudos de estudantes da licenciatura em Economia para frequentar Universidades parceiras no quadro do programa Sócrates/Erasmus.

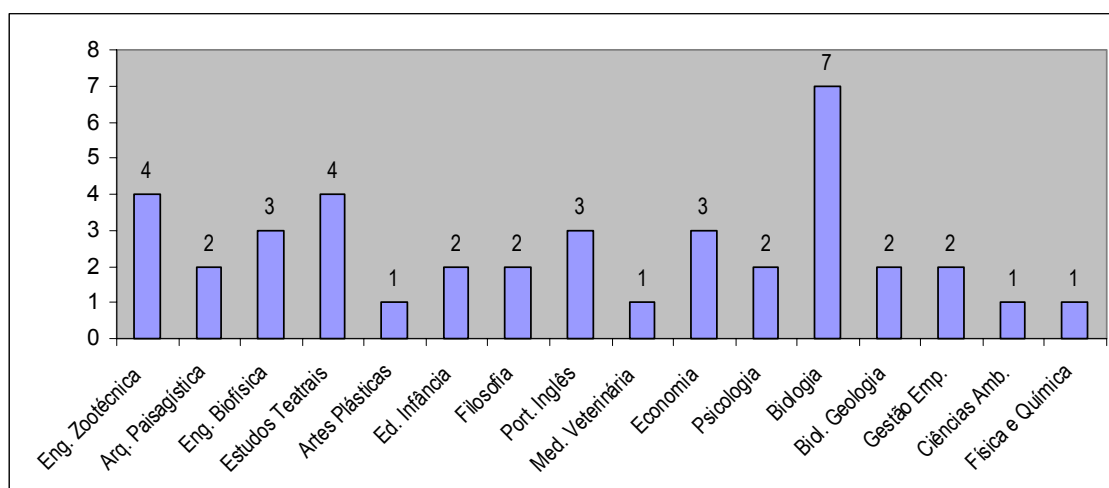
Quadro 8 – Alunos Enviados e Acolhidos de 2000/2001 a 2003/2004

Anos	Alunos Enviados	Alunos Acolhidos
2000/2001	1	2
2001/2002	2	0
2002/2003	3	2
2003/2004*	6	3

Fonte: GRI, Departamento de Economia.

* Programa Sócrates/Erasmus e Programa Pedro Álvares Cabral.

Figura 1 - Saídas de Alunos da Universidade de Évora por Curso em 2002/2003

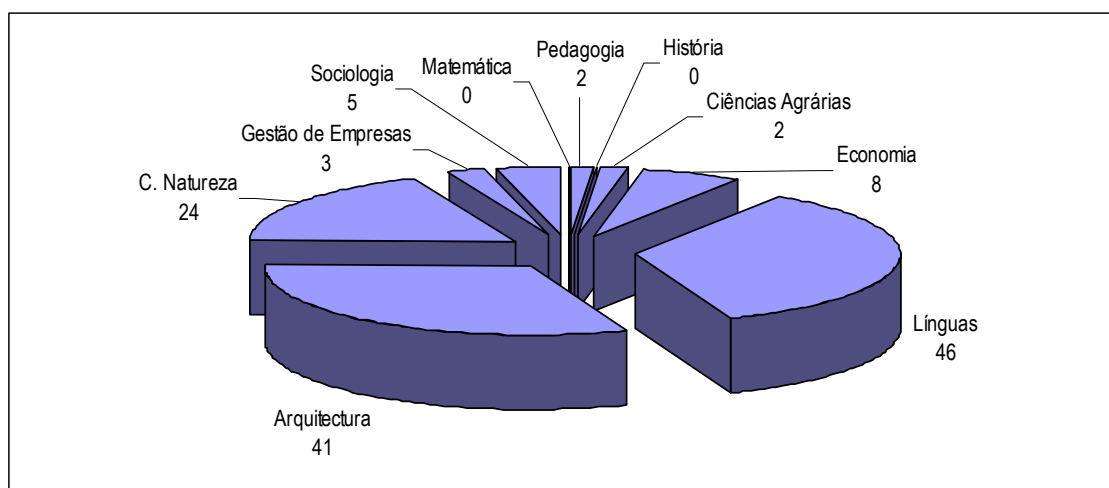


Fonte: GRI.

No que concerne à participação de alunos estrangeiros no Curso de Economia, os números são menos relevantes. Em 2000/2001 o curso recebeu duas alunas, uma da Universidade de Nantes, França, e outra do Satakunta Polytechnic, Finlândia, e em 2002/2003 recebeu dois alunos, um da Universidade de Picardie Jules Verne, França, e outro da Universidade de León, Espanha. A fraca presença de alunos estrangeiros em Évora (ver Figura 2) resulta de vários factores, dos quais devemos destacar a ausência de um programa de ensino numa língua estrangeira, tendo-se verificado desistências de alunos provenientes de Universidades parceiras em virtude da língua. Todos os alunos

recebidos falavam já Português seja por interesse próprio, por origem da família ou por proximidade cultural. Assim, o incremento da recepção de alunos estrangeiros passará no futuro pela criação de um programa de ensino em língua estrangeira.

Figura 2 - Distribuição dos Alunos Estrangeiros por Área Científica no Âmbito do Programa Sócrates/Erasmus (1994-2001)



Fonte: GRI.

Em paralelo com o Programa Sócrates/Erasmus, o Departamento de Economia da Universidade de Évora coopera com outras Universidades através de protocolos bilaterais. Em 2002/2003 foi assinado um protocolo com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, com o título de Pedro Álvares Cabral, permitindo a troca de alunos entre as duas instituições. Assim, dois alunos do Curso de Economia frequentaram o primeiro semestre do ano lectivo de 2003/2004 naquela Universidade.

No que diz respeito à docência, a participação institucional é bastante recente e está em franco crescimento. Assim, se em 2000/2001 apenas um docente participou em tarefas de mobilidade internacional, já em 2002/2003 (ver Quadro 9) esse número ascendeu a quatro. A este número poder-se-ão acrescentar outras participações no quadro de outros Programas ou de ligações particulares estabelecidas pelos docentes do Departamento de Economia da Universidade de Évora.

Os docentes do Departamento de Economia são dos mais activos da Universidade de Évora em termos de saídas ao abrigo do Programa Sócrates/Erasmus, como se pode ver pela Figura 3. Esta inclui uma saída de docência (TS), já referida no Quadro 9, e duas

saídas para organização da mobilidade de estudantes (OMS).

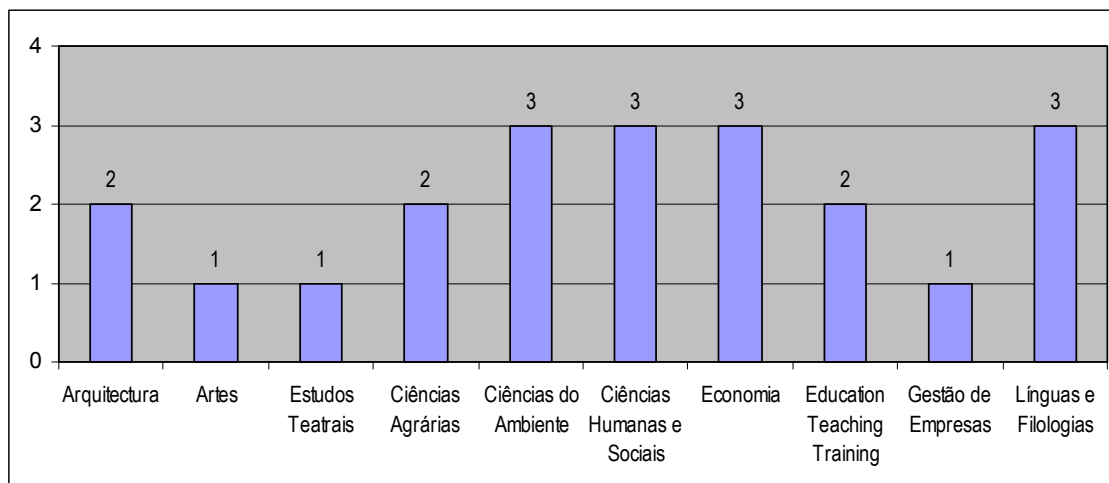
Quadro 9 – Participação de Docentes do Departamento de Economia na Leccionação em Instituições Estrangeiras (2002/2003)

Nome	Universidade	País	Actividade
Manuel Branco	University of Massachussets	E.U.A.	Conferência*
Pedro Henriques	Timor Lorosae	Timor	Aulas
Carlos Vieira	UNIFAL	Brasil	Aulas
Isabel Vieira	UNIFAL	Brasil	Aulas
José Belbute	I.E.-UFRJ	Brasil	Aulas/Seminário
José Belbute	Satakunta Polytechnic	Finlândia	Aulas (TS)
José Belbute	Universidade de Santiago de Compostela	Espanha	Aulas

Fonte: Departamento de Economia.

* Conferência realizada em Évora no âmbito de um curso de verão para alunos da Universidade de Massachussets at Darmouth.

Figura 3 – Saídas de Docentes da Universidade de Évora por Área Científica em 2002/2003



Fonte: GRI.

Em relação à participação de docentes estrangeiros em aulas e seminários destinados ao Curso de Economia verificaram-se no ano lectivo 2002/2003 as actividades constantes do Quadro 10.

Quadro 10 - Participação de Docentes Estrangeiros em Actividades ligadas ao Curso de Economia em 2002-2003

Nome	Instituição de Origem	País	Actividade
Esko Valimaki	Satakunta Polytechnic	Finlândia	Aula/Seminário
Frank Naert	Hogeschool Gent	Bélgica	Aula Seminário
Steffen Hoernig	Instituto Universitário Europeu, Florença	Itália	Conferência
Franck Biancheri	Foundation Europe 2020	Bélgica	Conferência
William Walstad	University of Nebraska	E.U.A.	Seminário
William Becker	Indiana State University	E.U.A.	Seminário

Fonte: GRI, Departamento de Economia.

3.6. Cursos de Especialização, de Actualização e Outras Actividades de Formação Contínua ligadas ao Curso

Os cursos de especialização, actualização ou formação avançada mais relevantes ligados à Licenciatura em Economia são os seguintes:

- Mestrado em Economia
- Mestrado em Economia Agrícola
- Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus
- Mestrado em Gestão de Empresas
- Mestrado em Organização e Sistemas de Informação
- Mestrado em Contabilidade e Auditoria
- Mestrado em Marketing Agro-Alimentar
- Pós-Graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional na Perspectiva das Comunidades Europeias
- Pós-Graduação Transdisciplinar em Estudos Económicos e Jurídico-Políticos Contemporâneos
- Pós-Graduação em Finanças Empresariais
- Pós-Graduação em Gestão do Sector Público Administrativo
- Pós-Graduação em Gestão e Contabilidade das Autarquias Locais
- Pós-Graduação em Responsabilidade Social e Ambiental na Actividade Económica e Empresarial

3.7. Conferências e Colóquios ligados ao Curso

As conferências e colóquios com maior relevância para o Curso durante o ano lectivo de 2002/2003 são apresentadas no Quadro 11 e resultaram quer do Ciclo de Seminários Permanentes do Departamento de Economia, quer de iniciativas pontuais desta ou de outras entidades.

No últimos três anos realizaram-se ainda na Universidade de Évora, promovidos pelo Departamento de Economia, pela ADCEE ou o Centro de Documentação Europeia, os seguintes encontros científicos com interesse para o curso, envolvendo participantes ao

nível nacional e internacional:

- I Encontro sobre o Ensino da Economia, 25-26 Maio 2001
- IV Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, 2-4 Outubro 2001
- 2º Encontro da Portuguese Financial Network, 6-8 Junho 2002
- II Encontro sobre o Ensino da Economia, 20-21 Fevereiro 2003
- Alargamento da União Europeia: Impactos Sócio-Económicos, 11 Abril 2003

Quadro 11 - Conferências e Colóquios (2002/2003)

Orador	Tema	Data
Dr. Victor Bento	Lição Inaugural de Abertura Solene das Aulas da ADCEE	Out 2002
Prof. António Caleiro	Planeamento e Política Económica. O Que é Este Grupo Disciplinar e o Que Não Deverá Ser Esta Área Científica	16/10/02
Prof. João César das Neves	Problemas da Relação entre Ciência Económica e Filosofia Moral	23/10/02
Dr.ª Maria da Conceição Rego	Impactes das Instituições de Ensino Superior: Estudo do Caso da Universidade de Évora	04/12/02
Prof. Adão Carvalho	A Participação de PME's Portuguesas em Alianças de I&D: o Caso do Programa CRAFT	11/12/02
Prof. Pedro Henriques	Economia da Produção e da Saúde Animal	07/01/03
Prof. Joaquim Ramalho	Modelos Logit e Probit: Metodologia e Aplicações às Áreas das Finanças e do Marketing (5 horas)	24-25/01/03
Prof. Silvério Rocha e Cunha	Dilemas Jurídico-Políticos dos Estados no Actual Sistema Internacional	19/03/03
Prof. Adelino Torres	Islamismo e Desenvolvimento	26/03/03
Prof. Rui Junqueira Lopes e Prof. Carlos Marques	Seminários de Economia e Gestão dos Recursos Naturais (12 horas, promovido pelo CEFAG)	Março/Abril 03
Dr. Franck Biancheri	Um Caminho para a Europa? - Maratona de Conferências Newropeans - 14 Propostas em Debate para o Futuro da Europa	22/04/03
Prof. Rui Junqueira Lopes	Exploração Intertemporal Ótima de Recursos não Renováveis: Caso do Petróleo	30/04/03
Prof. Agostinho Rosa	Uma Estimção da Curva de Philips para Portugal	07/05/03
Prof.ª Adelaide Duarte	Distinguishing between Potential Sources of Growth and Types of Convergence for the Portuguese Economy within the EU. A Panel Data – Time Series Study of the Aggregate Production Function	14/05/03
Dr. Jorge Bravo	Immunization Using a Parametric Model of the Term Structure	21/05/03
Prof. José Manuel Belbute e Prof.ª Maria Aurora Galego	Regime de Avaliação e Sucesso Escolar; Evidências a Partir de uma Experiência na Disciplina de Teoria Macroeconómica I	11/06/03
Dr.ª Fátima Sol Murta	O Mercado Monetário Interbancário Português (MMI): Comportamento e Análise Empírica	18/06/03
Dr. João Pereira	Mobilidade Geográfica dos Trabalhadores Dependentes em Portugal	24/06/03

Fonte: Departamento de Economia.

3.8. Colaboração com Outras Instituições Públicas ou Privadas

No Quadro 12 encontra-se um resumo das várias colaborações realizadas nos últimos anos entre os principais departamentos envolvidos no Curso (Economia, Gestão de Empresas e Matemática) e diversas instituições públicas e privadas.

Quadro 12 - Cooperação Nacional Bilateral

Tipo de Cooperação	Entidade
Contrato de Prestação de Serviço	Centro de Investigação e Desenvolvimento de Economia Regional Comissão de Coordenação da Região do Alentejo (CCRA) Fundação das Universidades Portuguesas Universidade de Coimbra ADRAL, S.A. - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo Empresa Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda Faculdade de Economia da Universidade do Algarve Associação para o Desenvolvimento do ISA Monte - Desenvolvimento Alentejo Central - A.C.E. União das Misericórdias Portuguesas Instituto Superior de Transportes e Comunicações Hidroquatro - Consultores de Hidráulica Recursos Hídricos e Ambiente, Lda
Convénios	Comissão de Coordenação da Região do Alentejo (CCRA)
Protocolos	Associação Nacional de Jovens Empresários Diário do Sul Sociedade de Gestão de Projectos Internacionais, Intersismet, S.A. ACOMOR - Agrupamento de Produtores de Montemor-o-Novo ADRAL, S.A. - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo Agrupamento de Produtores Carnalentejana, S.A AMAP - Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas Câmara Municipal de Torres Vedras Câmara Municipal de Vendas Novas Cooperativa Ovina de Évora C. R. L. Ericsson Telecomunicações, Lda. Grupo Nabeiro - Delta Cafés IDICT - Inst. Desenv. Insp. Cond. Trab. MERTOCAR - Sociedade de Produtores de Carne de Qualidade, Lda. Primavera Software SERH - Sistemas e Estratégias de Recursos Humanos Universidade de Coimbra Associação para o Desenvolvimento do ISA Monte - Desenvolvimento Alentejo Central - A.C.E. União das Misericórdias Portuguesas Centro da Matemática da Universidade da Beira Interior Centro de Matemática e Aplicações Fundamentais da Universidade de Lisboa Clínica SOS
Outras Colaborações	Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro IBERA Indústria de Betão Bolas Máquinas e Ferramentas, As JA Correia, Lda Universidade Eduardo Mondlane TYCO Electronics

Fonte: <http://www.uevora.pt>

O Departamento de Economia criou em 2003, para os alunos da Licenciatura em Economia dois programas que se espera venham a ter grande impacto no seu futuro: o Programa de Mérito Académico e o Programa de Estágios e Saídas Profissionais denominado “Qualificar em Parceria”, cujos folhetos de divulgação se podem consultar nos Anexo 6 e 7, respectivamente. A eficácia e concretização destes programas depende

de acordos e da cooperação que for possível estabelecer com entidades públicas ou privadas exteriores à Universidade. Para ambos os casos já se iniciaram frutuosos contactos com autarquias, empresas e organismos regionais para que estes se tornem “parceiros” no propósito de contribuir para que os alunos aumentem o seu grau de competitividade quando chegar o momento de entrarem no mercado de trabalho a tempo inteiro.

4. Alunos

As duas primeiras secções deste capítulo são dedicadas aos alunos que frequentaram o Curso no ano lectivo 2002/2003, analisando-se a sua distribuição por ano, sexo e classe etária e, apenas no que diz respeito aos alunos do 1º ano recém-ingressados, a forma de entrada e a origem geográfica. A última secção caracteriza a evolução registada nos últimos cinco anos tanto em termos de acesso ao curso (número de candidatos, vagas e ingressos) como de licenciados (número e situação face ao emprego).

4.1. Distribuição dos Alunos por Ano do Curso, Sexo e Idade

Algumas características dos alunos que frequentavam a Licenciatura em Economia no ano lectivo 2002/2003 podem ser observadas na Tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição dos Alunos por Ano do Curso, Sexo e Idade

Licenciatura: Economia															
Ano lectivo: 2002/2003															
Ano	Total	Sexo		Idades											
		M	F	≤18	19	20	21	22	23	24	25-29	30-44	45-60	>60	
1º	162	100	62	8	16	23	25	26	9	10	25	15	5	0	
2º	70	35	35	0	4	13	7	12	10	5	16	2	1	0	
3º	61	33	28	0	0	2	4	11	7	18	12	7	0	0	
4º	158	61	97	0	0	0	3	10	30	34	55	24	2	0	
Total	451	229	222	8	20	38	39	59	56	67	108	48	8	0	

Fonte: Serviços Académicos da Universidade de Évora.

O facto mais saliente da Tabela 7 é a concentração anómala de alunos no primeiro (35,9%) e último (35%) ano do Curso (para distribuir os alunos pelos diferentes anos do Curso utilizou-se o critério que normalmente é seguido no envio de informação

estatística para o Ministério da Ciência e do Ensino Superior: incluiu-se num determinado ano todos os alunos que completaram um número de unidades de crédito igual ou superior à média de unidades de crédito necessária para concluir os anos anteriores). Como possíveis explicações para esta situação podemos apontar os seguintes factos:

- alguns dos alunos recém-ingressados mostram alguma dificuldade de adaptação ao meio universitário, não conseguindo obter aprovação imediata a algumas disciplinas leccionadas nos primeiros semestres do Curso; como consequência da desmotivação sentida, alguns destes alunos, embora repetindo todos os anos a sua inscrição no Curso, praticamente abandonam os estudos (a Comissão de Curso espera que o regime de tutorias criado para os alunos do 1º ano, ver secção 3.4, atenuar consideravelmente este problema);
- na parte final do Curso, a prematura entrada no mercado de trabalho leva ao sucessivo adiamento da conclusão do Curso devido à consequente falta de tempo disponível para estudar.

Um outro ponto de interesse que resulta da análise da Tabela 7 é a elevada percentagem (36,4%) de alunos com idade superior a 25 anos. Como seria de esperar da análise efectuada no parágrafo anterior, a maior parte destes alunos concentra-se no 1º e, principalmente, no último ano do Curso. De registar ainda que a repartição dos alunos por sexo, em termos de total, é praticamente equitativa, embora haja diferenças importantes quando a análise é feita por ano do Curso, nomeadamente no 1º e 4º ano.

4.2. Alunos do Primeiro Ano

No ano lectivo 2002/2003 ingressaram no Curso de Economia 57 novos alunos, 36 dos quais através do Concurso Geral de Acesso. Em relação a estes últimos, a Tabela 8 contém informação relativa aos procedimentos de admissão ao Curso, às classificações obtidas e à preferência manifestada pelo Curso ao seleccionarem as suas opções de candidatura. Por outro lado, na Tabela 9 encontra-se discriminada a origem geográfica de todos os alunos ingressados, independentemente da via de acesso, quer em termos de distrito quer em termos de região (NUTS III).

Tabela 8 – Acesso ao Curso Através do Concurso Geral

Licenciatura: Economia			
Ano lectivo: 2002/2003			
1. Procedimentos de Admissão:			
Classificações mínimas exigidas para acesso a cursos deste estabelecimento:			
- Nota de candidatura: 100 pontos			
- Provas de ingresso: percentil 45			
Fórmula de cálculo:			
- Média do secundário: 65%			
- Provas de ingresso: 35%			
Provas de ingresso: Matemática (18)			
2. Classificações dos alunos admitidos:			
Classificação	Frequência 12º ano	Média dos exames nacionais	Nota de candidatura
>18,4	0	0	0
17,5-18,4	1	0	0
16,5-17,4	1	0	0
15,5-16,4	1	0	0
14,5-15,4	6	1	2
13,5-14,4	8	1	3
12,5-13,4	10	1	5
11,5-12,4	7	1	10
10,5-11,4	2	4	14
9,5-10,4	0	3	2
<9,5	0	25	0
<i>Total*</i>		36	
3. Ordem de opção dos alunos admitidos:			
Ordem de opção	1ª Fase	2ª Fase	
1ª	19	5	
2ª	6	2	
3ª	3	2	
4ª	2	1	
5ª	1	0	
6ª	0	0	
<i>Total*</i>		41	

Fonte: Guia da Candidatura 2002 e Direcção-Geral do Ensino Superior.

* O total das sub-tabelas 2 e 3 não coincide porque enquanto que o primeiro foi objecto de filtragem, o segundo considera todos os alunos admitidos, incluindo aqueles que não concretizaram a sua matrícula.

Tabela 9 - Distribuição Geográfica dos Alunos que Ingressaram no 1º Ano

Licenciatura: Economia					
Ano lectivo: 2002/2003					
1. Distribuição por distrito					
Distrito de procedência	N.º de alunos	Distrito de procedência	N.º de alunos	Distrito de procedência	N.º de alunos
Aveiro	1	Faro	0	Setúbal	2
Beja	3	Guarda	1	Viana do Castelo	1
Braga	2	Leiria	2	Vila Real	0
Bragança	0	Lisboa	4	Viseu	1
Castelo Branco	3	Portalegre	2	Açores	0
Coimbra	0	Porto	0	Madeira	1
Évora	18	Santarém	9	Estrangeiro	7
<i>Total de admitidos*</i>					55
2. Distribuição por região					
Região de procedência	N.º de alunos	Região de procedência	N.º de alunos	Região de procedência	N.º de alunos
<i>Norte</i>		<i>Centro</i>		<i>Lisboa e Vale do Tejo</i>	
Minho-Lima	1	Baixo Vouga	0	Oeste	3
Cávado	1	Baixo Mondego	1	Grande Lisboa	3
Ave	1	Pinhal Litoral	0	Península de Setúbal	2
Grande Porto	0	Pinhal Interior Sul	1	Médio Tejo	3
Tâmega	0	Dão-Lafões	1	Lezíria do Tejo	6
Entre Douro e Vouga	0	Serra da Estrela	0		
Douro	0	Beira Interior Norte	1	<i>Alentejo</i>	
Alto Trás-os-Montes	0	Beira Interior Sul	0	Alentejo Litoral	0
		Cova da Beira	2	Alto Alentejo	2
<i>Algarve</i>				Alentejo Central	18
Algarve	0	<i>Estrangeiro</i>		Baixo Alentejo	3
		Estrangeiro	5		
<i>Total de admitidos*</i>					55

Fonte: Serviços Académicos da Universidade de Évora.

* O total de admitidos contempla todas as situações possíveis: regime geral, contingente especial, transferência, mudança de curso e exame ad-hoc. Este total não corresponde a 57 pois dois alunos não indicaram a sua origem geográfica no acto de matrícula.

Em relação aos procedimentos de admissão, há a salientar o facto de continuar a haver uma única prova de ingresso, a Matemática, ao contrário do que acontece actualmente na maioria das licenciaturas em Economia do país, que nos últimos anos passaram a dar a possibilidade de, alternativamente ou em acréscimo, se poderem realizar outras provas de ingresso (as excepções em 2002/2003 foram apenas, para além de Évora, a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade de Coimbra). Esta situação contribui

decisivamente para uma classificação média de ingresso inferior à de outras licenciaturas em Economia do país. Com efeito, devido ao facto de 69,4% dos alunos matriculados ter obtido uma nota inferior a 9,5 valores no exame nacional de Matemática, 72,2% apresenta uma nota de candidatura inferior a 12,4 valores, quando apenas 25% obteve este resultado em termos de média de 12º ano.

A maioria dos alunos admitidos (58,5%) escolheu este curso como primeira opção. Esta situação está certamente directamente relacionada com o facto de 41,8% dos alunos ingressados ser proveniente da região Alentejo. A região limítrofe de Lisboa e Vale do Tejo também está bem representada (30,9%). É ainda interessante referir a relativamente elevada percentagem de alunos estrangeiros ingressados (9,1%).

4.3. Análise do Período 1998/2003

A análise que se segue centra-se na evolução do número de candidatos, *numerus clausus*, número de ingressos e número de licenciados e na análise da situação destes últimos face ao emprego.

4.3.1. Número de Candidatos, *Numerus Clausus* e Número de Ingressos

A Tabela 10 contém diversa informação relativa ao acesso ao Curso através do regime geral nos últimos cinco anos, discriminada por ano lectivo. Da análise da informação contida ressaltam imediatamente dois factos:

- registou-se um decréscimo acentuado do número de candidatos;
- nos últimos dois anos lectivos não foram preenchidas todas as vagas disponíveis.

Como consequência da evolução referida e tendo em conta o actual contexto nacional de regressão demográfica da população estudantil, no decurso do último ano lectivo (2002/2003) a Comissão de Curso decidiu reduzir o *numerus clausus* para 50 tendo este sido finalmente fixado em 42 por despacho ministerial. A totalidade das vagas foi então ocupada para o ano lectivo de 2003/2004. A Comissão de Curso decidiu ainda alterar os procedimentos de acesso ao Curso a partir do próximo ano lectivo (2004/2005), passando a exigir como provas de ingresso a Matemática e/ou a Economia, à

semelhança do que acontece actualmente na maioria dos cursos de Economia oferecidos por outras universidades. Finalmente, como forma de divulgação do Curso, a Comissão realizou em Março de 2003 o primeiro “Dia Aberto” aos alunos das principais Escolas Secundárias do Alentejo. Neste dia, os alunos tiveram oportunidade de estabelecer um primeiro contacto com o Curso de Licenciatura em Economia, os seus docentes e a Universidade em geral.

Tabela 10 - Evolução do Acesso ao Curso Através do Concurso Geral

Licenciatura: Economia			
Anos lectivos: 1998/1999 a 2002/2003			
Ano lectivo	Nº de candidatos	Nº de vagas	Nº de ingressos
1998/1999	370	65	72
1999/2000	415	65	74
2000/2001	338	65	75
2001/2002	222	65	52
2002/2003	215	60	41

Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior.

4.3.2. Número de Licenciados

Na Tabela 11 indica-se o número de alunos que concluiu a sua Licenciatura em Economia nos últimos cinco anos bem como o tempo despendido na obtenção do grau. Conforme se pode constatar, o número de licenciados é bastante significativo nos primeiros anos do período em análise. A partir de 1999/2000 o número de alunos que concluem a sua licenciatura diminui sistematicamente, apresentando um valor muito inferior em 2002/2003. Contudo, deve-se salientar que a queda real ocorrida neste último ano deverá ter sido bastante menos acentuada do que o valor inscrito na Tabela 11 sugere. Com efeito:

- apenas foram contabilizados os licenciados até 25/07/2003, o que exclui todos os alunos que possam ter terminado o Curso na época especial de exames que decorreu no período compreendido entre 15 e 20/09/2003;
- os Serviços Académicos da Universidade de Évora apenas consideram como licenciados os alunos que requerem a Carta de Curso; como a época de recurso das disciplinas do semestre par apenas terminou a 26/07/2003, é de esperar que a maioria dos alunos que concluíram a sua licenciatura nesta fase não tenham

requerido a referida Carta até 25/07/2003.

Tabela 11 - Licenciados

Licenciatura: Economia					
Anos lectivos: 1998/1999 a 2002/2003					
Ano lectivo	N.º de licenciados	4 anos	5 anos	6 anos	> 6 anos
1998/1999	57	16	23	7	11
1999/2000	60	17	25	7	11
2000/2001	48	11	17	10	10
2001/2002	40	10	15	6	9
2002/2003*	25	2	10	8	5
<i>Total</i>	230	56	90	38	46

Fonte: Serviços Académicos da Universidade de Évora.

* Alunos licenciados até 25/07/2003.

Apenas 24,3% dos alunos que concluíram a sua licenciatura neste período o fizeram nos quatro anos estabelecidos curricularmente. A maioria (39,1%) obteve o grau de licenciado em cinco anos, 16,5% conseguiu-o em seis anos e 20% demorou pelo menos sete anos.

4.3.3. Situação Profissional dos Alunos Licenciados

Dado não existir informação completa e sistematizada sobre a situação actual dos licenciados em Economia pela Universidade de Évora, optou-se pela realização de inquéritos aos alunos que terminaram o Curso durante o período a que reporta este relatório. Foram enviados 224 inquéritos, tendo-se obtido 41% de respostas, um resumo das quais se encontra na Tabela 12.

Tendo em conta o contexto económico dos últimos anos, os resultados obtidos podem considerar-se animadores dada a relativa rapidez na obtenção de emprego. Com efeito, dos licenciados respondentes que encontraram emprego na área de formação, 98,8% obteve emprego no máximo até um ano após conclusão do curso: 34,1% ainda durante o curso, 24,7% até um mês após a conclusão do curso e os restantes 40% até ao final do primeiro ano. Como aspecto menos positivo deve apontar-se o facto de neste momento 9,9% dos licenciados respondentes se encontrarem desempregados.

Tabela 12 - Situação dos Licenciados Perante o Emprego

Licenciatura: Economia																
Anos lectivos: 1998/1999 a 2002/2003																
Ano de conclusão do curso	Total de licenciados	N.º de inquéritos enviados	N.º de inquéritos recebidos	N.º de licenciados ainda desempregados	N.º de licenciados desempregados	N.º de licenciados exclusivamente em formação	Empregados									
							Intervalo de tempo até obtenção de emprego na área de formação									
							Antes da conclusão do curso		Até 1 mês após a conclusão do curso		No 1º semestre após a conclusão do curso		No 2º semestre após a conclusão do curso		Mais de um ano após a conclusão do curso	
							Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1998/1999	57	57	18	0	0	0	7	38,9	5	27,8	5	27,8	1	5,6	0	0,0
1999/2000*	60	60	24	0	2	0	8	36,4	2	9,1	11	50,0	0	0,0	1	4,5
2000/2001	48	47	21	2	5	0	6	31,6	5	26,3	6	31,6	2	10,5	0	0,0
2001/2002	40	36	24	1	1	0	8	34,8	8	34,8	5	21,7	2	8,7	0	0,0
2002/2003**	25	24	4	1	1	0	0	0,0	1	33,3	2	66,7	0	0,0	0	0,0
<i>Total</i>	230	224	91	4	9	0	29	34,1	21	24,7	29	34,1	5	5,9	1	1,2

Fonte: Serviços Académicos da Universidade de Évora e Inquérito de Opinião aos Licenciados em Economia.

* Dois licenciados não responderam à questão sobre o intervalo de tempo até à obtenção de emprego.

** Alunos licenciados até 25/07/2003.

Espera-se que o Programa de Estágios e Saídas Profissionais promovido pelo Departamento de Economia (ver secção 3.4 e Anexo 7) que se encontra em fase de implementação possa desempenhar um papel importante tanto na redução do tempo de espera até à colocação no primeiro emprego como na própria diminuição do número de desempregados.

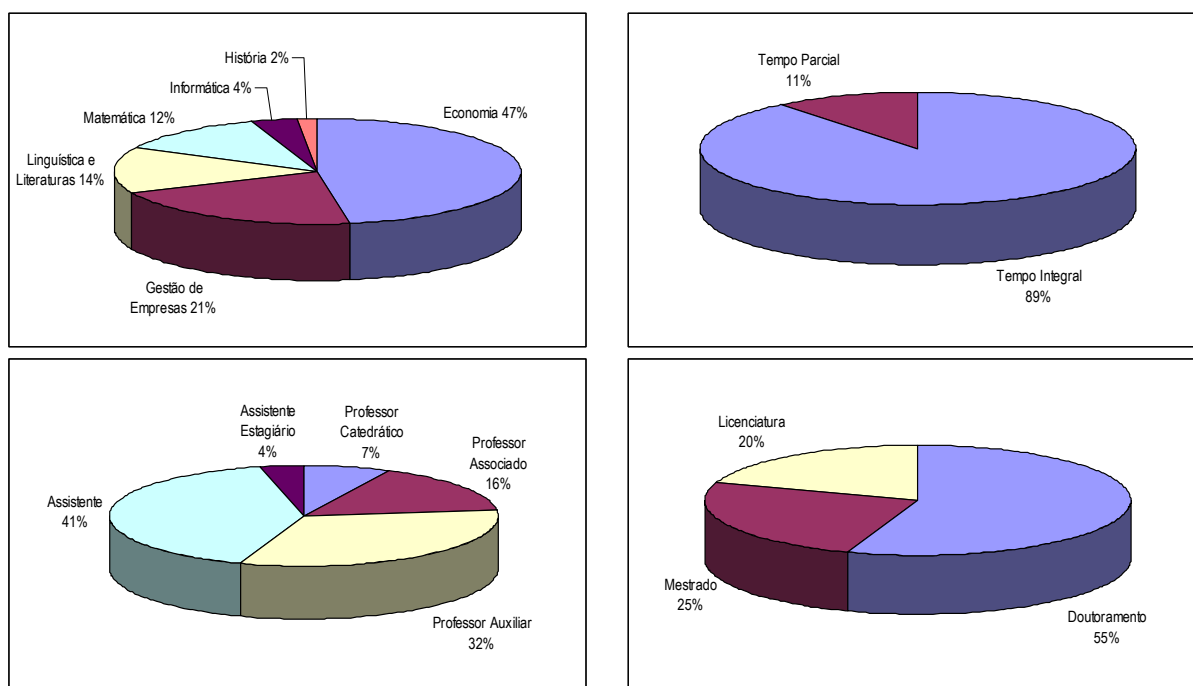
5. Recursos Humanos

No âmbito dos recursos humanos envolvidos na Licenciatura em Economia da Universidade de Évora, apresentam-se de seguida as principais características do pessoal docente e não docente com ligação ao Curso de Economia.

5.1. Pessoal Docente

A lista individual dos docentes que ministraram aulas ao Curso de Licenciatura em Economia durante o ano lectivo 2002/2003 encontra-se na Tabela 13. Algumas características agregadas desse corpo docente podem ser observadas na Figura 4.

Figura 4 - Caracterização do Pessoal Docente da Licenciatura em Economia



Fonte: Tabela 13.

Tabela 13 - Pessoal Docente Envolvido no Curso

Nome ¹	Departamento ¹	Idade ²	Categoria ²	Grau Académico ²	Forma de Provimento ²	Nº de anos de serviço docente ³
Adão António Nunes Carvalho	Economia	35	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	9
Agostinho Silvestre Rosa	Economia	39	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	12
António Bento Ratão Caleiro	Economia	39	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	14
António Cipriano Afonso Pinheiro	Economia	60	Prof. Catedrático	Doutoramento	Nomeação	27
António Francisco Balsa Cebola	Economia	47	Assistente Conv.	Licenciatura	Contrato Adm. Provimento	5
António Francisco Jesus Leirão	Economia	48	Assistente	Mestrado	Contrato Adm. Provimento	24
Carla Maria Marques Ribeiro	Economia	34	Assistente	Prov. Apt. Pedg.	Contrato Adm. Provimento	6
Carlos Manuel Rodrigues Vieira	Economia	36	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	13
Esmeralda Jesus Ratinho Lopes Arranhado Ramalho	Economia	32	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	9
Fernanda Paula Mora Peixe	Economia	36	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	13
Gertrudes Dolores Lopes Saúde Guerreiro	Economia	33	Assistente	Mestrado	Contrato Adm. Provimento	3
Helena Luzia Pereira Marques Mendes Grilo	Economia	34	Assistente	Mestrado	Contrato Adm. Provimento	11
Isabel Maria Pereira Viegas Vieira	Economia	36	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	13
João Eduardo Vaz Resende Rodrigues	Economia	43	Assistente	Prov. Apt. Pedg.	Contrato Adm. Provimento	15
João Manuel Rodrigues Pereira	Economia	34	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	10
Joaquim José Santos Ramalho	Economia	34	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	10
Jorge Miguel Ventura Bravo	Economia	29	Assistente	Mestrado	Contrato Adm. Provimento	4
José Manuel Madeira Belbute	Economia	44	Prof. Associado	Doutoramento	Nomeação	16
José Manuel Martins Caetano	Economia	47	Prof. Associado	Doutoramento	Nomeação	19

Nome ¹	Departamento ¹	Idade ²	Categoria ²	Grau Académico ²	Forma de Provimento ²	Nº de anos de serviço docente ³
Manuel Couret Pereira Branco	Economia	42	Prof. Associado	Doutoramento	Nomeação	14
Maria Aurora Murcho Galego	Economia	39	Prof. Associado	Doutoramento	Nomeação	15
Natércia dos Anjos Arranhado Silveira Godinho Mira	Economia	47	Prof. Associado	Doutoramento	Nomeação	22
Nuno Gonçalo de Lemos Salter Cid	Economia	42	Assistente	Prov. Apt. Pedg.	Contrato Adm. Provimento	13
Nuno José da Silva Pinheiro	Economia	53	Assistente Conv.	Licenciatura	Contrato Adm. Provimento	4
Paulo Alexandre Neves Martinho Neto	Economia	36	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	13
Pedro Damião de Sousa Henriques	Economia	46	Prof. Associado	Doutoramento	Nomeação	15
Rui Manuel Estanco Junqueira Lopes	Economia	54	Prof. Catedrático	Doutoramento	Nomeação	25
Andreia Teixeira Marques Dionísio Basílio	Gestão de Empresas	28	Assistente	Mestrado	Contrato Adm. Provimento	6
Carlos Alberto Falcão Marques	Gestão de Empresas	46	Prof. Catedrático	Doutoramento	Nomeação	23
Cristina Isabel Galamba Oliveira Costa Marreiros	Gestão de Empresas	36	Assistente	Mestrado	Contrato Adm. Provimento	11
Joaquim Simplício Neto Fadista Simões	Gestão de Empresas	45	Assistente Conv.	Mestrado	Contrato Adm. Provimento	19
José Carlos Dorés Zorrinho	Gestão de Empresas	44	Prof. Catedrático	Doutoramento	Nomeação	19
Luís Alberto Godinho Coelho	Gestão de Empresas	40	Assistente	Mestrado	Contrato Adm. Provimento	11
Maria Raquel David Pereira Ventura Lucas	Gestão de Empresas	42	Prof. Associado	Doutoramento	Nomeação	17
Palmira Celeste Semião Lacerda	Gestão de Empresas	45	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	27
Paulo Fernando Lopes Resende da Silva	Gestão de Empresas	36	Assistente	Mestrado	Contrato Adm. Provimento	11
Ricardo Jorge Carvalho Vidigal Silva	Gestão de Empresas	41	Assistente Conv.	Licenciatura	Contrato Adm. Provimento	16
Rui Manuel de Sousa Fragoso	Gestão de Empresas	35	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	6
Soumodip Sarkar	Gestão de Empresas	38	Prof. Associado	Doutoramento	Nomeação	13
Maria Luisa Ferreira Nunes dos Santos	História	47	Assistente Conv.	Licenciatura	Contrato Adm. Provimento	13

Nome ¹	Departamento ¹	Idade ²	Categoria ²	Grau Académico ²	Forma de Provimento ²	Nº de anos de serviço docente ³
Luís Miguel de Mendonça Rato	Informática	35	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	4
Vasco Fernando Figueiredo Tavares Pedro	Informática	40	Assistente	Prov. Apt. Pedg	Contrato Adm. Provimento	6
Antonio Sáez Delgado	Linguística e Literaturas	33	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	8
Hélio João dos Santos Alves	Linguística e Literaturas	40	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	13
Lúcia Maria do Rio Nogueira Pinto	Linguística e Literaturas	36	Assistente	Prov. Apt. Pedg	Contrato Adm. Provimento	7
Maria Fátima Murteira Sona	Linguística e Literaturas	43	Assistente	Mestrado	Contrato Adm. Provimento	10
Maria Filomena Candeias Gonçalves	Linguística e Literaturas	44	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	17
Maria Helena Alberto Carvalho Rosado Saianda	Linguística e Literaturas	60	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	38
Paula Maria Gonçalves Soares	Linguística e Literaturas	36	Assistente	Mestrado	Contrato Adm. Provimento	12
Peggy Berndt	Linguística e Literaturas					
Carlos Correia Ramos	Matemática	28	Assistente	Mestrado	Contrato Adm. Provimento	3
Fátima Maria Filipe Pereira	Matemática	26	Assistente Estag.	Licenciatura	Contrato Adm. Provimento	3
Imme Pieter Van Den Berg	Matemática	51	Prof. Associado	Doutoramento	Nomeação	4
Maria Helena Pascoal Reis	Matemática	45	Assistente Conv.	Mestrado	Contrato Adm. Provimento	22
Miguel Ângelo Pignatelli de Avillez Nunes Pereira	Matemática	37	Prof. Auxiliar	Doutoramento	Contrato Adm. Provimento	6
Patrícia Andreia da Silva Filipe	Matemática	27	Assistente	Mestrado	Contrato Adm. Provimento	3
Sara Maria Carvalho Almeida Santos Varela	Matemática	28	Assistente Estag.	Licenciatura	Contrato Adm. Provimento	2

Fontes: ¹ Sistema de Informação da Universidade de Évora.

² Serviços Administrativos da Universidade de Évora.

³ Departamentos.

Como seria de esperar, a maioria dos docentes (68%) pertence aos Departamentos de Economia e Gestão de Empresas. Globalmente, 55% do pessoal docente é Professor, possuindo o grau de Doutor. A esmagadora maioria dos docentes presta serviço em regime de tempo integral (89%). A idade dos docentes varia entre os 28 e os 60 anos, com uma média aproximada de 41 anos. O número de anos de serviço docente apresenta uma média de 14 anos, oscilando entre os 3 e os 38 anos. Estes dados contrastam vivamente com os de há nove anos atrás, altura da primeira avaliação do Curso, revelando um corpo docente muito mais experiente e com um nível de qualificação académica muito mais elevado.

5.2. Fichas de Docente

A Tabela 14 relativa a cada docente contém um resumo da sua actividade académica e profissional, podendo encontrar-se no Volume Anexo I.

Dos 57 docentes envolvidos no curso no ano lectivo em análise, apenas 40, ou seja 68% do total, completaram as respectivas fichas de docente de forma a fornecer a informação que abaixo se resume.

Cada docente trabalha em média 38 horas por semana para a Universidade, repartidas entre 14 horas de actividade lectiva (aulas e preparação), 5 horas de atendimento aos alunos, 13 horas dedicadas à investigação e 6 horas a tarefas administrativas. O número de comunicações e publicações dos docentes do curso, quer nacionais quer internacionais, oscila entre as zero e as 80 comunicações e as zero e as 25 publicações, sendo que no valor mínimo se situam cerca de 35% dos docentes e no valor máximo um docente. A média para cada docente do curso é de 9 comunicações e 5 publicações.

Estes resultados devem ser tidos como indicativos mas não rigorosos, dada a diferença de critério que foi detectada no preenchimento das fichas. Em particular, tanto as horas de actividade lectiva como a produção científica parecem estar subestimadas, no primeiro caso porque alguns docentes não incluíram o tempo de preparação das aulas, e no segundo porque em vez de valores cumulativos indicaram apenas o número de comunicações e publicações referente ao ano lectivo 2002/2003.

5.3. Pessoal Não Docente

Na Tabela 15 consta a lista do pessoal não docente directamente afecto aos Departamentos que intervêm na leccionação do Curso. Os funcionários pertencentes aos Departamentos de Economia e Gestão de Empresas, os que mais de perto colaboram com a Licenciatura em Economia, desempenham essencialmente actividades de apoio técnico e secretariado. Os funcionários técnicos prestam apoio principalmente junto dos Directores de Curso das várias licenciaturas, pós-graduações e mestrados oferecidas pelos dois departamentos, exercendo tarefas que incluem a promoção e a imagem dos cursos, a actualização das páginas dos cursos na Internet e, no caso do Departamento de Economia, a coordenação do processo de realização dos inquéritos aos alunos que, a partir de 2003/2004, começaram a ser efectuados com uma periodicidade anual em todas as disciplinas oferecidas por este departamento. Os funcionários que desempenham funções na área de secretariado desenvolvem tarefas de rotina de âmbito administrativo e de apoio ao pessoal docente e aos alunos.

A qualificação dos funcionários não docentes tem merecido alguma atenção por parte da Universidade de Évora, que tem feito um esforço significativo no sentido de dar oportunidade de progressão nas carreiras aos funcionários que estão em condições de o fazer. Nesse sentido, através do Núcleo de Formação Contínua (NUFOR), a Universidade tem promovido a realização de cursos de formação e actualização profissionais e dado facilidades de horário aos funcionários que pretendem frequentar os referidos cursos. Os Departamentos de Economia e de Gestão de Empresas têm incentivado os seus funcionários a participarem nesses (e noutros) cursos, como se pode verificar no Quadro 13, onde se apresenta uma lista dos cursos de formação frequentados pelo pessoal não docente afecto aos dois departamentos nos últimos cinco anos.

Tabela 15 - Pessoal Não Docente

Departamento	Nome	Categoria	Idade	Habilitações
Economia	Liliana Fonseca Évora	Técnico Superior 2ª Classe	30	Licenciatura
	Vernilda Maria Fonseca Carapinha Catronga	Assistente Administrativo Principal	35	10º ano incompleto
ADCEE	Maria do Rosário B. V. Roque	Técnico Profissional Especialista Principal - Tradutor - Correspondente - Intérprete	47	12º ano
Gestão de Empresas	Maria de Lurdes C. Fragoso G. Gaspar	Assistente Administrativo Principal	38	11º ano incompleto
	Nuno Miguel Amaral Domingos	Técnico Superior 2ª Classe	26	Licenciatura
História	Ana Maria Rebocho Pires C. Alves Pereira	Assistente Administrativo Principal	35	10º ano
	Gerardo Augusto Vidal Gonçalves	Técnico Superior 2ª Classe	28	Licenciatura
	Helda Maria Pereira Lapa	Assistente Administrativa	32	12º ano
	Maria do Carmo Santos Ferreira	Assistente Administrativo Principal	44	11º ano
Informática	Maria Jacinta Reis Almeida	Assistente Administrativo	36	3º ano do ensino superior
Linguísticas e Literatura	Idalete Cotovio	Assistente Administrativa	25	12º ano
	Maria do Céu Dias Conim	Assistente Administrativo Especialista	60	5º ano do liceu
Matemática	Carla Manuela Ribeiro Fernandes	Estagiário - Técnico	26	Licenciatura
	Judite Natália Jardim L. Sousa Martins	Técnico Profissional 2ª Classe SREC	43	12º ano
	Maria Angélica Alves Galeano Galvoeira	Assistente Administrativo Especialista	47	11º ano
	Maria Pia Santos Rosa Rilho	Técnico Superior Principal	48	Mestrado
	Alexandra Cristina Fialho Serra	Assistente Administrativo	27	11º ano

Fonte: Departamentos.

Quadro 13 - Acções de Formação do Pessoal Não Docente dos Departamentos de Economia e Gestão de Empresas

Funcionário	Ano	Acção de Formação	Duração (horas)	Entidade Formadora
Liliana Fonseca Évora	2000	Instalação, Configuração e Utilização de Computadores	9	Nufor - Universidade de Évora
	2001	Desenvolvimento de Páginas Básico	15	
		Desenvolvimento de Páginas Avançado	15	
		Desenhos de Site Web	18	
	2002	Secretariado e Técnicas Administrativas	30	
		Organização e Gestão do Tempo	24	
		Gestão de Conflitos nas Organizações	18	
2003	Microsoft Excel - Nível III	9		
Maria de Lurdes C. Fragoso G. Gaspar	1998	Código do Procedimento Administrativo	18	Nufor - Universidade de Évora
	1999	Técnicas de Secretariado I	30	
		Comunicação Interpessoal no Local de Trabalho: Abordagem Verbal e Não Verbal	21	
		Arquivos: Organização e Técnicas de Tratamento	57	
	2003	Organização e Gestão do Trabalho Administrativo	21	
		Gestão de Conflitos	18	
Maria do Rosário B. V. Roque	1998	Código do Procedimento Administrativo	18	Nufor - Universidade de Évora
		Procedimento Disciplinar	18	Comissão de Coordenação da Região Alentejo
	1999	As Relações Inter-Pessoais: Linguagens Verbal e Não Verbal	18	Nufor - Universidade de Évora
		Inglês - Nível III	48	
		A Escrita Oficial: A Produção de Texto Escrito em Ambiente Profissional	21	
	2000	Curso de Aperfeiçoamento em Língua Francesa	30	Centro de Investigação e Ensino de Línguas – Universidade de Évora
	2001	Curso Livre de Italiano	24	Departamento de Linguísticas e Literatura – Universidade de Évora
		Organização de Arquivos Intermédios	36	Nufor - Universidade de Évora
	2002	Desenvolvimento das Competências Profissionais de Secretariado	30	
		Cooperação no Trabalho em Equipa	18	
Nuno Miguel Amaral Domingos	2003	Formação Pedagógica de Formadores	105	DataAlentejo

Funcionário	Ano	Acção de Formação	Duração (horas)	Entidade Formadora
Vernilda Maria Fonseca Carapinha Catronga	1998	Introdução às Técnicas Documentais	28	Nufor - Universidade de Évora
	1999	As Relações Inter-Pessoais: Linguagens Verbal e Não Verbal	18	Comissão de Coordenação da Região Alentejo
		Escrita Oficial: A Produção de Texto Escrito em Ambiente Profissional	21	Nufor - Universidade de Évora
	2002	Excel - Iniciação	21	
	2003	Cooperação no Trabalho em Equipa	18	
		Gestão Documental e Novas Tecnologias	28	

Fonte: Departamentos.

6. Recursos Materiais

Indicam-se seguidamente os principais equipamentos utilizados especificamente pelo curso, bem como os meios informáticos e os recursos multimédia disponíveis.

6.1. Equipamentos Dedicados Especificamente ao Curso

Os Departamentos de Economia e Gestão de Empresas, os mais envolvidos no Curso de Economia, encontram-se instalados no Colégio do Espírito Santo. As aulas do Curso decorrem maioritariamente também neste edifício, sendo ainda leccionadas algumas aulas no Palácio do Vimioso e na Casa Cordovil.

Todas as licenciaturas com aulas nestes três edifícios partilham a maioria dos recursos materiais neles existentes, os quais são geridos pela Directoria do Colégio Espírito Santo. No capítulo 3 foram discriminados os equipamentos existentes em cada edifício.

6.2. Meios Informáticos Específicos para o Curso

Todas as aulas da Licenciatura em Economia que requerem o uso de computadores são leccionadas na Sala 136 do Colégio do Espírito Santo, no horário das 8 às 20 horas de 2^a a 6^a feira e ao Sábado das 8 às 13 horas. Esta sala de aulas é destinada exclusivamente às disciplinas oferecidas pelo Departamento de Economia e às disciplinas que, sendo dadas por docentes de outros departamentos, pertencem ao plano curricular do Curso de Economia. Em relação a este, durante o ano lectivo em análise tiveram lugar nesta sala as aulas práticas de Econometria, Modelos Económicos e Introdução à Programação.

Na Sala 136 está disponível o seguinte equipamento:

- meios informáticos:
 - 13 computadores pessoais
 - 1 impressora
- meios audiovisuais
 - 1 retroprojector
 - 1 projector de vídeo

Em cada computador está instalado o sistema operativo Windows 98 e, para lá do software básico, estão disponíveis, entre outros, diversos programas da Microsoft como o Word, o Excel e o Access e o programa estatístico Stata, que é utilizado nas aulas práticas de Econometria e Modelos Económicos. A manutenção do equipamento informático, tanto a nível de *hardware* como de *software*, está a cargo de técnicos especializados do Serviço de Computação.

Para além desta sala, os alunos podem utilizar, para estudo, as salas de informática de uso comum situadas em todos os edifícios da Universidade (ver Tabela 3).

6.3. Recursos Multimédia disponíveis para o Curso

As novas Tecnologias da Informação têm sido desenvolvidas na Universidade de Évora particularmente pelo Serviço de Computação. Assim, e dando continuidade ao trabalho de anos anteriores, foi desenvolvido recentemente o Sistema Integrado de Informação da Universidade de Évora (SIIUE), estrutura base para armazenamento de toda a informação relativa à Universidade. Este sistema permite uma actualização rápida da informação sobre planos curriculares, programas de disciplinas, dados pessoais e profissionais de docentes, inscrições nas disciplinas, lançamento de notas, sumários, etc.. A informação introduzida fica imediatamente disponível para consulta, sendo necessário, em alguns casos, o prévio registo do utilizador. Neste momento todos os alunos e docentes têm acesso a essa informação, através de *password*, e a uma conta de correio electrónico.

Através da Internet, na página da Universidade de Évora (<http://www.uevora.pt>), é possível encontrar informação geral sobre a Universidade, bem como alguma informação sobre a Licenciatura em Economia. Está disponível informação relativa a cada disciplina, incluindo carga horária semanal, docentes, sumários, objectivos, programa, bibliografia e métodos de avaliação.

Recentemente, o Departamento de Economia desenvolveu um portal próprio, acessível em <http://www.decon.uevora.pt>, o qual fornece um vasto leque de informação sobre

todas as actividades desenvolvidas pelo Departamento. Naturalmente, o Curso de Licenciatura em Economia merece um destaque especial, estando disponível informação detalhada sobre o seu funcionamento em <http://www.decon.uevora.pt/licenciatura.php3>. Todos os alunos da Licenciatura em Economia, tanto os actuais como os passados, têm a possibilidade de inserir *online* informação pessoal em páginas individuais criadas especificamente para eles e, através de *password*, têm acesso a informação privilegiada. Entre outras coisas, é possível consultar e concorrer *online* às ofertas de emprego e estágios disponíveis.

Através dos Serviços Audiovisuais os alunos e os docentes podem obter gravação de vídeo e som, edição digital e analógica de vídeo e som, duplicação de cassetes áudio e vídeo, programação de CDROM, tratamento de imagem digital, duplicação de slides e fotografias, montagem de diaporamas, etc..

Através da rede interna estão disponíveis para consulta as seguintes bases de dados na área do curso:

- ABINFORM
- NBER
- CHELEM
- EBSCO
- OCDE
- CEPR

7. Recursos Financeiros

Apesar da insistência da Pró-Reitoria para a Avaliação e Política da Qualidade junto dos Serviços Administrativos da Universidade de Évora, não foi possível o levantamento da informação solicitada na Tabela 16. Esta situação resulta da incapacidade de afectação de custos a cada um dos cursos de Licenciatura, dada a inexistência de um sistema de contabilidade analítica de centros de custos por curso. Obviamente esta é uma lacuna que importa ultrapassar, dada a impossibilidade de, desconhecendo os encargos económicos (e sua distribuição), avaliar e gerir conscientemente o funcionamento do Curso.

Assim, optámos por apresentar no Quadro 14 a execução orçamental do Departamento de Economia no ano económico 2002, já que este é o Departamento encarregue da leccionação da maioria das disciplinas do Curso. De notar, no entanto, que os docentes deste Departamento leccionam também disciplinas em vários outros cursos de licenciatura e mestrado da Universidade de Évora, e que as despesas com pessoal não figuram neste quadro.

Quadro 14 – Execução Orçamental do Departamento de Economia (2002)

unidade: euros

Rúbrica	Execução Orçamental
Despesas Correntes	
01.02.04 – Ajudas de custo	11512,47
02.01.04 – Material de Cultura	10865,30
02.02.06 – Consumíveis	7217,00
02.03.07 – Transportes	7543,52
02.03.06 – Comunicações	206,61
02.03.08 – Representação de Serviços	363,01
02.03.10 – Outros Serviços	9603,12
06.03.01 – Novas Acções no Âmbito da Investigação	1242,73
Despesas de Capital	
07.01.07 – Equipamento Informático	2311,58
<i>Total</i>	50865,34

Fonte: Serviços Administrativos.

Nota: Cerca de 23,5% da execução orçamental destinou-se a liquidar despesas referentes a 2001.

8. Enquadramento do Curso na Actividade de Investigação da Instituição

Neste capítulo apresenta-se a oferta existente de cursos de pós-graduação e mestrado que, no domínio da Universidade de Évora, maior relação apresentam com o Curso de Licenciatura em Economia. De seguida, a actividade científica desenvolvida nos Departamentos de Economia e Gestão de Empresas é caracterizada sucintamente através da listagem das principais teses apresentadas e publicações efectuadas pelos seus docentes nos últimos cinco anos, assim como dos principais projectos de investigação em que eles têm estado envolvidos. No final, referem-se as unidades de investigação activas mais estreitamente ligadas ao Curso.

8.1. Cursos de Pós-Graduação, de Mestrado e de Doutoramento

Actualmente, o Departamento de Economia oferece os cursos de Mestrado em Economia, Mestrado em Economia Agrícola, Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, Pós-Graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional na Perspectiva das Comunidades Europeias e Pós-Graduação Transdisciplinar em Estudos Económicos e Jurídico-Políticos Contemporâneos. Todos estes cursos se destinam essencialmente a licenciados em Economia e áreas afins podendo, contudo, ser frequentados por alunos com outro tipo de formação de base desde que apresentem um *curriculum* adequado e que pretendam aprofundar os seus conhecimentos no domínio dos referidos cursos.

Os cursos de Pós-Graduação e de Mestrado oferecidos pelo Departamento de Gestão de Empresas, que envolvem vários docentes do Departamento de Economia, também costumam ser procurados com alguma intensidade pelos licenciados em Economia da Universidade de Évora. Periodicamente, o Departamento de Gestão de Empresas oferece os cursos de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Mestrado em Gestão de Empresas, Mestrado em Organização e Sistemas de Informação, Pós-Graduação em Gestão do Sector Público Administrativo e Pós-Graduação em Finanças Empresariais, encontrando-se em fase de lançamento o Mestrado em Marketing Agro-Alimentar, a Pós-Graduação em Gestão e Contabilidade das Autarquias Locais e a Pós-Graduação em Responsabilidade Social e Ambiental na Actividade Económica e Empresarial.

Os objectivos e o modo de funcionamento de cada curso referido podem ser consultados via internet nos portais de cada departamento:

- <http://www.decon.uevora.pt>
- <http://www.dges.uevora.pt>

No Quadro 15 apresenta-se a lista das dissertações discutidas com sucesso pelos alunos dos referidos mestrados nos últimos cinco anos.

Em termos de Doutoramento em áreas ligadas ao Curso, no Quadro 16 apresentam-se as teses defendidas com êxito na Universidade de Évora no último quinquénio.

Quadro 15 - Dissertações de Mestrado dos Cursos Ministrados pelos Departamentos de Economia e Gestão de Empresas (1998-2003)

Ano	Autor	Título da Tese
2003	José Baptista	As Micro-Empresas em Cabo Verde e as suas Necessidades de Financiamento Inicial - Factores Determinantes
2003	Rui Rita	As Teorias da Estrutura de Capitais: A Evidência Empírica das Empresas Portuguesas
2003	Joaquim Barroso	Tecnologias de Informação e Desenvolvimento Regional. Contribuições para a Análise do Papel das Tecnologias da Informação e Comunicação no Desenvolvimento Regional
2003	Fernando Mendonça	A Internet ao Serviço do Desenvolvimento Turístico do Algarve.
2003	Filomena Silva	O Processo de Adopção de Sistemas Informáticos numa Situação de Fusão Organizacional
2003	Carlos Borralho	Avaliação de Investimentos em SI/TI no Universo das PME's Excelência Alentejanas do Ano 2000
2003	João Romacho	Selectividade e Timing na Avaliação do Desempenho de Fundos de Investimento Mobiliário em Portugal
2002	Bernadete Sequeira	Avaliação do Impacto dos SI/TI no Desempenho Profissional
2002	António Nascimento	Sistema de Informação e Gestão do Potencial Humano - Abordagem Teórica e Estudo de Caso
2002	Cândido Fialho	Sistema de Apoio à Decisão na Administração Pública. Um Estudo de Caso
2002	Domingos Samuel	Modelos Autónomos Viáveis - Aplicação Prática - Abordagem ao Modelo de Stafford Beer
2002	José Pousa	Internacionalização e Valorização do Capital Humano; Abordagem Teórica e Estudo de Caso
2002	Maria José Tomé	A Qualidade de Informação das Medidas Agro-Ambientais na Direcção Regional de Agricultura do Alentejo
2002	Joaquim Simões*	Identificação de Variáveis Financeiras e Estratégicas que Determinam a Estrutura Financeira das Empresas em Portugal
2001	Andreia Dionísio*	Análise da Entropia como Medida de Incerteza na Selecção de Carteiras de Acções. Estudo do Caso Português.
2001	Carlos Pinhão	A Gestão do Conhecimento e a Gestão dos SI/TI: Proposta de Linha de Actuação
2001	Paulo Basílio	Utilização da Internet pelas Livrarias Portuguesas - Análise Custo/Benefício.
2001	Gonçalo Baptista	A E-Engineering na Banca Portuguesa
2000	António Guerreiro*	Caracterização dos Investimentos Efectuados no Alentejo em SI/TI, pelas Empresas, ao Abrigo do 2º Quadro Comunitário de Apoio (PEDIP e SIR)
2000	José Gaiveo	Comércio Electrónico - as Potencialidades do EDI como Ferramenta de Suporte
2000	Manuel Garcia	Re-Implementação de um Sistema de Informação na Direcção Regional de Agricultura do Alentejo
2000	João Candeias	Gestão do Conhecimento- Abordagem Técnica e Visão Prospectiva do Impacto Potencial no IEPP
2000	Victor Silva	A Informação como Factor de Modernização dos Municípios de Média Dimensão do Alentejo
1998	Cristina Marreiros*	O Marketing e as Denominações de Origem e Indicações Geográficas: O Caso da Região Alentejo
1998	Manuel Nita	Simulação e Análise Económica de Tecnologia de Rega na Produção de Tomate para Indústria no Ribatejo
1998	Lúis da Conceição	Zonas de Caça Turísticas: uma Alternativa de Desenvolvimento Rural para a Margem Esquerda do Guadiana
1998	Maria José Ramalho	Identificação de Algumas Variáveis que Influenciam Quantitativa e Qualificativamente a Produção de Cortiça
1998	João Santos	Perspectivas de Evolução da Margem Bruta das Principais Culturas Arvenses no Alentejo no Contexto da Política Agrícola Comum
1998	João Anastácio	Avaliação dos Efeitos da Nova P.A.C e do Aumento da Concorrência nos Mercados Agrícolas no Sector Agrícola Português: "Uma Abordagem de Equilíbrio Parcial"

Fonte: Departamentos.

* Docentes da Universidade de Évora.

Quadro 16 - Dissertações de Doutoramento (1998-2003)

Ano	Autor	Título da Tese
2003	João Pereira*	Alguns Aspectos Espaciais do Mercado de Trabalho em Portugal: Diferenças Regionais de Salários e Mobilidade Geográfica
2003	Fátima Jorge*	Impactos e Limites Éticos dos Sistemas de Informação/Tecnologias da Informação e da Comunicação (SI/TIC) na Gestão dos Recursos Humanos
2003	Maria da Conceição Rego*	Impactes da Universidade de Évora, Análise de Alguns Efeitos no Território Envolvente
2002	Agostinho Rosa*	Os Determinantes da Inflação: Aplicação ao Caso Português
2001	Rui Fragoso*	Avaliação dos Impactos Socio-Económicos do Plano de Rega do Alqueva no Sector Agrícola do Alentejo: O Caso do Bloco de Rega da Infra-estrutura 12
2000	Marta Silvério*	Análise do Mercado de Vinho e das Zonas Vitivinícolas Nacionais. Posicionamento, Segmentação, Preferências e Atitudes. Caso Particular: as Sub-regiões do Alentejo
2000	António Sousa*	Estratégias Empresariais em Contexto Dinâmico: Lógicas de Reorganização das Empresas Vitivinícolas do Alentejo e da Extremadura Espanhola face à Evolução do Mercado Comum Europeu
2000	Palmira Lacerda*	Informação e Tomada de Decisão em Organizações Complexas
1998	Silvério Cunha*	Sentido e Possibilidades do Discurso na Cidade numa Era de Mal Estar. Perfis Teóricos e Eixos Problemáticos para uma Compreensão do Poder no Ocidente Declinante

Fonte: Departamentos.

* Docentes da Universidade de Évora.

8.2. Outras Acções de Investigação Relacionadas com o Curso

São variadíssimas as áreas de investigação dos docentes que leccionam no Curso de Economia. A considerável dispersão encontrada entre as várias linhas de investigação seguidas poderá resultar, pelos menos em parte, na valorização da actividade lectiva. Obviamente, esta dispersão poderá também contribuir para uma maior dificuldade de concertação do investimento em estratégia e planeamento departamental, bem como inibir uma desejável melhoria na intensidade de cooperação intra e inter-departamental entre as várias equipas de investigação.

Os quadros que se seguem ilustram a actividade de investigação realizada nas áreas mais ligadas ao Curso de Economia nos últimos cinco anos. Pelos motivos já apontados ao longo deste Relatório, toda a informação que listamos de seguida refere-se apenas aos docentes dos Departamentos de Economia e Gestão de Empresas. Assim, os Quadros 17 e 18 listam, respectivamente, as teses de Mestrado e de Doutoramento defendidas por docentes dos dois departamentos noutras Universidades portuguesas e estrangeiras (as realizadas na Universidade de Évora já foram apresentadas nos Quadros 15 e 16). No Quadro 19 apresentam-se alguns dados agregados.

Quadro 17 - Dissertações de Mestrado Defendidas por Docentes dos Departamentos de Economia e Gestão de Empresas (1998-2003)

Ano	Autor	Universidade	Título da Tese
2002	Jorge Bravo	ISEG	Modelos de Risco de Taxa de Juro: Estratégias de Cobertura e Imunização
2001	José Correia	Universidade Lusíada	Teste Empírico à Advertência dos Modelos de Avaliação de Warrants sobre Valores Próprios no Mercado Português
2000	Osvaldo Oliveira	ISEG	Opções Reais e Exportações
2000	Jorge Casas Novas	ISCTE	Motivações Empresariais no Alentejo (Portugal) e na Extremadura (Espanha) – uma Abordagem no Âmbito da Cooperação Transfronteiriça
1999	Elisabete Félix	ISCTE	Efeito Flexibilidade na Decisão de Investimento. Uma Aplicação à Exploração de Cobre
1999	Elsa Vaz	ISEG	Impacto da Liberalização do Comércio Decorrente da Ronda do Uruguai nas Exportações Portuguesas
1998	Margarida Saraiva	ISCTE	A Avaliação nas Instituições de Ensino Superior em Portugal – para uma Educação de Qualidade

Fonte: Departamentos.

Nota: Exclui as teses defendidas na Universidade de Évora.

Quadro 18 - Dissertações de Doutoramento Defendidas por Docentes dos Departamentos de Economia e Gestão de Empresas (1998-2003)

Ano	Autor	Universidade	Título da Tese
2002	Adão Carvalho	University of Sussex (Inglaterra)	Technology alliances and Firm Performance: Portuguese SMEs in an EU-Sponsored Setting
2002	Joaquim Ramalho	University of Bristol (Inglaterra)	Alternative Estimation Methods and Specification Tests for Moment Conditions Models
2002	Esmeralda Ramalho	University of Bristol (Inglaterra)	Some Sampling Issues in Econometrics
2001	António Caleiro	Instituto Universitario Europeu de Florença (Itália)	Essays on Election Dates, Economic Policies and Voters
2000	Fernanda Peixe	University of Birmingham (Inglaterra)	Instrument Selection in Econometric Models: Consequences and Methods
1999	Isabel Vieira	Loughborough University (Inglaterra)	Short-Term and Long-Term Capital Market Integration in the European Union: an Investigation using Interest Rate and Currency Swaps Data.
1999	Carlos Vieira	Loughborough University (Inglaterra)	The Sustainability of Fiscal Policies: a Study of the European Union
1998	Maria Aurora Galego	University of Bristol (Inglaterra)	Choice of Employment Status and Labour Mobility: an Analysis of Self-Employment in Portugal

Fonte: Departamentos.

Nota: Exclui as teses defendidas na Universidade de Évora.

Quadro 19 - Teses Defendidas por Departamento (1998-2003)

Departamento	Teses de Mestrado			Teses de Doutoramento		
	Total	Un. Évora	Outras univ. nacionais	Total	Un. Évora	Univ. estrangeiras
Economia	3	0	3	12	4	8
Gestão de Empresas	8	4	4	5	5	0
<i>Total</i>	11	4	7	17	9	8

Fonte: Quadros 15, 16, 17 e 18.

No período em análise os docentes dos dois Departamentos realizaram, no seu conjunto, 11 teses de Mestrado e 17 teses de Doutoramento, o que demonstra bem o esforço que ambos os Departamentos desenvolveram no sentido de melhorar a qualificação do seu corpo docente. De salientar ainda que das 15 teses elaboradas por docentes do Departamento de Economia, apenas 4 foram defendidas na Universidade de Évora, tendo a maioria (8) sido defendida em universidades estrangeiras. Assim, num momento em que tanto se tem criticado o *inbreeding* nas Universidades, o ensino da Economia em Évora tem beneficiado da experiência inversa.

Da actividade científica ligada ao Curso são também exemplos os projectos de investigação envolvendo docentes do Departamento de Economia, apresentando-se no Quadro 20 os projectos actualmente a decorrer que beneficiaram de financiamento externo.

Nos Quadros 21, 22 e 23 apresentam-se as publicações mais relevantes na área da economia da autoria de docentes da ADCEE, quer de artigos científicos, em revistas internacionais ou nacionais, quer de livros científicos ou manuais escolares. Saliente-se a regularidade de publicação científica ao longo do período em análise, e a crescente proporção de artigos publicados em revistas internacionais conceituadas.

Quadro 20 – Projectos de Investigação em Curso Financiados por Entidades Externas

Docentes	Título	Parceiros	Financiamento
António Pinheiro	Sustainability of European Irrigated Agriculture Under Water Directive and Agenda 2000 (WADI)	Univerdidade de Cordoba, Espanha Universidade de Valadollid, Espanha Centro Studio Aziendale, Itália Universidade de Bologna, Itália Universidade de Thessaloniki, Grécia Universidade de Crandfiel, Inglaterra	5.º Programa - Quadro da União Europeia
António Pinheiro	Regeneração Natural e Artificial do Sobreiro e a Gestão Sustentada do Montado	Universidade Técnica de Lisboa	INIAP
Eduardo Cardadeiro*	Regulação Económica das Empresas de Abastecimento de Água e de Saneamento	---	PRODEP
Elsa Vaz*	Efeitos Económicos dos Processos de Integração Regional: Implicações do Alargamento da União Europeia aos Países do Sul da Europa	---	Fundação Eugénio de Almeida
Gabriela Pereira*	Procura e Oferta de Voluntariado nas Instituições Particulares de Solidariedade Social	---	PRODEP
José Caetano, Gertrudes Guerreiro, M. Conceição Rego, Paulo Neto	Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social	Augusto Mateus & Associados CIRIUS GEOIDEIA CEPREDE Universidade do Porto Universidade de Coimbra Universidade dos Açores Universidade do Algarve	Ministério do Planeamento e Ordenamento do Território
José Caetano, M. Aurora Galego, Isabel Vieira, Carlos Vieira, Elsa Vaz*	The Eastward Enlargement of the Euro-zone	Freie Universitat Berlin - Jean Monnet Centre of Excellence VATT, Helsinki, Finlândia Institute of Economic Research, Eslovénia Universidade de Bolonha, Itália Universidade de Tartu, Estónia Warsaw Scholl of Economics, Polónia	5º Programa Quadro da União Europeia

Docentes	Título	Parceiros	Financiamento
José Caetano, M. Aurora Galego, Isabel Vieira, Carlos Vieira, Elsa Vaz*	The Eastward Enlargement of the Eurozone: Implications for the Goods, Services and Capital Markets in Germany and Portugal	Freie Universität Berlin - Jean Monnet Centre of Excellence	CRUP (Acções Integradas Luso-Alemãs)
M. Conceição Rego	Dinâmicas Espaciais das Regiões do Algarve, do Alentejo e da Beira Interior. Cenários de Ocupação do Território no Horizonte do Ano 2015	---	Programa PRAXIS
M. Conceição Rego	RITTT: Rede de Inovação e Transferência de Tecnologia Transnacional	ADRAL CCDRA	INTERREG III
Miguel Sousa*	Reforma Agrária e Fundiária em Países em Vias de Desenvolvimento: o Caso do Brasil	---	Fundação Eugénio de Almeida
Oswaldo Oliveira*	Real Options	Manchester Business School	Programa PRAXIS
Paulo Neto	Kognópolis - Rede Transfronteiriça de Cidades de Conhecimento	Universidade da Extremadura FUNDECYT ADRAL	INTERREG III

Fonte: Docentes.

* Não deu aulas à Licenciatura em Economia no ano lectivo em análise por se encontrar com dispensa de serviço docente.

Quadro 21 – Artigos Publicados em Revistas Científicas de Âmbito Internacional

Ano	Autores	Título	Revista
***	Fernanda Peixe, Alastair Hall**	A Consistent Method for the Selection of Relevant Instruments in Econometric Models	Econometric Reviews
***	José Belbute Tiago Domingos**, Pedro Conceição**, João Rodrigues**	Sustainable Development: Constraints on Dematerialisation and on the Allocation of Natural Capital	Ecological Economics
***	M. Aurora Galego, Carlos Vieira, Isabel Vieira	The CEEC as FDI Attractors: a Menace to the EU Periphery?	Emerging Markets Finance and Trade
2003	Amílcar Serrão*, Luís Coelho	A Crop Insurance Program for Managing Risk in a Dryland Region of Portugal	New Medit
2003	Cesaltina Pires*	Predation and Reputation Acquisition in the Debt Market	Portuguese Economic Journal
2003	Cesaltina Pires*, Duarte Brito**	Is There a Change in Efficiency Theory?	International Journal of the Economics of Business
2003	Fernanda Peixe, Alastair Hall**, Atsushi Inoue**	Covariance Matrix Estimation and the Limiting Behavior of the Overidentifying Restrictions Test in the Presence of Neglected Structural Instability	Econometric Theory
2003	Isabel Vieira	Evaluating Capital Mobility in the EU: a New Approach Using Swaps Data	European Journal of Finance
2002	Cesaltina Pires*	A Rule for Updating Ambiguous Beliefs	Theory and Decision
2002	Esmeralda Ramalho	Regression Models for Choice-Based Samples with Misclassification in the Response Variable	Journal of Econometrics
2002	Joaquim Ramalho, Richard Smith**	Generalized Empirical Likelihood Non-Nested Tests	Journal of Econometrics
2000	Cesaltina Pires*, Soumodip Sarkar	Delivered Nonlinear Pricing by Duopolists	Regional Science and Urban Economics
2000	Fernanda Peixe, Alastair Hall**	Data Mining and the Selection of Instruments	Journal of Economic Methodology
1998	Cesaltina Pires*	A Note on "Environmental Sustainability and Cost-Benefit Analysis"	Environment and Planning A
1998	Cesaltina Pires*	Sustainability and Cost-Benefit Analysis	Environment and Planning A

Fonte: Docentes.

* Não deu aulas à Licenciatura em Economia no ano lectivo em análise.

** Não pertence à Universidade de Évora.

*** Aceite para publicação.

Quadro 22 – Artigos Publicados em Revistas Científicas de Âmbito Nacional

Ano	Autores	Título	Revista
2003	Adão Carvalho	PMEs Portuguesas em Alianças de I&D no Âmbito do Programa CRAFT: Condições Iniciais, Problemas de Cooperação e Resultados	Notas Económicas
2003	Agostinho Rosa	Inflação Portuguesa: Pelo Custos ou Monetária?	Economia e Sociologia
2003	M. Leonor Carvalho*	A Economia da Produção e da Saúde Animal	Economia e Sociologia
2002	António Caleiro	Acerca das Dificuldades na Detecção Empírica de Ciclos Eleitorais – Uma Explicação Através de Alguns Desenvolvimentos Teóricos Recentes	Economia e Sociologia
2001	António Pinheiro	Agricultura Portuguesa: passado, presente e perspectiva futura	Economia e Sociologia
2001	António Pinheiro e outros	Capacidade de Pagamento de Sistemas Especializados de Produção de Suínos	Revista de Política Agrícola
2001	José Caetano	O Alargamento da União Europeia aos Países do Leste: Reflexão sobre a Dinâmica do Processo e sua Implicações Institucionais	Economia e Sociologia
2001	Manuel Branco	Globalização Económica e Erosão da Ideia Democrática	Economia e Sociologia
2001	Oswaldo Oliveira	Opções Reais: Valorização em Tempo Discreto	Economia e Sociologia
2001	Paulo Neto	Os Territórios Locais e Regionais e a Economia Global do Conhecimento	Economia e Sociologia
2000	António Pinheiro	Política Agrícola Portuguesa	Revista de Ciências Agrárias
2000	António Pinheiro e outros	Benefícios Sociais Obtidos pelo Investimento em Pesquisa Avícola	Revista Brasileira de Ciência Avícola
2000	António Pinheiro e outros	Impacto Económico do desenvolvimento Tecnológico na Produção de Frangos de Corte	Revista Brasileira de Ciência Avícola
2000	Isabel Vieira	How Financially Integrated are Portugal and Spain: Evidence from the Covered and the Uncovered Interest Parities	Revista de Mercados e Activos Financeiros
2000	Paulo Neto, Silvério Cunha	Globalização, Novos Instrumentos e Mecanismos de Regulação e Autonomia Democrática	Economia e Sociologia
1999	António Caleiro	What if Third Parties Disappear? A Rational Partisan Note	Estudos de Economia
1999	José Belbute	Algumas Reflexões sobre as Interações entre a Economia e o Ambiente	Economia e Sociologia
1999	José Belbute	Preferências, Crescimento Endógeno e Sustentabilidade	Estudos de Economia
1999	José Caetano	Agenda 2000: Implicações para Portugal e para a União Europeia	Alentejo – Análise Regional
1999	Manuel Branco	O Homem Económico contra a Economia Humana: Fundamentos não Utilitaristas para uma Nova Economia	Episteme
1999	Manuel Branco	Da Democracia e do Desenvolvimento: Quatro Teses e uma Síntese	Revista Crítica de Ciências Sociais
1999	Natércia Mira	Desenvolvimento Industrial do Alentejo: Alguns Condicionantes à Criação e ao Crescimento das Empresas Industriais	Economia e Sociologia
1998	António Caleiro	A Moeda Única na Reinvenção da Europa – Que Horizonte Temporal Precisamos?	Notas Económicas
1998	José Belbute	Acumulação de Capital num Contexto de Interações entre Economia e Ambiente	Estudos de Economia
1998	Fernanda Peixe	A Procura de Moeda em Portugal Segundo a Abordagem de Johansen	Estudos de Economia
1998	José Caetano	A Teoria das Zonas Monetárias Óptimas Revisitada: Algumas Notas a Propósito da União Europeia	Notas Económicas

Ano	Autores	Título	Revista
1998	José Caetano	Padrões de Especialização Internacional em Economias de Desenvolvimento Desigual - o Caso de Portugal, Espanha e Outros Países da Comunidade Europeia	Estudos de Economia
1998	José Caetano	Algumas Notas a Propósito dos Choques Assimétricos na União Europeia	Economia e Sociologia
1998	Luís Coelho, Amílcar Serrão*	Breve Resenha do Seguro de Colheitas Multi-Risco de Área	Agroeconomia
1998	M. Conceição Rego	A Teoria da Polarização Pode Contribuir para Promover o Desenvolvimento do Alentejo?	Economia e Sociologia
1998	Manuel Branco	Desemprego Persistente e Dualização Social: Contribuição para a Definição de um Conceito de Desenvolvimento Socialmente Sustentável	Estudos de Economia
1998	Natércia Mira	Modelo com Custos de Transporte Explicativos das Decisões de Localização: Possibilidades da sua Aplicação ao Sector Corticeiro Português	Estudos de Economia
1998	Natércia Mira	Evolução da Posição Portuguesa a Nível do Comércio Internacional da Cortiça. Alguns Factores Condicionantes	Economia e Sociologia
1998	Paulo Neto	Dimensão Territorial do Processo de Integração Europeia	Economia e Sociologia

Fonte: Docentes.

* Não deu aulas à Licenciatura em Economia no ano lectivo em análise.

Quadro 23 – Publicações de Livros Científicos e Manuais Escolares

Ano	Autor	Livro	Edição
2003	António Pinheiro, M. Leonor Carvalho*	Economia e Política Agrícolas	Edições Sílabo
2003	José Belbute	Princípios de Macroeconomia	Gradiva
2002	M. Leonor Carvalho*, Pedro Henriques, Gabriela Pereira*	Economia e Política Agrícolas - Exercícios Práticos	Edições Sílabo
2001	Cesaltina Pires*	Cálculo para Economistas	McGraw Hill
2001	Nuria Dios**, M. Aurora Galego, Natércia Mira, Luis Zamorano**, Juan Cervera**	Economia de la Energia: Análisis de Extremadura, Alentejo y Región Centro	Editora Regional da Extremadura
2000	António Cebola	Elaboração e Análise de Projectos de Investimento - Casos Práticos	Edições Sílabo
1999	António Pinheiro, M. Leonor Carvalho*	Economia e Política Agrícolas	Manuais da Universidade de Évora
1999	M. Aurora Galego, António Pinheiro	Econometria	Manuais da Universidade de Évora
1999	M. Leonor Carvalho*	Efeitos da Variabilidade das Produções Vegetais na Produção Pecuária. Aplicação em Explorações Agro-Pecuárias do Alentejo: Situações Actual e Decorrente da Nova PAC	Associação Portuguesa De Economia Agrária
1999	Paulo Neto	A Integração Espacial, Economias de Rede e Inovação	Instituto Piaget
1998	José Caetano	Portugal-Espanha: Relações Económicas no Contexto da Integração Europeia	Celta Editora
1998	M. Leonor Carvalho*, Pedro Henriques	Exercícios de Economia e Política Agrícolas	Manuais da Universidade de Évora

Fonte: Docentes.

* Não deu aulas à Licenciatura em Economia no ano lectivo em análise.

** Não pertence à Universidade de Évora.

8.3. Unidades de Investigação Activas em Áreas Relacionadas com o Curso

A maioria dos docentes afectos à Licenciatura em Economia encontram-se integrados em linhas de investigação científica coordenadas pelos respectivos Departamentos, os quais estatutariamente também são centros de estudos.

Não existe na Universidade de Évora um Centro de Investigação que abranja especificamente os docentes do Departamento de Economia. No entanto, vários de entre eles desempenham um papel activo na actividade de investigação de outros Centros sediados nesta Universidade ou noutras Escolas do país. De entre os vários Centros de Investigação existentes na Universidade de Évora destacamos os seguintes:

- Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão da Universidade de Évora – CEFAG-UE (<http://www.cefag.uevora.pt>);
- Centro Interdisciplinar de Estudos Políticos e Sociais;
- Centro de Investigação em Matemática e Aplicações da Universidade de Évora - CIMA-UE (<http://www.cima.uevora.pt>);
- Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência – CEHFC-UE (<http://www.cehfc.uevora.pt>);
- Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades – CIDEHUS-UE (<http://www.cidehus.uevora.pt>).

No final de 2002, com o objectivo de divulgar o trabalho de investigação realizado pelos seus docentes, o Departamento de Economia começou a editar a “Série de Documentos de Trabalho do Departamento de Economia”, acessível em http://www.decon.uevora.pt/working_papers.php. De modo a ilustrar a actividade de investigação mais recente desenvolvida pelos membros do Departamento, no Quadro 24 encontra-se uma lista dos Documentos editados até ao momento.

Quadro 24 - Série de Documentos de Trabalho do Departamento de Economia

Documento de Trabalho N°	Autores	Título
2003/13	Adão Carvalho	A Participação de PMEs Portuguesas em Alianças de I&D: Programa CRAFT
2003/12	António Caleiro, Gertrudes Guerreiro	Understanding the Election Results in Portugal, A Spatial Econometrics Point of View
2003/11	António Caleiro	Subjective Versus Objective Economic Measures, A Fuzzy Logic Exercise
2003/10	Joaquim Ramalho	Feasible Bias-Corrected OLS, Within-Groups, and First-Differences Estimators for Typical Micro and Macro AR(1) Panel Data Models
2003/09	Joaquim Ramalho	Small Sample Bias of Alternative Estimation Methods for Moment Condition Models: Monte Carlo Evidence for Covariance Structures and Instrumental Variables
2003/08	Jacinto Silva*, Natércia Mira, Aurora Galego	Análise da Produção e da Produtividade da Indústria Transformadora Portuguesa na Década de 90
2003/07	Marta Simões**, Maria Duarte**	Distinguishing Between Potential Sources of Growth Convergence for the Portuguese Economy Within the EU. A Panel Data – Time Series Study of the Aggregate Production Function
2003/06	Agostinho Rosa	Inflação Portuguesa: pelos Custos ou Monetária?
2003/05	Whitney Newey**, Joaquim Ramalho, Richard Smith*	Asymptotic Bias for GMM and GEL Estimators with Estimated Nuisance Parameter
2003/04	Aurora Galego, Carlos Vieira, Isabel Vieira	The CEECs as FDI attractors: Are They a Menace to the EU Periphery?
2003/03	José Caetano, Aurora Galego	An Analysis of Actual and Potential Trade Between the EU Countries and the Eastern European Countries
2003/02	M. Conceição Rego*, António Caleiro	Impactes das Instituições de Ensino Superior no Território: Estudo do caso da Universidade de Évora
2003/01	José Belbute, João Rodrigues**, Tiago Domingos**, Pedro Conceição**	Constraints on Dematerialisation and Allocation of Natural Capital along a Sustainable Growth Path
2002/12	José Belbute	Estabilidade Local em Problemas de Controle Ótimo com Duas Variáveis de Estado: Uma Extensão do Teorema de Dockner
2002/11	José Caetano, Aurora Galego, Elsa Vaz*, Carlos Vieira, Isabel Vieira	The Impacts of the Eurozone's Eastward Enlargement on Trade and FDI: Survey of the Literature

Fonte: Departamento de Economia.

* Não deu aulas à Licenciatura em Economia no ano lectivo em análise.

** Não pertence à Universidade de Évora.

IV. INQUÉRITOS DE OPINIÃO

A Pró Reitoria para a Avaliação Institucional da Universidade de Évora realizou durante o ano lectivo 2002/2003 vários inquéritos de opinião a agentes directa ou indirectamente ligados ao Curso de Licenciatura em Economia da Universidade de Évora. Nomeadamente, foram inquiridos:

- os alunos recém-ingressados no Curso de Economia, aos quais foi solicitado o preenchimento de um inquérito com o objectivo de recolher informação diversa sobre as suas características pessoais;
- os alunos já com experiência (frequência efectiva) do Curso, a quem foi pedido que classificassem aspectos relacionados com cada uma das disciplinas frequentadas e que opinassem sobre os vários tipos de competências dos docentes com que contactaram no âmbito das referidas disciplinas;
- todos os docentes que durante o ano lectivo 2002/2003 leccionaram pelo menos uma disciplina ao Curso de Economia, a quem foi solicitada opinião sobre múltiplos aspectos relacionados com a sua actividade de docência, disciplina(s) leccionada(s), Curso de Licenciatura em Economia e serviços e unidades de apoio;
- os funcionários não docentes, que foram convidados a revelar as suas opiniões quer sobre o funcionamento dos serviços em que se inserem, quer sobre o funcionamento geral da Universidade de Évora;
- os licenciados em Economia pela Universidade de Évora nos últimos cinco anos, que se pronunciaram sobre a sua integração no mercado de trabalho e sobre o seu percurso profissional.

Neste capítulo descreve-se sucintamente a metodologia utilizada em cada inquérito. As principais conclusões resultantes da análise dos inquéritos serão apresentadas no capítulo VI, podendo um estudo mais aprofundado ser consultado no Volume Anexo II - Relatórios sobre os Inquéritos de Opinião.

1. Recém-Ingessados

As principais características da metodologia utilizada no inquérito aos recém-

ingressados foram as seguintes:

- População Alvo: ingressados no Curso no ano lectivo de 2002/2003;
- Amostra: como o questionário é de preenchimento obrigatório no acto de matrícula, quase todos os alunos recém-ingressados participaram no inquérito realizado; as únicas excepções dizem respeito aos alunos que ingressaram no Curso por transferência interna, os quais, por não necessitarem de se matricular novamente, não responderam ao inquérito; assim, dum universo de 57 novos alunos, foram inquiridos 49;
- Método de Recolha dos Dados: questionário de administração directa, sendo o preenchimento efectuado no acto da matrícula;
- Período de Recolha dos Dados: período de matrículas;
- Método de Tratamento dos Dados: utilizou-se o tratamento clássico, baseado no calculo de frequências, médias, modas, medianas, desvio-padrões e percentagens.

A amostra obtida é claramente representativa da população alvo, já que corresponde a 85,6% desta.

2. Alunos

Da metodologia utilizada na realização dos inquéritos aos alunos há a salientar o seguinte:

- População Alvo: alunos de todos os anos do Curso de Licenciatura em Economia no ano lectivo de 2002/2003;
- Amostra: construiu-se uma amostra não probabilística com base nas respostas obtidas nos inquéritos, tendo-se excluído da análise disciplinas/docentes cuja frequência de resposta tenha sido inferior a 10;
- Método de Recolha dos Dados: o questionário relativo às disciplinas do semestre ímpar foi aplicado em suporte de papel preparado para leitura óptica; a aplicação do inquérito às disciplinas anuais e do segundo semestre foi efectuada através de suporte informático acessível a partir da página Web da Universidade;
- Período de Recolha dos Dados: 12/12/2002 a 15/01/2003 (1º semestre) e

16/05/2003 a 26/06/2003 (2º semestre);

- Forma de Divulgação dos Questionários: foram realizadas várias reuniões de esclarecimento e divulgação com representantes quer dos alunos do Curso de Economia no Conselho Pedagógico quer da Associação de Estudantes da Universidade de Évora; foram ainda distribuídos cartazes e panfletos pelos vários edifícios da Universidade de Évora e foi enviada uma mensagem electrónica de sensibilização para todos os alunos da Universidade de Évora;
- Método de Tratamento de Dados: tal como em outros casos recorreu-se, fundamentalmente, à análise de estatística descritiva e à construção de índices.

As taxas de resposta ao inquérito (relação entre o número de alunos que respondeu ao inquérito e o número de inscritos para uma dada disciplina/docente) não são particularmente elevadas (média global de 39,7%). Não é, por isso, garantido que em todas as disciplinas/docentes a amostra seja representativa do universo em estudo, mesmo quando o número de respostas seja maior ou igual a 10.

3. Docentes

No tocante à metodologia utilizada na realização dos inquéritos aos docentes há a destacar o seguinte:

- População Alvo: todos os docentes que leccionaram pelo menos uma disciplina ao Curso de Licenciatura em Economia no ano lectivo 2002/2003;
- Amostra: dum universo de 55 docentes responderam ao inquérito 28;
- Método de Recolha dos Dados: questionário auto-preenchido (suporte informático disponível via *intranet* através do Sistema de Informação Integrado da Universidade de Évora);
- Período de Recolha dos Dados: 12 de Junho a 14 de Novembro de 2003;
- Forma de Divulgação dos Questionários: mensagens de sensibilização enviadas aos Presidentes dos Conselhos de Departamento envolvidos e envios periódicos de e-mails aos docentes;
- Método de Tratamento dos Dados: utilizaram-se as técnicas mais comuns de estatística descritiva, nomeadamente, frequências, médias, desvios padrões, etc..

Apesar de só 28 dos 55 docentes terem respondido ao inquérito (50,9%), a amostra pode ser considerada como representativa da população em estudo uma vez que *a priori* nada nos leva a supor que as respostas dos docentes que não participaram no inquérito seriam sistematicamente de sentido diferente das respostas efectivamente obtidas.

4. Funcionários Não Docentes

Na análise dos inquéritos de opinião ao pessoal não docente da Universidade de Évora utilizou-se a seguinte metodologia:

- População Alvo: todos os funcionários não docentes da Universidade de Évora, uma vez que a estrutura orgânica da Universidade não permite uma divisão clara dos funcionários afectos ao Curso de Economia ou a outros cursos;
- Amostra: dum universo de 463 funcionários foram recebidas 139 respostas, o que corresponde a 30% da população de interesse;
- Método de Recolha dos Dados: questionário auto-preenchido enviado para os funcionários em suporte de papel;
- Período de Recolha dos Dados: entre 13 de Fevereiro de 2003 e 28 de Março de 2003;
- Forma de Divulgação dos Questionários: os inquéritos foram enviados através do correio interno da Universidade de Évora, tendo sido acompanhados por uma carta de sensibilização que explicitava a importância da resposta ao inquérito;
- Método de Tratamento dos Dados: utilizaram-se as técnicas mais comuns de estatística descritiva, nomeadamente, frequências, médias, desvios padrões, etc..

Apesar da taxa de resposta não ser particularmente elevada, o que não se pode deixar de lamentar, também neste caso a amostra pode ser considerada representativa da população alvo, pelos mesmos motivos apontados na secção anterior.

5. Antigos Alunos

As principais características da metodologia utilizada no inquérito aos ingressados foram as seguintes:

- População Alvo: licenciados em Economia nos últimos 5 anos (até 25/07/2003);

- Amostra: composta pelas 91 respostas obtidas, as quais representam 41% dos 224 inquéritos enviados;
- Método de Recolha dos Dados: questionário enviado pelo correio, acompanhado de uma carta de apresentação e de um envelope selado e endereçado;
- Período de Recolha dos Dados: 22/04/2003 a 26/09/2003;
- Forma de Divulgação dos Questionários: a acompanhar o inquérito enviou-se uma carta de apresentação a explicitar a sua finalidade e importância;
- Método de Tratamento dos Dados: utilizou-se o tratamento clássico, baseado no cálculo de frequências, médias, modas, medianas, desvio padrões e percentagens.

Em inquéritos deste género, a obtenção de 41% de respostas pode ser considerada como satisfatória. Tal como anteriormente, também neste caso julgamos que a amostra obtida é representativa da população em estudo.

6. Entidades Empregadoras

As principais características da metodologia utilizada na construção deste inquérito foram as seguintes:

- População Alvo: entidades empregadoras dos licenciados em Economia; a base de dados foi construída através da informação prestada pelos licenciados em Economia da Universidade de Évora que responderam ao inquérito de opinião aos licenciados;
- Amostra: foram enviados inquéritos a 102 entidades empregadoras, tendo respondido ao inquérito 38;
- Método de Recolha dos Dados: foi enviado um inquérito em formato de papel às entidades empregadoras;
- Período de Recolha: 14 de Maio a 26 de Junho de 2001;
- Método de Análise dos Dados: utilizou-se a análise de estatística descritiva dos dados, nomeadamente, frequências, médias, desvios padrões, etc..

Tal como no caso anterior, a obtenção de 37,3% de respostas pode ser considerada como satisfatória.

V. Análise e Comentário

1. Apreciação Global

No essencial a Licenciatura de Economia ministrada até ao ano lectivo de 2002/2003 cumpre os seus objectivos, o que se reflecte claramente na adequação dos domínios científicos representados na sua estrutura curricular e na boa aceitação da mesma pelos alunos e pelo mercado de trabalho. Algumas áreas estão claramente menos representadas, como é o caso de algumas especialidades da Gestão, tendo esse facto sido sublinhado, aliás, no anterior processo de avaliação institucional. Em consequência, a reformulação da Licenciatura levada a cabo em 2003 introduziu no plano curricular essas áreas do conhecimento sem que para esse efeito outros domínios importantes dele fossem retirados.

A estrutura e os conteúdos curriculares estão ajustados não só aos objectivos da Licenciatura em si mesmos como também ao prosseguimento dos estudos através das formações pós-graduadas fornecidas na Universidade de Évora. A Licenciatura avaliada é claramente uma licenciatura de banda larga conjugando no seu seio diversas áreas do conhecimento. Este formato não resultou do acaso mas de uma escolha que equacionou não só as características do mercado de trabalho mas também algumas grandes orientações no que concerne à evolução das formações em Economia noutras instituições de ensino, nomeadamente a nível internacional. À grande vantagem da flexibilidade na formação dos alunos contrapõe-se a desvantagem de um menor aprofundamento em alguns domínios de interesse dos alunos e de excelência da Universidade. Esta lacuna foi assaz mitigada com a introdução no novo plano curricular de um leque importante de disciplinas optativas. Foi assim possível conjugar a introdução de disciplinas em áreas que no anterior plano curricular haviam sido relegadas para um plano relativamente secundário e diversos domínios de pré-especialização sem perder o carácter generalista, em banda larga, do Curso.

Este carácter generalista do Curso não impede que na Licenciatura estejam claramente identificadas áreas estratégicas tanto ao nível das disciplinas obrigatórias como das disciplinas optativas, tais como a Economia Regional e a Economia Europeia. Esta

opção dá resposta não só à necessidade de expressão da actividade de investigação e de prestação de serviços à comunidade como à também necessária definição de uma via de desenvolvimento da região Alentejo que assentará forçosamente numa maior dedicação a estes domínios do conhecimento. No novo plano curricular esta opção estratégica é reforçada, abrindo-se no entanto o leque de áreas de especialização possíveis (Economia Industrial e da Empresa, Economia Monetária e Financeira e Economia Pública e Social).

No que diz respeito ao nível de aprofundamento científico face aos objectivos do Curso, a Licenciatura define um programa de progresso na aquisição de conhecimentos que tem em consideração os conhecimentos adquiridos no ensino secundário, nomeadamente no que concerne à Matemática. No sentido de melhorar substancialmente a transição do ensino secundário para o ensino superior o novo plano curricular da licenciatura em Economia da Universidade de Évora propõe um novo encadeamento das disciplinas de base do curso, a leccionação de uma disciplina de Metodologia de Estudo e Investigação e ainda um regime de tutoria envolvendo os professores do Departamento de Economia.

No plano curricular em avaliação as disciplinas avançadas estavam perfeitamente articuladas com as disciplinas de base já que constituíam claros aprofundamentos destas. Com a abertura de um amplo leque de disciplinas optativas essa articulação foi preservada através do agrupamento das disciplinas optativas em grupos disciplinares, cujas matérias introdutórias constam do programa de pelo menos uma disciplina presente na parte obrigatória do plano curricular.

Em termos da perspectiva de abordagem das matérias, o plano curricular em avaliação considera dois grandes grupos de disciplinas: as disciplinas de base em que a carga horária privilegia ora a dimensão prática (Métodos Quantitativos) ora a dimensão teórica (Economia), e as restantes em que a carga horária está equitativamente repartida entre aulas teóricas e aulas práticas. O novo plano curricular, com o objectivo de introduzir um novo paradigma de ensino/aprendizagem e de responder a necessidades concretas dos alunos em matéria de maior relevância profissional, adoptou uma perspectiva diferente na abordagem das matérias. Nas disciplinas de pré-especialização, de formação mais profissionalizante – nomeadamente no domínio da Gestão – e nas

disciplinas de métodos quantitativos aplicados à Economia foram instituídas aulas exclusivamente teórico-práticas. Nas outras disciplinas instituiu-se uma redução da componente prática, não com a intenção de lhe reduzir a importância, mas com o objectivo de privilegiar o auto-estudo por parte dos estudantes, componente essencial do novo paradigma de ensino/aprendizagem.

O plano de estudos tem uma forte componente de Economia, resultante, aliás de um esforço consciente que respondia a uma necessidade de construir um curso com personalidade própria e já não tão dependente da agregação de competências da Universidade de Évora como aconteceu nos primeiros anos da sua leccionação. Esse esforço de recentragem deve ser entendido no contexto histórico da criação do Curso. Atingida uma certa maturidade do Curso e dos Departamentos envolvidos na leccionação das disciplinas, foi possível reforçar o carácter interdisciplinar no novo plano curricular.

No que diz respeito ao grau de internacionalização da Licenciatura de Economia, a situação actual revela inúmeras insuficiências a vários níveis. No que diz respeito à utilização dos diferentes programas de mobilidade dos alunos as taxas de participação são relativamente fracas quando comparadas com a prática de muitas das congéneres Europeias. No que concerne ao domínio das línguas a situação também não é satisfatória. O domínio das línguas estrangeiras por parte dos estudantes que ingressam na Licenciatura em Economia da Universidade de Évora é manifestamente insuficiente para a necessidade de utilização de informação científica em língua estrangeira, bem como também para o exercício das actividades a que um economista é geralmente chamado. A Licenciatura apenas exige e proporciona uma formação generalista em língua estrangeira que não é creditada no Curso e que por este conjunto de razões não só não é suficientemente motivadora para os alunos como também não sublinha a importância que a fluência em língua estrangeira tem na actualidade.

Face a este panorama desenvolveram-se esforços no sentido de melhorar o comportamento do Curso neste campo. Como já foi referido mais atrás, a intervenção decidida na promoção da mobilidade estudantil resultou no franco crescimento das saídas de alunos para Universidades estrangeiras, embora em termos absolutos os números sejam ainda pouco expressivos. No que concerne ao ensino das línguas, o novo plano curricular instituiu a obrigatoriedade do ensino numa língua estrangeira, o Inglês,

e abre em opção a possibilidade de inscrição numa outra língua, sendo esta em qualquer dos casos totalmente creditada.

A formação dos docentes é geralmente considerada adequada, tanto por docentes como por alunos, para a leccionação das disciplinas do plano curricular. Deste ponto de vista e relativamente ao que constava sobre esta matéria no anterior relatório de auto-avaliação a situação melhorou substancialmente. Com efeito, não só aumentou significativamente o número de doutorados no seio do corpo docente como também a distribuição do serviço docente pôde reflectir com maior intenção as competências científicas de cada docente, estando agora a maioria destes a leccionar disciplinas na área em que realizou formação pós-graduada.

Finalmente, no que concerne ao financiamento deve ser sublinhada não só a exiguidade dos orçamentos como também o carácter exógeno da sua definição. Por um lado, as verbas disponíveis não são suficientes para a obtenção de espaços e equipamentos com a quantidade e a qualidade desejáveis. Por outro lado, a dificuldade revelada pela Universidade em obter fundos próprios limita-lhe a capacidade de definir e sustentar as suas estratégias.

2. Avaliação dos Processos e do Funcionamento

A maioria das disciplinas do plano de estudos de Economia é leccionada por mais do que um docente, havendo em geral separação entre aulas teóricas e práticas. Quem coordena a equipa é o docente que lecciona as aulas teóricas ou, havendo mais do que um, aquele que tiver categoria superior. A coordenação entre os docentes foi considerada globalmente positiva pelos alunos. As disciplinas estão por seu turno agrupadas em grupos disciplinares, cada qual com um coordenador, dentro de cada departamento. A cooperação entre os docentes foi considerada insuficiente nos resultados dos inquéritos, revelando uma responsabilidade acrescida da Comissão de Curso e dos departamentos envolvidos.

A avaliação da qualidade da docência começou a ser aplicada de forma permanente pelo Departamento de Economia para todas as disciplinas por este leccionadas (em particular

ao Curso de Economia) a partir do ano lectivo de 2003/2004. Este Departamento passou ainda a promover um programa de estágios e saídas profissionais para alunos da licenciatura.

Ao nível do Conselho Pedagógico existem secções especializadas para cada Curso, que incluem o Director de Curso e um representante dos estudantes. A secção especializada de Economia, no ano lectivo de 2002/2003, revelou-se um instrumento eficaz de detecção e resolução atempada de problemas, com um papel activo do estudante.

Ao nível do funcionamento do Curso registe-se a opinião dos estudantes no sentido da articulação elevada entre conteúdos e avaliação das disciplinas. Em termos das metodologias de ensino, encontramos na charneira entre os métodos tradicionais (baseados no dar e apreender matéria) e um caminho muito mais centrado no estudante, em que se valoriza a aprendizagem autónoma, a escolha/responsabilidade e o espírito crítico. Para esta evolução irá, assim se espera, contribuir o novo plano de estudos que começou em 2003/2004, onde o tempo lectivo se reduziu, as escolhas se expandiram, e foi dada a possibilidade de formações complementares não técnicas.

Os materiais de apoio às aulas englobam manuais escolares adoptados, estando a biblioteca equipada com vários exemplares por disciplina, textos de apoio às aulas, acesso a computadores para as aulas práticas das disciplinas de carácter quantitativo (um computador para cada dois alunos), bem como fora das aulas (um laboratório em funcionamento permanente), e outros meios audiovisuais como projector de vídeo e retroprojector, sendo este último de utilização comum. Refira-se ainda que a biblioteca possui algumas bases de dados de muita utilidade para estudantes e docentes. Estes meios são globalmente satisfatórios, embora tenha havido no ano lectivo em análise dificuldades sentidas sobretudo ao nível de equipamento informático avariado sem um rápido conserto ou substituição.

A elaboração de projectos através de trabalhos de grupo é utilizada como elemento de avaliação complementar em muitas disciplinas, o que promove o espírito de equipa e ajuda a desenvolver estratégias de cooperação e liderança. O sistema de avaliação é definido para cada disciplina nos primeiros quinze dias de aulas com o acordo dos alunos conforme art. 15 do Regulamento Escolar Interno (Anexo 2), podendo haver

regras específicas para cada departamento. No Departamento de Economia essas regras estão actualmente em discussão.

Uma melhoria considerável obtida no ano lectivo em análise foi a aprovação de um novo Regulamento Escolar Interno (Anexo 2) que simplificou consideravelmente o sistema de avaliação e alterou o calendário escolar, nomeadamente suprimindo a época de recurso de Setembro e criando em sua substituição uma “segunda época” de exames em cada semestre, havendo antes de cada uma delas um período de pausa pedagógica destinado ao estudo de revisão. Tal conduz à maior aplicação dos alunos ao estudo na época normal, libertando as férias para, quem o entender, fazer experiências de trabalho ou cursos de Verão ou, no caso dos docentes, para a investigação.

O relacionamento docente/aluno é de respeito (como se pode ver nos inquéritos) mas sem ser excessivamente formal, sendo que os docentes cumprem um horário de atendimento (art. 7 do R.E.I.), mas estão em regra disponíveis noutros horários, sempre que os alunos o solicitem. Relativamente à assistência aos alunos fora da aulas, com destaque para o 1.º ano (onde muitos alunos revelam dificuldades de adaptação), está em curso a aplicação de um regime de tutoria.

A recepção aos novos alunos tem uma vertente institucional e outra feita pelos colegas (vulgo “praxe”). Esta última tem conduzido, quando não a abusos, pelo menos a uma perda excessiva de tempo durante o qual os novos alunos são desviados da actividade lectiva normal, da qual muitos só recuperam em anos subsequentes. Em termos de recepção formal, a Comissão de Curso, em estreita colaboração com o Departamento de Economia, organiza desde Outubro de 2002 uma recepção de boas vindas aos novos alunos com o objectivo de os acolher e facilitar a sua integração na instituição, chamando desde logo a atenção para os objectivos do Curso, as oportunidades, as responsabilidades e a importância das escolhas quer ao nível do Curso quer em termos de actividades extra-curriculares, incluindo participação em órgãos da Universidade.

3. O Ponto de Vista dos Alunos

O inquérito de opinião aos alunos divide-se em duas grandes áreas, abrangendo a

opinião destes quer sobre as disciplinas do Curso de Licenciatura em Economia quer sobre os docentes do mesmo Curso.

No que diz respeito às disciplinas, a opinião manifestada pelos alunos é, de um modo geral, satisfatória. Com efeito, em termos globais, todos os itens avaliados obtiveram uma classificação média positiva. De destacar as questões relativas à importância da disciplina na estrutura curricular do Curso, equilíbrio entre a profundidade e diversidade dos temas incluídos no programa, correspondência entre conhecimentos avaliados e matéria leccionada, nível de conhecimentos adquiridos, adequação dos métodos de avaliação utilizados, adequação do número de horas lectivas, acessibilidade da matéria em relação aos conhecimentos e adequação dos recursos utilizados na leccionação da disciplina, onde não há uma única disciplina que apresente prevalência de respostas negativas. Os únicos casos em que tal acontece dizem respeito à coordenação entre os docentes (Economia Monetária e Financeira II) e ao acesso à bibliografia recomendada (Integração Económica, Informática Aplicada, Introdução à Programação e Espanhol I). Contudo, também sobre estas duas questões a opinião geral é positiva.

No tocante à opinião dos alunos sobre os docentes, em geral, ela é globalmente também muito positiva. No conjunto dos docentes analisados, em apenas um caso há prevalência de opiniões negativas (Economia Monetária e Financeira II), sendo vários os docentes cuja prestação global é considerada de nível elevado. De destacar a predominância bastante acentuada de opiniões com classificação de elevado nas questões relativas ao domínio da matéria pelo docente, à pontualidade e assiduidade dos docentes e ao respeito demonstrado pelos docentes na relação com os alunos.

No global, não podemos dissociar estes resultados que, em nossa opinião, são bastante positivos quer em relação às disciplinas quer em relação aos docentes do Curso de Licenciatura em Economia, do esforço de formação de docentes que o Departamento de Economia e a Universidade de Évora encetaram há cerca de uma década. Isso traduziu-se num grande número de docentes a efectuarem cursos de Mestrado, principalmente em outras universidades portuguesas, e de Doutoramento, maioritariamente no estrangeiro. A tudo isto há a acrescentar também que a grande maioria dos docentes se encontra em regime de exclusividade.

4. O Ponto de Vista dos Docentes

Os docentes envolvidos na leccionação de disciplinas ao Curso de Licenciatura em Economia que aceitaram responder ao inquérito realizado consideram, na sua maioria, como suficientes as condições de trabalho existentes ao nível de gabinetes, salas de aulas, bibliografia para a actividade lectiva e meios audio-visuais. A opinião acerca da generalidade dos serviços e unidades de apoio também foi globalmente positiva. Contudo, os meios informáticos são considerados insuficientes, bem como a bibliografia e outras condições necessárias à sua actividade de investigação.

Ao nível da gestão do tempo, os docentes consideram suficiente o tempo despendido na preparação e leccionação de aulas e no atendimento aos alunos. Porém, consideram insuficiente o tempo despendido na investigação e elevado o tempo despendido em tarefas administrativas.

Relativamente ao funcionamento e organização das disciplinas, os docentes consideram elevada a adequabilidade do programa de cada disciplina ao Curso, bem como a sua actualidade. Deve também salientar-se o facto de a maioria dos docentes considerar como elevada a relação entre as disciplinas que leccionam e a sua actividade de investigação. São maioritariamente considerados como suficientes a adequação do número de horas lectivas, dos métodos de avaliação e do número de alunos por turma.

O desempenho dos estudantes, na perspectiva dos docentes, apresenta como principais pontos negativos a insatisfatória percentagem de alunos aprovados em relação ao número de alunos inscritos e a sua reduzida assiduidade às aulas. Muito possivelmente, estes dois aspectos estarão bastante relacionados. Por outro lado, os docentes classificam como suficientes a preparação anterior dos estudantes e o sucesso escolar traduzido na proporção entre o número de alunos aprovados e o número de alunos avaliados.

A falta de assiduidade dos alunos às aulas é um aspecto que se vem arrastando ao longo do tempo e que não se apresenta de fácil correcção. Embora algumas causas possam estar ligadas à Universidade, o ambiente da cidade e a proximidade gerada entre os

alunos acaba por facilitar a dispersão dos estudantes por actividades que não propriamente as lectivas e o estudo.

Relativamente ao Curso de Economia, em termos gerais, a opinião dos docentes é maioritariamente positiva, embora não entusiástica, enquadrando-se a maioria das respostas no âmbito da classificação suficiente. A única rubrica que surge com classificação negativa é a referente à cooperação entre os docentes. É de prever que a avaliação do novo plano curricular que entrou em vigor no ano lectivo de 2003/2004 merecesse uma classificação média mais elevada, já que ele veio ao encontro das sugestões feitas por estudantes e docentes ao longo de vários anos, o que gerou um alargado consenso na sua aprovação.

5. O Ponto de Vista dos Funcionários Não Docentes

Devido à estrutura organizacional da Universidade de Évora, o inquérito de opinião aos funcionários não docentes abrangeu todos o pessoal não docente da Universidade e não apenas aqueles que estão afectos à Licenciatura em Economia.

A grande maioria dos funcionários não docentes que respondeu ao inquérito tem um vínculo laboral permanente (84,2%). Ao nível da formação escolar, a maioria indicou ter frequentado o 12º ano de escolaridade (53%). Uma percentagem importante, 34%, frequentou um curso de licenciatura.

A maioria do pessoal não docente diz ter necessidade de formação adicional específica, principalmente ao nível da utilização de computadores e do estudo de legislação específica. Assim, as diversas acções de formação promovidas até ao momento pela Universidade, através do Núcleo de Formação Contínua, deveriam incidir fundamentalmente sobre estes temas.

Os funcionários não docentes acham, maioritariamente, que os serviços onde trabalham funcionam bem, mas que poderiam ser realizadas algumas melhorias. Contudo, salientam que existe abertura dos serviços para acolher recomendações com o objectivo de melhorar o seu funcionamento.

Quando questionados sobre a opinião que têm sobre o desempenho dos colegas, 59% das respostas afirmam que eles são interessados e activos. Apesar disto, uma percentagem importante das respostas, 29%, aponta para funcionários desmotivados.

6. A Inserção no Mercado de Trabalho

6.1. O Ponto de Vista dos Licenciados

A opinião dos licenciados sobre a Licenciatura em Economia da Universidade de Évora é maioritariamente positiva, tendo 73,5% das respostas atribuído à Licenciatura a classificação de Boa ou Excelente. No entanto, os ex-alunos do Curso de Economia não deixam de apontar algumas falhas ao Curso, nomeadamente à sua estrutura curricular. Na sua opinião, a Licenciatura em Economia deveria proporcionar uma formação mais sólida em áreas ligadas à Gestão de Empresas (Contabilidade Geral e Analítica, Fiscalidade, Auditoria, etc.) e aos Mercados Financeiros. Como já foi referido por diversas vezes, este problema já se vinha fazendo sentir há alguns anos, através das opiniões de alunos e de alguns docentes manifestadas em vários fóruns. A Comissão de Curso da Licenciatura em Economia e o Departamento de Economia estiveram atentos a este problema, sendo este um dos principais motivos da reforma curricular de 2003/2004.

Assim, a grande maioria das sugestões apontadas foi incluída no novo plano curricular, através de disciplinas obrigatórias ou optativas (ver novo plano curricular no Anexo 5). Além das sugestões feitas pelas alunos, o novo plano curricular engloba também, na área de Gestão de Empresas, uma disciplina obrigatória de Análise Financeira, fundamental naquilo que entendemos dever ser a formação do Economista que desejar fazer carreira no sector empresarial - mais do que fazer mapas contabilísticos, é necessário que o licenciado saiba deles extrair as devidas conclusões.

Muito provavelmente, as críticas anteriormente apontadas pelos alunos influenciaram a resposta no que diz respeito à preparação da Licenciatura para a vida activa, que foi, maioritariamente negativa (66,7%). Mesmo assim, a grande maioria afirma que utiliza

na sua vida profissional os conhecimentos adquiridos na licenciatura (96%).

No tocante às saídas profissionais, a maioria dos licenciados consegue encontrar emprego num espaço de tempo máximo de um semestre após a conclusão do curso. Todavia, de momento, uma percentagem importante de licenciados encontra-se desempregada (10%), situação a que não é seguramente alheia as dificuldades económicas do país nos últimos anos.

A maioria dos licenciados exerce a sua actividade profissional nos distritos de Évora (32,5%), Lisboa (17,5%), Leiria (10%), Portalegre (6,3%), Beja (5%) e Porto (5%). O sector empresarial não financeiro é o sector onde maior número de licenciados exerce a sua actividade profissional (37,8%), seguindo-se o sector financeiro (29,3%) e a Administração Pública e Autárquica (18,3%).

No que diz respeito ao regime laboral, a grande maioria dos licenciados que estão actualmente empregados trabalha por conta de outrem, dos quais cerca de 50% possui contrato permanente de trabalho (49,7%). Só cerca de 10% das respostas apontam para trabalhadores por conta própria. A moda das remunerações líquidas não parece ser particularmente elevada, situando-se no escalão de 751 a 1000 Euros.

6.2. O Ponto de Vista das Entidades Empregadoras

A opinião das entidades empregadoras sobre a “qualidade” do licenciado em Economia da Universidade de Évora é uma vertente fundamental da avaliação desta Licenciatura. No fundo, trata-se do teste do mercado ao qual este “produto” também está necessariamente sujeito.

A opinião geral das entidades empregadoras que responderam ao inquérito de opinião sobre os licenciados em Economia da Universidade de Évora é, de uma maneira geral, muito positiva. Como efeito, obtiveram uma classificação média de “Bom” todas as características dos licenciados avaliadas. Essas características incluem aspectos trabalhados na Universidade, como, por exemplo, a capacidade de pesquisa ou a capacidade de raciocínio lógico e matemático, bem como traços que estão mais

relacionados com personalidade intrínseca de cada indivíduo, como a liderança e a capacidade de iniciativa, mais difíceis de moldar durante o percurso universitário. Como ponto forte dos licenciados, os empregadores salientam a sua boa formação teórica, facto que vai ao encontro da opinião manifestada pelos docentes, alunos e licenciados.

Os empregadores salientam também alguns pontos fracos da Licenciatura, como seja a falta de disciplinas de Contabilidade Geral e Analítica, Fiscalidade e Matemática Financeira. Este é um aspecto que mereceu toda a atenção do Departamento de Economia e da Comissão de Curso, e, como já referimos noutros pontos deste Relatório, foi corrigido com a reforma de 2003.

Évora e Lisboa são os distritos que concentram o maior número de entidades empregadoras na base de dados que serviu de suporte à realização do inquérito. A maioria dos Licenciados trabalha em entidades com 50 ou mais trabalhadores e com um volume de negócios superior a 5 milhões de Euros.

As entidades empregadoras afirmam contratar os licenciados principalmente com base nas suas qualificações técnicas e académicas e experiência profissional. À nota final de curso não é dado um papel muito importante.

7. Auto-Avaliação dos Pontos Fortes e Fracos

Pontos fortes:

- Facilidade de colocação dos licenciados em Economia no mercado de trabalho;
- Relevância dos conhecimentos adquiridos na Licenciatura para a vida profissional;
- Crescimento do intercâmbio internacional de alunos e docentes;
- Melhoria da qualificação do corpo docente (aumento de 4 para 21 doutorados no Departamento de Economia desde a última avaliação institucional);
- Percentagem elevada de docentes doutorados em universidades estrangeiras (dois terços das teses defendidas nos últimos cinco anos);
- Crescimento do número de publicações em revistas internacionais com *referee*;
- Quase totalidade dos docentes em regime de dedicação exclusiva (89%);

- Articulação entre os domínios da investigação e da actividade lectiva;
- Facilidade de comunicação entre alunos e docentes;
- Ambiente convivencial e valor histórico e patrimonial da Universidade;
- Laboratórios de informática para as aulas e para o estudo dos alunos;
- Elevada percentagem de ingressos em primeira escolha;
- Realização de encontros internacionais dedicados ao ensino da Economia;
- Existência de um Sistema Integrado de Informação da Universidade (SIUE);
- Acesso gratuito à Internet e ao correio electrónico por parte de alunos e docentes.

Pontos fracos:

- Insuficiência de disciplinas na área da Gestão e Contabilidade;
- Insuficiência ao nível da escolha das disciplinas optativas;
- Demora a terminar a licenciatura;
- Falta de assiduidade às actividades lectivas e extra-curriculares por parte dos alunos;
- Insucesso escolar, nomeadamente em disciplinas de base;
- Quebra da procura verificada nos últimos dois anos;
- Precariedade dos alunos na expressão oral e escrita;
- Dificuldades de compreensão e expressão dos alunos em línguas estrangeiras, em particular o inglês;
- Falta de cooperação entre docentes;
- Insuficiência de meios informáticos para uso dos docentes e de bibliografia para a actividade de investigação;
- Excesso de tempo despendido pelos docentes em tarefas administrativas;
- Espaços e infra-estruturas fisicamente dispersos;
- Reduzidos níveis de internacionalização do Curso;
- Rarefacção do tecido económico regional que condiciona a interacção do Curso com o meio.

Alguns destes pontos fracos já haviam sido detectados no processo de avaliação interna promovido pela Comissão de Curso a partir do ano lectivo 2000/2001. Assim, a reestruturação levada a cabo em 2003 procurou resolver os problemas identificados.

As disciplinas obrigatórias na área da Gestão foram substituídas por outras mais de acordo com os interesses dos estudantes e dos empregadores. Para além disso, abriu-se o leque das optativas, neste e noutros domínios. Instituiu-se um regime de tutoria no sentido de acompanhar os alunos ao longo do curso, em particular em fases críticas de transição como o 1º e o último ano.

No sentido de tornar o Curso mais atractivo e aumentar os níveis de motivação e responsabilidade dos alunos, proporcionou-se a estes uma maior flexibilidade na escolha dos percursos formativos, nomeadamente preenchendo um quarto dos créditos necessários à obtenção da Licenciatura através de disciplinas optativas. Os critérios de acesso passaram a incluir a possibilidade da prova de Economia e fez-se uma campanha de divulgação junto das escolas secundárias da região, incluindo um Dia Aberto na Universidade.

O ensino da língua inglesa passou a ser obrigatório e creditado, continuando as outras línguas como optativas, e acrescentaram-se formações complementares ao nível dos métodos de estudo e da comunicação oral e escrita.

A avaliação permanente do Curso e do corpo docente pelos alunos foi instituída no ano lectivo de 2003/2004 como meio de monitorização da qualidade do processo de ensino/aprendizagem.

No que concerne à internacionalização do Curso, a intervenção caracterizou-se pela reformulação dos acordos existentes e pela divulgação e incentivos à mobilidade dos estudantes e docentes.

Como forma de contribuir para a integração dos estudantes no mercado de trabalho e estreitar a cooperação entre o meio académico e o tecido económico regional foi criado o programa “Qualificar em Parceria”, que está em fase de desenvolvimento.

ANEXOS

ANEXO 1 - Legislação

ANEXO 2 - Regulamento Escolar Interno

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

REGULAMENTO ESCOLAR INTERNO

CAPÍTULO I Actividades lectivas

Artigo 1.º

Situações de ensino-aprendizagem

- 1 – A aprendizagem processa-se nas seguintes situações: aulas, seminários, colóquios, visitas de estudo, trabalhos de campo, estágios, estágios pedagógicos, trabalhos de fim de curso e provas de avaliação formativa, podendo as aulas ser teóricas, teórico-práticas, práticas (laboratoriais e não laboratoriais), ou basearem-se noutras formas de ensino e aprendizagem, presenciais e não presenciais.
- 2 – As aulas teóricas destinam-se à aprendizagem compreensiva dos factos, conceitos e princípios, e têm a duração de 50 minutos.
- 3 – As aulas práticas e teórico-práticas têm como objectivo a aprendizagem e a exploração de métodos e técnicas de aplicação dos factos, conceitos e princípios.
- 4 – Os seminários destinam-se a organizar o trabalho de alunos ou grupo de alunos no estudo de um tema ou de um conjunto de temas afins, de modo a conseguirem um conhecimento aprofundado dos mesmos, através da investigação, da pesquisa documental, da observação ou experimentação e do debate participado.
- 5 – Os colóquios consistem na análise e discussão participadas, de uma ou várias propostas, previamente apresentadas, sobre um tema ou vários temas afins.
- 6 – As visitas de estudo visam a observação directa de um ou vários objectos de estudo seleccionados, implicando sempre a prévia definição dos objectivos e métodos de trabalho.
- 7 – Os trabalhos de campo são situações de ensino-aprendizagem que decorrem geralmente em espaços exteriores às salas de aula. Estes trabalhos requerem uma planificação cuidada, tendo como objectivo a sua eficácia (economia de esforço e de tempo), a relação custos/benefícios e o seu rendimento efectivo.
- 8 – Os estágios têm como principal objectivo a aprendizagem do conteúdo funcional de uma determinada profissão, desenvolvendo-se, em geral, sob a supervisão de um académico e a orientação de um profissional experiente, docente ou não. Os estágios (que ocorrem quase sempre nos anos terminais dos cursos, fora do contexto escolar do aluno) exigem uma planificação cuidada, pois o seu êxito depende muito da articulação entre o responsável da instituição de formação e o responsável pelo estágio no local onde o mesmo se realiza. Tal planificação requer, por sua vez, a definição do perfil profissional desejado, a definição das actividades a desenvolver e os meios necessários para a sua execução.
- 9 – O processo de ensino-aprendizagem de algumas disciplinas poderá, por deliberação do conselho do departamento e acordo da respectiva comissão de curso, desenvolver-se em períodos concentrados, envolvendo as variadas situações descritas nos números anteriores, desde que tal concentração tenha uma clara vantagem pedagógica e seja compatível com o plano curricular em vigor.
- 10 – Os trabalhos de fim de curso das licenciaturas que os prevejam, bem como os estágios pedagógicos integrados das licenciaturas em ensino, regem-se por regulamentação própria.

Artigo 2.º

Participação nas situações de ensino-aprendizagem

- 1 – O regime de frequência das aulas teóricas, práticas, teórico-práticas, seminários, colóquios, visitas de estudo, trabalhos de campo e estágios será estabelecido pelo conselho do departamento pertinente, ouvidos os docentes responsáveis pelas disciplinas.

- 2 – Nas aulas teóricas deverão participar, em regra, até 60 alunos; nas teórico-práticas até 40 alunos; nas práticas não laboratoriais e nos seminários até 20; nas laboratoriais e de campo até 15.
- 3 – As regras de frequência dos trabalhadores estudantes são definidas, para cada disciplina, pelo docente responsável, nos termos do Estatuto do Trabalhador Estudante e da regulamentação em vigor.

Artigo 3.º

Horas lectivas diárias

- 1 – O número de horas lectivas diárias nas disciplinas de um mesmo ano do plano de estudos não poderá ser superior a oito, não podendo os horários prever um número de horas lectivas seguidas superior a quatro, excepto tratando-se de trabalhos de campo e de visitas de estudo, bem como um número de horas diárias de aulas teóricas superior a quatro.
- 2 – Não deverão, em regra, prever-se trabalhos lectivos nas tardes de quarta-feira, a fim de permitir a realização de outras actividades de interesse geral da Universidade.

Artigo 4.º

Programa das disciplinas

- 1 – Para cada disciplina deve existir e ser tornado público (divulgado em papel ou na página www da Universidade), nos primeiros 15 dias do período lectivo, um programa onde são fixados os objectivos, a inserção nos planos de estudo dos cursos a que se destina, os conteúdos programáticos, a bibliografia, as formas de avaliação na disciplina e o regime de frequência de aulas, bem como a indicação das disciplinas ou matérias cujo estudo precedente o programa pressupõe.
- 2 – Os programas das diferentes disciplinas são da responsabilidade dos respectivos docentes, nos termos do Estatuto da Carreira Docente Universitária, sem prejuízo da acção de coordenação global dos conselhos científicos, através das respectivas comissões de cursos.

Artigo 5.º

Sumário das aulas

- 1 – Cada docente deve elaborar um sumário descritivo e preciso da matéria leccionada, e afixá-lo ou distribuí-lo aos alunos, no decurso ou no final de cada aula teórica, prática ou teórico-prática. Como complemento, deve divulgá-lo, durante a semana em que a aula foi leccionada, na página www da Universidade de Évora.
- 2 – Os sumários constituem, em cada ano lectivo, o registo do desenvolvimento efectivo dos respectivos programas e a indicação das matérias obrigatórias para as provas.

Artigo 6.º

Relatório final por disciplina

- 1 – No final de cada ano lectivo, o docente responsável por cada disciplina deverá elaborar um relatório-síntese contendo, nomeadamente, a relação dos resultados da aprendizagem e uma síntese crítica dos objectivos alcançados na leccionação dos programas, bem como outros elementos que venham a ser considerados pertinentes pelo conselho pedagógico.
- 2 – O relatório síntese referido no número anterior deverá ser divulgado através da página www da Universidade de Évora ou, em alternativa, entregue no departamento respectivo, até 30 ou 60 dias após o termo das avaliações, conforme se trate de disciplinas de semestre ímpar ou par, respectivamente. O relatório ficará arquivado no departamento, devendo ser facultado a quem o solicitar.

CAPÍTULO II

Apoio aos alunos

Artigo 7.º

Assistência aos alunos

- 1 – Para além do tempo de leccionação de aulas, o horário de serviço docente integra a componente relativa a serviço de assistência aos alunos.
- 2 – A assistência aos alunos corresponde, em regra, a metade do tempo de leccionação de aulas, devendo o horário de prestação dessa assistência ser estabelecido em consenso com os alunos e afixado até 15 dias

após o início das aulas. A assistência pode ser presencial, correspondendo o horário a um período fixo semanal, ou ser apoiada em formas de comunicação à distância, admitindo-se nesse caso um horário mais flexível.

CAPÍTULO III

Inscrições

Artigo 8.º

Inscrições

- 1 – Inscrição é o acto que faculta ao aluno, com matrícula válida na Universidade, a frequência das diversas disciplinas e cursos universitários.
- 2 – Os alunos que não se inscreverem por um ano lectivo perdem a categoria de alunos da Universidade, não podendo readquiri-la sem nova matrícula.
- 3 – Nenhum aluno poderá, a qualquer título, frequentar ou ser avaliado em disciplinas e outros trabalhos curriculares de um curso sem que neles se encontre regularmente inscrito, sendo nulos e de nenhum efeito quaisquer resultados obtidos em situação irregular.
- 4 – O direito de inscrição numa disciplina ou trabalho curricular de um curso cessa com a obtenção de aprovação na disciplina ou trabalho curricular.

Artigo 9.º

Prazos

- 1 – As inscrições são efectuadas nos Serviços Académicos, na página INTRANET dos mesmos serviços, nos prazos para o efeito estabelecidos pelo reitor.
- 2 – Terminados os prazos a que se refere o número anterior, poderão ainda os alunos realizar inscrições nos sete dias úteis seguintes, mediante o pagamento de uma taxa de valor a fixar pelo Senado Universitário.
- 3 – Será ainda permitido aos alunos que o solicitem por escrito nos 45 dias seguintes ao termo do prazo a que se refere o n.º 1, alterar as suas inscrições, desde que dessa alteração não resulte aumento do número de disciplinas constante dos respectivos boletins de inscrição.
- 4 – Findo o prazo referido no número anterior, o processo de inscrições será encerrado para organização e emissão das pautas definitivas, a remeter aos respectivos júris pelos Serviços Académicos para registo das classificações finais.

Artigo 10.º

Condições de inscrição

- 1 – Nos cursos organizados no sistema de unidades de crédito os alunos deverão inscrever-se em cada ano lectivo em disciplinas a que corresponda um número de créditos compreendido entre um mínimo de 12 e um máximo de 35 unidades.
- 2 – Não contam para o limite de 35 unidades de crédito as disciplinas nas quais os alunos já tenham uma ou mais inscrições anteriores. Nestes casos, o número total de créditos nunca poderá ultrapassar o limite de 45 unidades por ano lectivo.
- 3 – O limite mínimo de 12 unidades de crédito não se aplica para efeito de conclusão de curso, bem como nos casos de trabalhadores-estudantes e de alunos a cumprirem o serviço militar obrigatório.
- 4 – A inscrição numa determinada disciplina fica condicionada pela obrigatoriedade da inscrição em todas as disciplinas que a precedam no plano de estudos, nas quais o aluno não tenha ainda obtido aprovação e que se encontrem em funcionamento no mesmo semestre.
- 5 – As comissões de curso poderão estabelecer, de forma equilibrada, uma grelha mínima de disciplinas para as quais o acto de inscrição fica condicionado à aprovação em disciplinas precedentes. O conjunto das disciplinas objecto desta medida não poderá corresponder a mais de 10% das unidades de crédito do curso.
- 6 – As restrições impostas pelos números 4 e 5 poderão ser excepcionalmente levantadas, em casos justificados, por iniciativa da comissão de curso ou através de requerimento do aluno, devidamente fundamentado, que obtenha decisão favorável da comissão de curso.
- 7 – Nos cursos não organizados no sistema de unidades de crédito, os alunos só poderão inscrever-se em disciplinas de determinado ano curricular desde que não lhes falte aprovação em mais de duas disciplinas anuais ou quatro semestrais de anos anteriores.

Artigo 11.º

Disciplinas de opção

- 1 – O funcionamento de disciplinas de opção está, em regra, condicionado à existência de um mínimo de 10 inscrições e à possibilidade da sua leccionação pelo respectivo departamento.
- 2 – A inscrição em disciplinas de opção ficará obrigatoriamente condicionada a uma pré-inscrição, a efectuar pelo aluno durante o mês de Maio, nos moldes referidos no n.º 1 do artigo 9.º, devendo, para o efeito, ser facultada aos alunos, no decurso do processo de pré-inscrição, a lista de disciplinas de opção previstas no plano curricular.
- 3 – Em função dos resultados do processo a que se referem os números anteriores, os departamentos prepararão a distribuição de serviço docente para o ano lectivo seguinte (procurando responder na medida do possível aos interesses manifestados pelos estudantes) e fornecerão aos Serviços Académicos, antes do início do prazo previsto para as inscrições, indicação das disciplinas de opção que irão efectivamente ser oferecidas.

Artigo 12.º

Constituição de turmas

O processo de constituição das várias turmas deverá ser gerido pela comissão de horários, ouvidos os respectivos departamentos e tendo em conta o estabelecido no n.º 2 do artigo 2.º

Artigo 13.º

Disciplinas agrupadas

- 1 – Sempre que o Conselho Científico da Universidade o entenda conveniente poderá agrupar duas disciplinas semestrais para efeitos de avaliação de conhecimentos.
- 2 – Quando se verifique a situação prevista no número anterior deverá ser possibilitada ao aluno que possua já aprovação numa das duas disciplinas que foram agrupadas a inscrição na outra disciplina no ano lectivo em que se operou o agrupamento e no seguinte.
- 3 – Caso não utilize a faculdade referida no número anterior, o aluno só poderá inscrever-se no conjunto das disciplinas agrupadas, não sendo a disciplina semestral em que já obteve aprovação contabilizada, em termos de unidades de crédito, para fins curriculares.

Artigo 14.º

Inscrição em disciplinas extra-curriculares

- 1 – Os alunos da Universidade poderão ser autorizados a inscrever-se em disciplinas isoladas de planos de estudo de cursos ou ramos diferentes daqueles em que se encontram formalmente inscritos.
- 2 – A inscrição numa disciplina nos termos do número anterior depende de parecer favorável do respectivo departamento, dado em face de requerimento em que o aluno expuser e fundamentar a sua pretensão.
- 3 – O aluno só poderá inscrever-se num máximo de três vezes em cada disciplina extra-curricular.
- 4 – A inscrição em disciplinas extra-curriculares está sujeita a uma taxa de valor fixado pelo Senado Universitário, a pagar no acto da entrega do requerimento a que se refere o n.º 2, sendo o aluno reembolsado da quantia paga em caso de indeferimento do seu pedido.
- 5 – As aprovações obtidas em disciplinas extra-curriculares não serão, em caso algum, creditáveis para efeito de obtenção de grau ou título académico, não podendo os respectivos certificados substituir, para qualquer efeito, habilitações que exijam a frequência como aluno regular de um curso.

CAPÍTULO IV

Regime geral de avaliação

Artigo 15.º

Avaliação e aproveitamento escolar

- 1 – A avaliação dos resultados do processo de aprendizagem traduz-se numa classificação sintética designada por “nota” e expressa na escala numérica de zero a vinte. Esta classificação pode resultar de um dos seguintes regimes de avaliação:
 - a) Avaliação contínua;

b) Avaliação por exame final;

2 – O regime de avaliação contínua deve, sempre que possível, ser a opção a privilegiar. Sem prejuízo do disposto no n.º 4, deve ser facultada aos alunos a escolha de um dos regimes de avaliação. A avaliação de cada disciplina, a divulgar nos termos do n.º 3, terá que prever situações particulares, nomeadamente as dos alunos abrangidos pelo Estatuto do Trabalhador Estudante e de outros equiparados, beneficiários de regimes especiais.

3 – Até ao final da segunda semana lectiva de cada semestre, os docentes responsáveis pelas disciplinas deverão divulgar na página www da Universidade de Évora e afixar em local público, com cópia ao respectivo departamento, os regimes de avaliação e datas acordados com os alunos, respeitando as regras eventualmente pré-estabelecidas pelo departamento.

4 – Atendendo à especificidade de algumas disciplinas (estágios, disciplinas exclusivamente práticas ou com uma forte componente prática, disciplinas de projecto ou outras), mediante justificação do respectivo departamento ao Conselho Pedagógico, o regime de avaliação poderá basear-se apenas em instrumentos de avaliação contínua ou somente numa avaliação por exame final.

5 – No regime de avaliação contínua o aluno realizará as provas de avaliação divulgadas nos termos do n.º 3, resultando a classificação final da conjugação, eventualmente ponderada, de todos os elementos de avaliação previamente definidos.

6 – São instrumentos de avaliação contínua:

a) Testes escritos;

b) Trabalhos e relatórios individuais ou de grupo;

c) Resolução de problemas e exercícios;

d) Intervenção em seminários e colóquios;

e) Apresentação e discussão de planos e projectos;

f) Outros elementos a definir, tendo em conta a especificidade de cada disciplina.

7 – No regime de avaliação por exame final, a classificação final poderá resultar de uma das seguintes hipóteses, previamente divulgadas nos termos do n.º 3:

a) De uma prova escrita, de uma prova prática ou de uma prova oral;

b) De qualquer conjugação de provas referidas na alínea anterior;

c) Da conjugação de qualquer tipo de provas previstas nas alíneas anteriores, com a classificação obtida ao longo do semestre ou do ano, através do regime de avaliação contínua, em componentes práticas obrigatórias.

8 – As provas e outros instrumentos de avaliação visam quantificar, tão objectivamente quanto possível, o domínio das matérias abrangidas pelo programa da disciplina.

9 – Cumpridos os critérios de avaliação divulgados nos termos do n.º 3, a aprovação na disciplina depende da obtenção pelo aluno de uma classificação igual ou superior a 10 valores, devendo a nota final ser expressa em valores inteiros.

10 – Nos casos em que exista mais de um regime de avaliação, o estudante não tem que comunicar expressamente a sua opção, bastando apresentar-se ao conjunto de avaliações previstas no regime que escolheu, e respeitando as regras divulgadas nos termos do n.º 3. Salvo situações particulares devidamente divulgadas nos termos do estabelecido no n.º 3, aplicam-se as seguintes regras gerais:

a) O recurso a um regime de avaliação baseado apenas em exame final pressupõe a não comparência a pelo menos uma das provas de avaliação contínua;

b) Ao aluno que compareça a todas as provas do regime de avaliação contínua é vedada a possibilidade de apresentação às provas do regime de avaliação por exame final;

11 – Nos cursos não organizados no sistema de unidades de crédito, considera-se aproveitamento escolar a transição de ano.

12 – Nos cursos organizados no sistema de unidades de crédito, o aproveitamento escolar corresponde à aprovação em disciplinas que totalizem, pelo menos, 70% da média anual de unidades de crédito do curso, salvo quando se trate do primeiro ano de inscrição na Universidade, em que aquela percentagem será reduzida para 50%.

13 – A média a que se refere o número anterior é o quociente da divisão do total de créditos necessários à obtenção do grau pelo número de anos de duração normal ou mínima do curso fixado na respectiva estrutura curricular.

14 – Sempre que se verifique a necessidade de fazer corresponder unidades de crédito a anos curriculares, adopta-se a seguinte regra: um ano curricular equivale ao número de créditos correspondente à média anual de unidades de crédito do respectivo curso, determinada nos termos do n.º 13.

Artigo 16.º

Datas das provas

- 1 – Nas disciplinas obrigatórias oferecidas a três ou mais licenciaturas, a data do exame será fixada pela comissão de horários e divulgada simultaneamente com os horários lectivos. Poderão ser excluídas deste procedimento disciplinas previamente identificadas pelos respectivos departamentos, em que a natureza do seu regime de avaliação não justifique essa marcação.
- 2 – As datas de todas as outras provas são fixadas pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, que as estabelecerão em diálogo com os alunos, devendo as mesmas respeitar o calendário escolar e a regra segundo a qual entre a publicação dos resultados das avaliações e a realização das provas orais deve mediar um período de 48 horas, devendo observar-se, sempre que possível, período idêntico entre provas das disciplinas de um mesmo ano e curso.
- 3 – Sempre que as circunstâncias o aconselhem, serão asseguradas duas chamadas para as provas escritas. Esta regra será obrigatória nos casos particulares de disciplinas que ofereçam apenas o regime de avaliação por exame final.
- 4 – As provas de avaliação contínua deverão, sempre que possível, integrar-se no horário lectivo das respectivas disciplinas. A última prova de avaliação contínua poderá coincidir com o final do período lectivo ou com a época de exame, desde que haja acordo entre docentes e alunos.
- 5 – As datas das avaliações fixadas de acordo com os números anteriores devem ser divulgadas na página www da Universidade de Évora, ou afixadas pelo respectivo departamento, até ao final da segunda semana de aulas.

Artigo 17.º

Consulta de provas e reclamação

- 1 – Os docentes devem afixar o esquema de resolução das provas, podendo os alunos consultá-las depois de classificadas, dirigindo-se para tal ao docente da disciplina.
- 2 – O aluno que não se conforme com a classificação que lhe foi atribuída poderá solicitar ao presidente do respectivo júri, no prazo máximo de 15 dias subsequentes à data da divulgação do resultado objecto de reclamação, que a classificação lhe seja revista, para o que deverá fundamentar devidamente a sua pretensão, podendo solicitar cópia da prova.
- 3 – Da decisão final do júri não caberá recurso, salvo se fundamentado na preterição de formalidades legais.

Artigo 18.º

Identificação no acto da realização de provas

Sempre que não seja possível garantir o conhecimento pessoal dos examinandos, os docentes encarregados da vigilância de provas de avaliação verificarão a identidade dos alunos, devendo estes, quando solicitados pelos docentes, exhibir adequado documento de identificação, sob pena de, não o fazendo, a prestação da prova lhes ficar interdita.

Artigo 19.º

Anulação de provas

A autoria, no decurso de prova de avaliação de conhecimentos, de conduta fraudulenta susceptível de implicar desvirtuamento dos seus objectivos, acarreta aos estudantes, a quem a responsabilidade for comprovadamente imputada, a anulação da prova, independentemente dos procedimentos disciplinares a que eventualmente haja lugar.

Artigo 20.º

Falta a prova de avaliação

- 1 – Sempre que um aluno tenha faltado a uma prova de avaliação por motivo de força maior, poderá solicitar, no prazo de cinco dias, a sua realização numa data posterior.
- 2 – Constituem motivo de força maior o falecimento de cônjuge, parente ou afim do aluno em linha recta ou até ao 3.º grau da linha colateral, bem como outras situações reconhecidamente impeditivas da presença do aluno à prova de avaliação.
- 3 – Compete ao presidente do júri da disciplina avaliar e decidir sobre o carácter de força maior invocado pelo aluno, nas situações referidas na segunda parte do número anterior.

CAPÍTULO V

Júris de avaliação

Artigo 21.º Constituição

- 1 – Os júris de avaliação de conhecimentos são constituídos por disciplina, cabendo-lhes a determinação e a publicação de todas as classificações.
- 2 – O júri é composto por um mínimo de três elementos, devendo integrar obrigatoriamente, pelo menos, um professor, que presidirá.
- 3 – Sempre que o exame de uma disciplina inclua prova oral, esta será pública e só poderá realizar-se com a presença de, pelo menos, três elementos do júri.
- 4 – A iniciativa de organização dos júris das várias disciplinas pertence ao conselho do departamento responsável pelo ensino dessas disciplinas, devendo a respectiva constituição ser submetida a homologação reitoral no princípio de cada período escolar e afixada para conhecimento dos estudantes.

Artigo 22.º Incompatibilidades

- 1 – Dos júris não poderão fazer parte cônjuges, parentes ou afins dos alunos na linha recta ou até ao 3.º grau da linha colateral e, bem assim, os que sejam ou tenham sido seus tutores.
- 2 – O membro do júri que se encontre em qualquer das situações referidas deverá, logo que dela tiver conhecimento, declarar, por escrito, a existência da incompatibilidade.
- 3 – O acto em que intervenha um membro do júri relativamente ao qual se verifique alguma das aludidas incompatibilidades será nulo e de nenhum efeito.

CAPÍTULO VI Exames finais

Artigo 23.º Épocas de exame final

- 1 – Em cada ano lectivo, em relação a cada disciplina, haverá as seguintes épocas de exame final:
 - a) Época normal;
 - b) Época de recurso;
 - c) Época especial.
- 2 – Na época normal cada aluno pode prestar provas de exame final em todas as disciplinas em que reúna as condições legais para tal.
- 3 – Na época de recurso cada aluno pode prestar provas de exame em disciplinas a cuja avaliação contínua ou exame na época normal haja faltado, desistido ou reprovado. A aprovação em época de recurso pode no entanto estar dependente da classificação obtida ao longo do semestre ou do ano em componentes práticas obrigatórias, devidamente divulgadas nos termos do n.º 3 do artigo 15.º
- 4 – Na época especial cada aluno pode prestar provas de exame final em disciplinas a cujo exame nas épocas normal e de recurso não haja comparecido ou, tendo comparecido, dele haja desistido ou nele haja sido reprovado, até um máximo de duas disciplinas, desde que, com a aprovação em tais disciplinas, o aluno reúna as condições necessárias à conclusão da componente lectiva do curso.
- 5 – A admissão a exame não depende de apresentação de requerimento, devendo, contudo, os alunos declarar, nos termos e prazos fixados pelo Reitor, quais os exames que se propõem realizar na época especial.

CAPÍTULO VII Melhoria de nota

Artigo 24.º Requerimento

- 1 – Qualquer aluno que haja obtido aprovação em disciplinas do seu curso e pretenda melhorar as respectivas classificações poderá requerer a realização de exame para tentar obter melhoria de nota nessas disciplinas, mesmo que a referida aprovação não tenha sido obtida através de exame final.
- 2 – O aluno que deseje realizar exames de melhoria de nota na época de recurso do semestre lectivo em que obteve aproveitamento deverá declará-lo ao docente da disciplina, com uma antecedência mínima de 48 horas em relação ao início do exame.
- 3 – Os exames para melhoria de nota nos anos subsequentes à obtenção da aprovação terão lugar na época normal ou na época de recurso e deverão ser requeridos nos Serviços Académicos nas datas indicadas no calendário escolar

Artigo 25.º

Restrições

- 1 – Em circunstância alguma terão seguimento os requerimentos a que se refere o n.º 3 do artigo 24.º, no caso de disciplinas que não tenham registo de aprovação nos Serviços Académicos.
- 2 – Qualquer que seja a situação escolar do aluno, este só pode requerer exame para melhoria de nota uma única vez em cada disciplina.
- 3 – A falta de comparência do aluno ao exame para melhoria de nota não pode ser invocada como fundamento para requerer de novo o mesmo exame.
- 4 – Não se realizam exames para melhoria de nota na época especial e após a conclusão do curso.

Artigo 26.º

Classificação final

- 1 – No caso de obter aprovação no exame para melhoria de nota, a classificação com que o aluno fica na disciplina é a melhor das duas; no caso de não comparecer a exame, desistir ou reprovar, manterá a classificação que já tinha.
- 2 – No cálculo da classificação em melhoria de nota podem pesar classificações obtidas em instrumentos de avaliação contínua, referidos no n.º 6 do artigo 15.º, consideradas obrigatórias e previamente divulgadas nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, válidas para o ano lectivo em que o aluno se propõe a melhoria de nota.

Artigo 27.º

Taxa de exame

- 1 – Os alunos têm direito a requerer exame para melhoria de nota na época de recurso do semestre lectivo em que obtiveram aprovação, sem o pagamento de qualquer taxa, emolumento ou propina.
- 2 – Nos anos subsequentes à obtenção da aprovação, a melhoria de nota está sujeita ao pagamento de uma taxa, de quantitativo a fixar pelo Senado Universitário, por disciplina, anual ou semestral, a satisfazer no acto da apresentação do requerimento.

CAPÍTULO VIII

Calendário escolar

Artigo 28.º

Divulgação

Por despacho reitoral, a publicar antes do início de cada ano lectivo, será aprovado e posto em execução o calendário escolar da Universidade, através do qual se divulgam as datas de início e termo das aulas, dos exames e outras provas de avaliação, das matrículas, inscrições e outros actos de secretaria a praticar pelos alunos, bem como das férias escolares.

Artigo 29.º

Ano escolar e ano lectivo

- 1 – O ano escolar decorre de 15 Setembro a 14 de Setembro do ano seguinte.
- 2 – O ano lectivo decorre de 15 de Setembro a 15 de Julho e compreende dois semestres:

- a) O primeiro semestre lectivo, ou semestre ímpar, que começa em 15 de Setembro e termina no último dia de exames do semestre, devendo as aulas presenciais terminar no dia útil anterior ao início das férias do Natal;
- b) O segundo semestre lectivo, ou semestre par, que começa na terceira semana de Fevereiro e termina no dia 15 de Julho, devendo as aulas presenciais terminar no dia útil anterior ao início da Semana Académica;
- 3 – No caso dos novos estudantes, as aulas do primeiro semestre lectivo iniciar-se-ão imediatamente após a realização das respectivas matrículas, se estas tiverem lugar após o dia 15 de Setembro.
- 4 – O período de aulas presenciais de cada um dos semestres lectivos não poderá ter uma duração inferior a 14 semanas úteis de aulas, sem prejuízo do disposto no n.º 3.
- 5 – A Semana Académica decorrerá durante a última semana de Maio ou primeira de Junho, devendo a Associação de Estudantes comunicar aos Serviços Académicos, até ao início das férias escolares do ano lectivo anterior, o período em que ocorrerá a Semana Académica.

Artigo 30.º

Exames finais e outras provas de avaliação

- 1 – Os exames finais das disciplinas semestrais ministradas no semestre ímpar iniciam-se na segunda-feira seguinte ao dia 1 de Janeiro, observadas as regras previstas no n.º 3.
- 2 – Os exames finais das disciplinas semestrais ministradas no semestre par e das anuais ou agrupadas realizam-se em Junho, e iniciam-se uma semana após o termo da Semana Académica. A semana a seguir à Semana Académica é de pausa pedagógica.
- 3 – As épocas de exames dos dois semestres são organizadas e calendarizadas, de acordo com as seguintes regras:
- a) Para cada semestre haverá uma época normal de exames, seguida de uma pausa pedagógica e de uma época de recurso, totalizando um mínimo de 5 e um máximo de 6 semanas;
- b) A época normal de exames terá uma duração mínima de 14 e máxima de 18 dias úteis. A pausa pedagógica será sempre de sete dias. A época de recurso terá uma duração mínima de 10 e máxima de 12 dias úteis;
- c) Os sábados são considerados dias úteis para a realização de provas.
- 4 – As classificações finais relativas às provas realizadas na época normal têm que ser afixadas com uma antecedência mínima de dois dias úteis relativamente ao início da época de recurso.
- 5 – Os exames da época especial realizar-se-ão na última quinzena de Setembro do ano lectivo subsequente. Neste período poderão também realizar-se exames de recurso de disciplinas anuais, ou outras, em casos devidamente justificados pelo docente responsável, mediante proposta do departamento ao Reitor, apresentada até 30 dias após o início do período lectivo da disciplina.

Artigo 31.º

Férias escolares

- 1 – As férias do Natal terão uma duração de cerca de duas semanas. As férias da Páscoa compreenderão a semana da Páscoa e a segunda-feira seguinte.
- 2 – As férias de Verão decorrem entre 16 de Julho e 14 de Setembro.

Artigo 32.º

Pautas de resultados finais

A entrega nos Serviços Académicos das pautas de resultados finais ou outros suportes de informação adequados que as substituam deverá ser feita nos quinze dias imediatos ao termo do período dos respectivos exames finais.

CAPÍTULO IX

Regimes especiais

Artigo 33.º

Estudantes eleitos para os órgãos de gestão da Universidade

- 1 – Os estudantes eleitos para a Assembleia da Universidade, para o Senado Universitário e para o Conselho Pedagógico passam a beneficiar de condições especiais para a frequência dos seus cursos, nos termos dos números seguintes.
- 2 – Durante os seus mandatos, os estudantes referidos no número anterior têm direito à relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em reuniões dos órgãos a que pertencem, no caso de estas coincidirem com o horário lectivo.
- 3 – Os estudantes eleitos para o Senado Universitário e para o Conselho Pedagógico têm ainda direito, enquanto durarem os respectivos mandatos:
 - a) A requerer até dois exames na época especial de Setembro, para além daqueles a que tiverem direito pela regulamentação em vigor, ou a requerer um exame mensal, para além dos exames nas épocas normais e especiais já consagradas na legislação em vigor, sendo impedida a realização do mesmo exame nos dois meses subsequentes;
 - b) A adiar a apresentação de trabalhos e relatórios escritos, de acordo com as normas internas em vigor na Universidade;
 - c) A realizar, em data a combinar previamente com o docente, os testes escritos a que não tenham podido comparecer devido ao exercício de actividades inadiáveis relacionadas com o órgão a que pertencem.
- 4 – Para usufruir dos benefícios a que se refere o n.º 3, o aluno não poderá faltar mais de duas vezes seguidas ou de três interpoladas às reuniões do órgão a que pertence.
- 5 – Para os efeitos do número anterior, o registo de assiduidade do aluno às reuniões aí previstas deverá ser averbado pelo serviço de secretariado do respectivo órgão.

Artigo 34.º

Estudantes atletas

- 1 – Os estudantes da Universidade que se encontrem devidamente inscritos na Federação Académica do Desporto Universitário (FADU) e que façam parte de uma equipa da Universidade de Évora que dispute os campeonatos nacionais universitários passam a beneficiar de condições especiais para a frequência dos seus cursos, nos termos dos números seguintes.
- 2 – Os estudantes referidos no número anterior têm direito à relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência a jogos ou outro tipo de provas, no caso desta coincidir com o horário lectivo, ficando a relevação de faltas dependente da apresentação de documento comprovativo da comparência no acontecimento desportivo em causa.
- 3 – Os estudantes referidos no n.º 1 têm ainda direito:
 - a) A requerer um exame na época especial de Setembro, para além daqueles a que tiverem direito pela regulamentação em vigor;
 - b) A adiar a apresentação de trabalhos e relatórios escritos, de acordo com as normas internas em vigor na Universidade;
 - c) A realizar, em data a combinar previamente com o docente, os testes escritos a que não tenham podido comparecer devido à realização de provas desportivas inadiáveis.
- 4 – O exercício dos direitos consagrados no número 3 depende da satisfação dos seguintes requisitos:
 - a) Participação em, pelo menos, 75% dos jogos na modalidade em que se inscreveu nas provas oficiais organizadas sob a égide da FADU, assim como nas provas organizadas pela Associação de Estudantes da Universidade de Évora;
 - b) Participação em, pelo menos, 75% dos treinos de preparação para os jogos referidos na alínea anterior;
 - c) Apresentação de comprovativo do carácter inadiável das provas desportivas referidas na alínea c) do número 3;
 - d) Estar incluído no grupo de atletas que integram as equipas da Universidade de Évora, as quais não podem exceder os seguintes números de atletas: andebol - 16 atletas; basquetebol - 14 atletas; futebol de onze - 22 atletas; futebol de cinco - 12 atletas; voleibol - 14 atletas; *rugby* - 18 atletas; outras modalidades desportivas individuais - 15 atletas;
 - e) Reconhecimento, pela Secção de Educação Física da Universidade de Évora, da qualidade da equipa em que o estudante se integra.
- 5 – A inclusão de outras modalidades e a alteração do número de atletas constantes da alínea d) do número anterior carecem da aprovação do Senado Universitário.
- 6 – Os comprovativos da comparência do aluno em acontecimento desportivo a que se refere o n.º 2, bem como da satisfação dos requisitos constantes do n.º 4 serão emitidos pela Secção de Educação Física da Universidade de Évora, a pedido dos interessados.

Artigo 35.º

Estudantes elementos dos coros, tunas

e outros agrupamentos de idêntica natureza

1 – Os estudantes que fazem parte há mais de um ano dos coros, tunas e outros grupos considerados pelo Senado Universitário como tendo uma acção cultural e recreativa que prestigie a Universidade de Évora passam a beneficiar de condições especiais para a frequência dos seus cursos, nos termos dos números seguintes.

2 – Os estudantes referidos no número anterior têm direito à relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência a espectáculos ou acontecimentos culturais, no caso desta coincidir com o horário lectivo, ficando a relevação de faltas dependente da apresentação de documento comprovativo da comparência nos espectáculos culturais em causa.

3 – Os estudantes referidos no n.º 1 têm ainda direito:

a) A requerer um exame na época especial de Setembro, para além daqueles a que tiverem direito pela regulamentação em vigor;

b) A adiar a apresentação de trabalhos e relatórios escritos, de acordo com as normas internas em vigor na Universidade;

c) A realizar, em data a combinar previamente com o docente, os testes escritos a que não tenham podido comparecer devido à realização de espectáculos ou outro tipo de acontecimentos culturais inadiáveis.

4 – O exercício dos direitos consagrados no n.º 3 depende da participação cumulativa do aluno em, pelo menos, 75% dos acontecimentos em que o grupo actuou nos últimos seis meses e em idêntica percentagem dos ensaios realizados pelo grupo no mesmo período de tempo.

5 – Os comprovativos da comparência do aluno aos espectáculos culturais a que se refere o n.º 2, bem como da satisfação dos requisitos constantes do n.º 4 serão emitidos pelo responsável do grupo cultural reconhecido pelo Senado Universitário.

CAPÍTULO X

Disposições finais e transitórias

Artigo 36.º

Prolongamento do ano lectivo

Sempre que circunstâncias excepcionais de calendário não permitam garantir a duração mínima das épocas de exame e das pausas pedagógicas a que se refere a alínea *b)* do n.º 3 do artigo 30.º, poderá o Reitor determinar, por despacho, que o semestre lectivo seja prolongado por tantos dias úteis quantos os necessários para cumprimento dos referidos períodos mínimos.

Artigo 37.º

Entrada em vigor

As disposições do presente regulamento entram em vigor no ano escolar de 2002/2003, sem prejuízo da existência de um calendário escolar de transição e da realização dos exames das épocas de recurso de Setembro e especial de Dezembro relativas ao ano lectivo de 2001/2002.

ANEXO 3 – Regulamento das Comissões de Curso

ANEXO 4 – Horários

ANEXO 5 – Folheto de Divulgação do Curso

ANEXO 6 – Programa de Mérito Académico

Programa de Mérito Académico do Departamento de Economia

OBJECTIVOS GERAIS

O Programa de Mérito Académico do Departamento de Economia visa premiar os alunos que apresentem um desempenho académico excepcional nos vários cursos de formação graduada (Licenciaturas e Pós-Graduações) oferecidos pelo departamento. Os prémios a instituir resultarão de protocolos de colaboração a firmar entre o departamento e instituições de referência que apoiem as actividades de ensino do departamento.

NATUREZA DOS PRÉMIOS

Os prémios a atribuir terão a seguinte natureza:

- Estágios de Verão ou de Inserção na Vida Activa;
- Prémios pecuniários;
- Bolsas de Estudo;
- Isenção parcial/total de propinas;
- Diversos.

DESEMPENHOS ELEGÍVEIS

Constituem desempenhos elegíveis para a atribuição de prémio os seguintes:

- Aluno(s) Licenciatura/Mestrado/Pós-Graduação com melhor nota final de curso;
- Aluno(s) do 1º ano com melhores notas de entrada;
- Aluno da disciplina X com melhor classificação em cada ano lectivo;
- Melhor Dissertação de Mestrado.
- Outros.

REGULAMENTOS

As condições de candidatura e atribuição de cada um dos prémios a concurso devem constar de regulamento próprio.

ANEXO 7 – Programa de Estágios e Saídas Profissionais “Qualificar em Parceria”